

THALITA RODY MACHADO

**REPRESENTAÇÕES DA CULTURA DO ESTUPRO ATRAVESSADAS PELOS  
MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA EM UMA PERSPECTIVA  
DISCURSIVA E CRÍTICA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA  
MINAS GERAIS - BRASIL  
2019

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

M149r  
2019 Machado, Thalita Rody, 1991-  
Representações da cultura do estupro atravessadas pelos  
marcadores sociais da diferença em uma perspectiva discursiva e  
crítica / Thalita Rody Machado. – Viçosa, MG, 2019.  
viii, 138 f. : il. ; 29 cm.

Inclui anexos.

Orientador: Maria Carmen Aires Gomes.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 116-123.

1. Análise crítica do discurso. 2. Estupro - Aspectos sociais.  
3. Violência contra as mulheres. 4. Mulheres.  
5. Interseccionalidade (Sociologia). I. Universidade Federal de  
Viçosa. Departamento de Letras. Programa de Pós-Graduação  
em Letras. II. Título.

CDD 22. ed. 401.41

THALITA RODY MACHADO

**REPRESENTAÇÕES DA CULTURA DO ESTUPRO  
ATRAVESSADAS PELOS MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA EM  
UMA PERSPECTIVA DISCURSIVA E CRÍTICA**

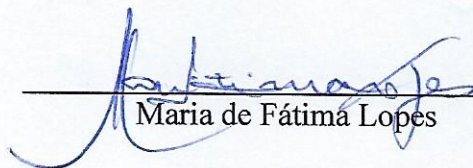
Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 17 de maio de 2019.



---

Juliana de Freitas Dias



---

Maria de Fátima Lopes



---

Maria Carmen Aires Gomes  
(Orientadora)

*Quando mulheres contestam uma representação previamente estabelecida, elas deslocam nossa forma de estar no mundo.*

## AGRADECIMENTOS

À Maria Carmen, minha orientadora e parceira nesse processo. Agradeço por me apresentar a Análise do Discurso Crítica, por me acolher no grupo de pesquisa AFECTO e por suas contribuições. Sabemos que quem se envereda pelos caminhos da ADC não se depara com questões meramente profissionais. Então, agradeço pelas contribuições que me tornaram mais crítica, humana e sensível.

Se o caminho da ADC não se limita a uma única reta, os processos internos não poderiam ter ocorrido de outra forma que não intensa e profundamente. Agradeço pela oportunidade de me situar e dessituar tantas vezes durante os momentos de produção de conhecimento no período do mestrado. Os efeitos desses processos também constituem o que sou hoje.

À Xanda, pelo apoio material, simbólico, afetivo. Pela disponibilidade em ensinar, em dar e em trocar. Por me mostrar questões tão minhas que mal as via e por ter caminhado comigo até onde pôde. Por me ensinar que cuidado é importante, em suas várias formas.

À minha avó, amor meu que nem cabe em mim e transborda, à minha mãe, ao meu pai e aos meus irmãos, por tanto e por sempre. Pelo cuidado, amor, compreensão, parceria. Pela segurança de me deixarem saber que posso voltar, embora me incentivem todos os dias a voar.

Às amigas que estiveram comigo de formas tão diferentes, mas igualmente intensas e compreensivas, sobretudo em relação às ausências necessárias – e sentidas. À Samira, pelo apoio desde o começo da trajetória e pelo jeito especial de cuidar. Camilera, por todo cuidado, paciência, chás, argilas, florais, comidinhas e afetos ao longo desse ano em que compartilhamos a casa e a vida. Pri, por ser tão amor e paciência sempre. Mari, pelo jeito calmo de se desesperar junto comigo. Raul, por me receber em seu aconchego sempre que quis e precisei fugir. Danúbia, por me trazer a potência do riso, do amor, do cuidado e do relo em quaisquer situações. Marcelle, Cris, Aline, pelo refúgio das risadas, pelas noites de descanso e buraco, pela paciência com as minhas não idas. Marcella e Lu Gomide, por terem vindo comigo até aqui e pela certeza de que continuarão caminhando ao meu lado. À Liliam e à Thay, por todas as vezes que me tiraram da caverninha, me cuidando com deboche, amor, comidinhas e a cerveja mais gostosa que já tomei. Gosto de ser parte do projeto Libertária! À Maysa, por todas as trocas e por me ensinar novos jeitos de olhar pra vida. Ao Davi, que apareceu tão bonito e tornou tudo bonito igual. Ao Carlos, que surgiu literalmente dentro da minha

casa quando eu já não podia sair e precisava de companhia no final do percurso. Foi o universo que colocou você ali, naquela hora.

Ao DLA, sobretudo à Dri, dona do abraço bom e do café gostoso que me acolhem sempre que chego. À Ana Maria, quem me mostrou um jeito novo e lindo de construir conhecimento coletivo e afetivo. À Hilda, pelos abraços de aconchego em qualquer lugar e a qualquer hora. À Mariana Procópio, pela sensatez, pela calma e pelo potencial de iluminar os espaços em que está. À LuBê, por ter ficado, por ter ido e por me indicar o caminho.

Ao grupo de pesquisas AFECTO, pelas contribuições teóricas e emocionais e pela coletividade na construção do conhecimento.

À CAPES, que me possibilitou viver esse processo. A precariedade dos tempos políticos torna inconsistente a garantia e a manutenção das pesquisas que desenvolvemos, mas nós resistimos e resistiremos. Aprendi que nós operamos historicamente pelas brechas. A fragilidade da democracia e o desmonte dos aparatos públicos paradoxalmente nos fortalecem e é pelas fissuras que vamos operar.

Tudo é político quando se é mulher. Por isso, agradeço a todas as mulheres. Às que me antecederam, às violentadas pela atual fragilidade da democracia, às historicamente violentadas, às que me ensinam o processo da escuta e, sobretudo, às minhas ancestrais, que me permitiram estar aqui hoje.

Aos meus guias. Nunca estive sozinha.

## RESUMO

MACHADO, Thalita Rody, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, maio de 2019. **Representações da Cultura do Estupro atravessadas pelos marcadores sociais da diferença em uma perspectiva discursiva e crítica.** Orientadora: Maria Carmen Aires Gomes.

Historicamente, arranjos de violências são articulados e rearticulados de forma a agredir mulheres sistematicamente. Amparadas por instituições diversas, essas violências encontram terreno fértil de disseminação. A um conjunto difuso dessas violências, especialistas de diferentes domínios do conhecimento, assim como organizações e movimentos sociais, têm denominado *cultura do estupro*, a qual tem a violência sexual como um dos pontos de materialidade. Partindo de uma percepção que compreende a cultura do estupro como um *ciclo* composto por distintas formas de violências – concretas e presumidas – que afetam de maneiras específicas diferentes mulheres, essa dissertação visa compreender, a partir de um conjunto de textos produzidos por mulheres em práticas midiáticas digitais, de que formas a cultura do estupro é representada. Conceitualmente, é realizada uma discussão teórica que, primeiro, evidencia a dimensão antropológica que envolve o conceito de *cultura*; em seguida, apresenta o aspecto *jurídico-legal* conformador da definição do *crime de estupro*; e, posteriormente, articula as formas pelas quais o conceito de *patriarcado* perpassa tanto o arranjo cultural quanto o da interpretação de casos jurídicos relacionados ao estupro. A análise dos textos ocorreu a partir das contribuições teórico-metodológicas da Análise do Discurso Crítica Faircloughiana (FAIRCLOUGH, 1992 [2001]; CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, FAIRCLOUGH, 2003), articuladas às contribuições de Crenshaw (2002), que se referem à Interseccionalidade, e aos Dispositivos do Patriarcado, propostos por Swain (2014). A partir da análise, foi possível evidenciar quais violências específicas são produzidas a partir da articulação dos marcadores sociais e de que forma operam. Estabelecemos, a partir do percurso metodológico proposto por Chouliaraki e Fairclough (1999), de que forma o fenômeno da cultura do estupro serve a um arranjo ainda patriarcal, garantindo uma pretensa ordem social a partir da materialização de violências que operam sobre as mulheres. Evidenciamos que, quanto maior a articulação dos marcadores sociais, mais distantes essas mulheres se encontram de uma matriz de inteligibilidade, o que, conseqüentemente, as tornam mais suscetíveis a violências. Isso nos permitiu, por fim, propor movimentos de combate à cultura do estupro que se referem a mudanças discursivas, as quais, por sua vez, dialogam com mudanças culturais e sociais.

## ABSTRACT

MACHADO, Thalita Rody, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, May, 2019. **Rape Culture representations traversed by social markers of difference in a discursive and critical perspective.** Adviser: Maria Carmen Aires Gomes

Historically, violence nets have been articulated and rearticulated so that women are systemically battered. Because of institutional support, this violence develops in fertile ground. Organizations, social movements and several specialists define *rape culture* as a diffuse violence arrangement in which sexual violence is one of the material points. Assuming a perspective of rape culture as a *cycle* composed by distinct violence means – concrete and presumed – that affect different women in specific ways, this dissertation aims to comprehend in which ways rape culture is represented, using a set of written accounts of women in digital media. Conceptually, we performed a theoretical discussion that, firstly, evidences the anthropological dimension around the concept of *culture*; next, presents the *legal* aspect that grounds the definition of *rape crime*; and then articulates the ways in which the concept of *patriarchy* passes through both the cultural arrangement and the interpretation of legal cases regarding rape. The analysis was supported by the theoretical-methodological contributions of Fairclough's Critical Discourse Analysis (FAIRCLOUGH, 1992 [2001]; CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, FAIRCLOUGH, 2003) articulated with the Intersectionality contributions of Crenshaw (2002) and the Patriarchal Devices proposed by Swain (2014). From the analysis, it became possible to point which specific violences are produced from the articulation of social markers and in what way they operate. We established, from the methodological course proposed by Chouliaraki e Fairclough (1999), in what way the rape culture phenomenon benefits a *still* patriarchal arrangement, guaranteeing a fake social order based on the materialization of violences perpetrated against women. We demonstrate that the strongest the articulation of social markers, the farther away women are from an intelligibility matrix, which, in turn, makes them more susceptible to violence. This allowed us to propose combat movements to rape culture that refer to discursive changes. These, in turn, relate with cultural and social change.

**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1: Concepção Tridimensional do Discurso .....	10
Figura 2: Momentos da Prática Social .....	18
Figura 3: Recorrência de léxicos a partir do Software <i>AntConc</i> .....	56
Quadro 1: Abordagem para a ADC.....	51
Quadro 2: Quadro de Sistematização do <i>corpus</i> .....	53
Quadro 3: Recorrências da finalidade PARA .....	57
Quadro 4: Recorrência da finalidade COMO.....	58
Quadro 5: Categorias Analíticas .....	59
Quadro 6: Categorias do Sistema de Transitividade .....	62

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>2. ELEMENTOS NORTEADORES: geral e específicos</b> .....	3
<b>3. VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES, MÍDIA E SOCIEDADE</b> .....	4
<b>4. O DISCURSO (E O) SOCIAL: as veredas interpretativas</b> .....	7
<b>4.1. As contribuições da Análise de Discurso Crítica Faircloughiana</b> .....	7
4.1.1. <i>O discurso como prática social</i> .....	7
4.1.2. <i>O discurso como um momento da Prática Social</i> .....	14
4.1.3. <i>O discurso como Semiose</i> .....	19
<b>5. CULTURA, PATRIARCADO E SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL: as contribuições das Teorias Sociais.</b> .....	22
<b>5.1. Cultura e o enquadramento antropológico</b> .....	23
<b>5.2. Cultura do estupro e a esfera legal</b> .....	30
<b>5.3. Patriarcado</b> .....	45
<b>6. PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	49
<b>6.1 Coleta e sistematização do <i>corpus</i></b> .....	52
<b>6.2. Categorias Analíticas</b> .....	59
<b>7. AS REPRESENTAÇÕES DA CULTURA DO ESTUPRO EM MÍDIAS ALTERNATIVAS</b> .....	64
<b>7.1. O potencial contestatório dos <i>blogs</i>: vozes dissonantes</b> .....	65
<b>7.2. Excertos em perspectiva analítica e as formas de constituição da Cultura do estupro</b> .....	70
7.2.1 <i>Eixo temático I: Definições de cultura do estupro</i> .....	70
7.2.2. <i>Eixo temático II: Os atos concretos que constituem a Cultura do estupro</i> ..	78
7.2.3. <i>Eixo temático III: Os atos pressupostos que constituem a Cultura do estupro</i> .....	91
7.2.4. <i>Eixo temático IV: As formas de combate à Cultura do estupro</i> .....	100
<b>8. FUNÇÃO DO PROBLEMA NA PRÁTICA</b> .....	108
<b>9. POSSÍVEIS MANEIRAS DE SUPERAR O OBSTÁCULO</b> .....	111
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	116
<b>ANEXOS</b> .....	124

## 1. INTRODUÇÃO

As questões relativas à violência de gênero, de acordo com Santos e Izumino (2005), têm sido debatidas no âmbito acadêmico desde a década de 1980, a partir das contribuições de estudos feministas. O foco desses primeiros estudos, muitos deles provenientes das ciências sociais (CHAUÍ, 1985; CORRÊA, 1983; PAOLI, 1992), centrava-se na necessidade de compreender os contextos socioculturais em que as vítimas estavam inseridas, além da relação entre agredida e agressor. Em estudos posteriores (GROSSI, 1994; MACHADO, 2000; SAFFIOTI, 1999; 2002), esse foco foi ampliado ao constatar que, contrariamente ao que se pensava em relação aos agressores – que seriam, majoritariamente, homens desconhecidos e que a violência física, um dos eixos de violência de gênero, ocorreria em espaços públicos, percebeu-se que essa violência ocorre, na maior parte das vezes, no ambiente doméstico e familiar. Dessa forma, a relação entre agredida e agressor pelo viés do grau de parentesco tornou-se ênfase em diferentes campos epistemológicos, tais quais o da antropologia, sociologia, criminologia, dentre outros. É interessante pontuar que essas modificações no trato das pautas de violência ocorreram em proporção à maior inserção de mulheres nos espaços acadêmicos e institucionais.

Essa pauta, *violência de gênero*, é também eixo de discussão de movimentos e organizações sociais, sobretudo feministas e, frequentemente, está relacionada a práticas discursivas que a mantêm ou a ressignifica a partir do potencial de articulação e rearticulação dos discursos (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Assim, esta pesquisa, intitulada *Representações da cultura do estupro atravessadas pelos marcadores sociais da diferença em uma perspectiva discursiva e crítica* tem, inicialmente, o condão de aliar a pesquisa acadêmica com a militância da pesquisadora em movimentos sociais feministas. Os textos, atrelados ao aprofundamento com a Análise do Discurso Crítica de viés britânico, podem servir de instrumento de análise a partir do momento em que são atravessados por aspectos sociais, o que torna possível evidenciar vozes que contribuem e refutam representações de mulheres e de sexualidades, naturalizadas e estabelecidas em relações pessoais e nas instituições. Esse movimento é realizado pelas próprias mulheres, em relatos pessoais que abordam as violências às quais foram/são submetidas, as quais são, também, atravessadas por marcadores sociais da diferença.

Importante destacar, neste particular, que a compressão de *marcadores sociais da diferença*, para os fins a que se refere esse trabalho, parte das contribuições de Avtar

Brah (2016, p. 363), para quem a “‘diferença como relação social’ sublinha a articulação historicamente variável de micro e macro regimes de poder, dentro dos quais modos de diferenciação tais como gênero, classe ou racismo são instituídos em termos de formações estruturadas”.

Considerando essa perspectiva, abordar as representações na esfera pública midiática, bem como analisar a forma como os diferentes discursos contestam uns aos outros e explicitam linhas de tensão, implica compreender as práticas midiáticas não somente como instância que possibilita e alimenta a circulação de sentidos, mas também como espaço de ação, de resistência (BRAGA, 2012). Dessa forma, evidencia-se a importância de reconhecer a relação dialética que se estabelece sobre a mídia, a qual atua com caráter de instituição, com suas práticas e ordenamentos particulares, ao mesmo tempo em que é afetada e atravessada pelas ações da sociedade. A compreensão das mídias como produto constituinte e constituído da/pela sociedade, portanto, faz com que as pensemos também como *locus* estratégico, já que atuam enquanto matriz geradora e organizadora de produção de sentidos. Assim, estudar práticas midiáticas passa a ser estudar uma “dimensão social e cultural, mas também política e econômica do mundo moderno” (SILVERSTONE, 2014, p. 13).

Essa pesquisa, portanto, buscou investigar de que maneira a cultura do estupro se constitui e como produz distintas violências a distintas mulheres. Nosso interesse também recaiu sobre a forma com que essas violências operam a partir do lugar social que diferentes mulheres ocupam, seja através da raça, etnia, classe social, sexualidade, tamanho/gordura e outros marcadores sociais da diferença. Para isso, foram de fundamental importância as discussões desenvolvidas no grupo de pesquisa *AFFECTO* (Abordagens faircloughianas para estudos sobre corpo/discurso textualmente orientadas), sob a orientação da Professora Dra. Maria Carmen Aires Gomes, também orientadora desta pesquisa, vinculada ao Programa de Pós-graduação do Departamento de Letras da Universidade Federal de Viçosa, UFV.

## 2. ELEMENTOS NORTEADORES: geral e específicos

O *objetivo geral* desta pesquisa consiste em analisar, pelos vieses discursivos, críticos e sociais, como ocorrem a produção e a definição da cultura do estupro, a partir de textos de práticas midiáticas digitais, de modo a verificar como são representadas, produzidas, contestadas, negociadas e explicadas as distintas formas de violências contra as mulheres.

Em termos específicos, constituem objetivos deste trabalho:

(i) Descrever, analisar e interpretar os Significados Representacionais, a partir das categorias de Intertextualidade, de Interdiscursividade, da Representação dos agentes sociais (FAIRCLOUGH, 2003) e do Sistema de Transitividade (HALLIDAY, 1994), com o intuito de investigar quais discursos são representados (e negados) nos textos; quais as formas particulares de (re)constituir a cultura do estupro;

(ii) Descrever, analisar e interpretar os Significados Identificacionais, a partir das categorias das Modalidades Deônticas e Epistêmicas e das avaliações (FAIRCLOUGH, 2003) a fim de investigar quais modos de identificação são construídos e representados a partir das vozes das mulheres submetidas às violências e como são nomeadas; de que forma os agressores são avaliados nos textos – se de maneira explícita ou implícita; quais escolhas lexicogramaticais disputam essas nomeações e representações; e de que forma são atribuídos valores às mulheres e aos agressores;

(iii) Explanar, criticamente, os efeitos ideológicos e as relações de poder articulados nas produções e contestações de distintas formas de violências contra as mulheres, a partir, principalmente das discussões ensejadas na abordagem feminista interseccional (CRENSHAW, 2002) e do Dispositivo do Patriarcado (SWAIN, 2014).

### 3. VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES, MÍDIA E SOCIEDADE

De acordo com dados divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, foram registradas no Brasil, no ano de 2014, 47.646 ocorrências de estupro<sup>1</sup>. Embora esses números apontem uma queda de 7% em relação ao ano anterior, isso ainda corresponde, em média, a um caso a cada 11 minutos. No ano seguinte, 2015, o feminicídio foi tipificado como crime qualificado, através da Lei n.13.104/2015, o que possibilitou a visibilidade de estatísticas referentes à morte de mulheres pela condição de gênero. Em 2016, a partir desse marcador, contabilizou-se a morte de 4.245 mulheres, dentre as quais 929 foram tipificadas como feminicídio. No mesmo ano, foram registrados 55.070 casos de estupro; isto é, embora tenha havido um decréscimo no ano de 2014 em relação ao ano anterior, a partir de 2015 houve um aumento nas estatísticas. Já em 2017, foram contabilizados 1133 casos de feminicídio e 61.032 casos de estupros registrados<sup>2</sup>, o que corresponde, em média, a um estupro a cada 8,6 minutos.

Em relação aos números evidenciados, observamos algumas divergências. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública disponibiliza os números referentes à criminalidade e à violência através do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, documento que pauta diretrizes nacionais de ação e combate à violência e a partir do qual outras pesquisas são desenvolvidas. É, portanto, o documento oficial de maior relevância e reconhecimento, utilizado por instituições e organizações em todo o país. Ao pesquisarmos os marcadores do estupro, percebemos divergências em relação às estatísticas divulgadas via banco de dados e via documento final; por isso, os números utilizados nessa pesquisa e acima mencionados referem-se ao banco de dados do próprio Fórum, disponibilizado via Excel como anexo ao documento final, o qual traz, além dos números disponibilizados nas planilhas utilizadas, algumas reflexões de cunho social em relação aos dados.

Outro fator de relevância às estatísticas mencionadas acima diz respeito ao alto índice de subnotificação dos casos: estima-se que apenas 10% dos casos são denunciados, segundo dados do IPEA. Isso se deve, possivelmente, às falhas estruturais na rede de atendimento às vítimas, bem como à precária sensibilidade de agentes responsáveis pelo acolhimento dos casos. Somado a esses fatores, agrega-se a sistemática conivência do Estado, apesar das leis n.13.104/2015, que tipifica o feminicídio, e n.11.340/2006, Maria da Penha, como instrumento legal para combate à

---

<sup>1</sup> Disponível em: < [http://www.forumseguranca.org.br/storage/9\\_anuario\\_2015.retificado\\_.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/storage/9_anuario_2015.retificado_.pdf) > Acesso em: 15 Julho 2018.

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/atividades/anuario/>> Acesso: 15 Julho 2018.

violência contra a mulher e que prevê a proteção à vítima, o que, na maioria dos casos, de acordo com os resultados desta pesquisa, não ocorre.

Outro fator importante e que contribui para o alto índice de subnotificação diz respeito ao fato de que crimes de violência sexual acontecem recorrentemente entre companheiros e companheiras e, dada a configuração de relação/relacionamento, esses episódios não são sequer compreendidos como estupro, logo, não compõem as estatísticas. De acordo com o levantamento obtido pelo relatório “Estupro no Brasil, Uma Radiografia Segundo Dados da Saúde”<sup>3</sup>, divulgado pelo IPEA em 2014, 1,6% dos casos *denunciados* - isto é, compreendidos e encaminhados enquanto violência - de abuso sexual sofrido por mulheres são praticados pelo namorado e 9,3% pelo cônjuge.

Além disso, é de fundamental importância destacar como as práticas que se referem à cultura do estupro são naturalizadas e, de certa forma, legitimadas pelas grandes mídias. Em contrapartida, mídias alternativas<sup>4</sup> têm sido espaço de confronto e resistência, utilizadas, muitas vezes, como instrumento para a reivindicação da desnaturalização de episódios de violência, como os que configuram o eixo central deste estudo. Em outras palavras, a partir dos relatos que compõem o *corpus* dessa pesquisa, pôde-se perceber que através, sobretudo, de mídias alternativas, muitos movimentos sociais e organizações feministas têm buscado revelar e transformar relações assimétricas de poder que são parcialmente construídas no discurso. Compreender a mídia como elemento que compõe uma instância social (BRAGA, 2012) nos permite analisar de que forma ela age na manutenção, ressignificação ou ruptura de uma estrutura balizada por iterações que mantêm relações assimétricas no que diz respeito ao gênero - e suas intersecções - e que configuram identidades de *homens* e *mulheres*, bem como suas ações sociais, excluindo e marginalizando quaisquer identidades que desviem desses comportamentos.

Trazer à tona a temática das violências contra mulheres, em suas diversas faces, é, portanto, contribuir para desvelar suas práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2001). Uma pesquisa encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e promovida pelo Datafolha, divulgada em 2016, revelou que 01 em cada 03 brasileiros culpabiliza a mulher pelo estupro, a depender da roupa vestida por ela<sup>5</sup>. Esses dados revelam a naturalização da violência sexual e da cultura do estupro e, mais do que isso,

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=article&id=&catid=189&Itemid=6>> Acesso: 18 Julho 2018.

<sup>4</sup> Para Mazetti, “as práticas de mídia alternativa são majoritariamente articuladas ao modelo da contra-informação, que tem como função desobstruir o acesso à opinião pública para os mais diferentes grupos sociais, políticos, étnicos, religiosos, de gênero e indicação sexual.” (MAZETTI, 2007, p.01)

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio-pesquisa-vs4.pdf>> Acesso: 02 Agosto 2018

evidenciam a necessidade de investigar as práticas sociais que legitimam relações assimétricas de poder sustentadas no/pelo discurso, uma vez que algumas estruturas e instituições sociais agem sistematicamente no controle da sexualidade da mulher. Assim, revelar produções e práticas discursivas sobre esses corpos configura expor uma pauta cerceada por preconceitos morais, instituídas como regimes de verdades (FOUCAULT, 1996). Isto é, explorar os potenciais de significados dos textos nos permite reconhecer o atravessamento de redes de ordens do discurso<sup>6</sup> naturalizadas, a fim de revelar de que forma elas agem nas produções de sentidos que se relacionam à temática e, assim, articulado às teorias feministas, desvelar, conseqüentemente, estruturas fundamentadas na opressão sistêmica de gênero.

Além das seções anteriormente apresentadas, essa dissertação segue estruturada em mais cinco tópicos. Na seção 4, são apresentadas as contribuições teóricas da Análise do Discurso Crítica, em um percurso cujo foco é a evolução das contribuições de Fairclough (2001, 2003) e Chouliaraki e Fairclough (1999), sobretudo no que diz respeito às mudanças relacionadas ao conceito de Discurso. Em seguida, é tecida, na seção 5, uma digressão conceitual que perpassa (i) a definição de Cultura, enquanto categoria antropológicamente localizada; (ii) a tipificação do estupro, como elemento jurídico-penal situado no tempo (a partir das mudanças legislativas a que se submeteu a legislação em 2009), delimitado no espaço (com foco no sistema de justiça brasileiro), e cujo significado prático guarda relação com a forma com a qual os atores inseridos neste sistema lidam com as vítimas e com os agressores deste crime; (iii) a delimitação dos contornos político-sociais do patriarcado, aqui mobilizados como chave interpretativa fundamental para a compreensão das relações de poder e dos efeitos sociais que atravessam os relacionamentos entre homens e mulheres.

Para além desse arcabouço conceitual, este trabalho evidencia, no tópico 6, o percurso metodológico que orientou a análise realizada. A partir daí se desdobram, primeiro, a análise dos excertos – objeto de discussão na seção 7 –, que, por sua vez, conduz às etapas seguintes, quais sejam, a análise da função do problema na prática (seção 8) e, finalmente, as reflexões sobre as possíveis formas de superação do problema motivador da pesquisa.

---

<sup>6</sup> Para Fairclough (2003), ordem do discurso está diretamente relacionada às práticas sociais que, articuladas de determinada forma, constituem uma *ordem social*. Dessa forma, ordem do discurso pode ser compreendida como o “aspecto discursivo/semiótico da ordem social. [...] É a forma em que diversos gêneros e discursos e estilos são entrecruzados simultaneamente” (FAIRCLOUGH, 2003, p.232).

## 4. O DISCURSO (E O) SOCIAL: as veredas interpretativas

### 4.1. As contribuições da Análise de Discurso Crítica Faircloughiana

O arcabouço teórico desta pesquisa se fundamenta, principalmente, nos estudos de *Análise de Discurso Crítica*, ADC, (FAIRCLOUGH, 2001 [1992], 2003; CHOULLIARAKI, FAIRCLOUGH, 1999; RESENDE; RAMALHO, 2006; RESENDE, VIEIRA, 2016), os quais constituem “uma abordagem científica transdisciplinar para estudos críticos da linguagem como prática social” (RAMALHO, 2008, p.44). A ADC assume caráter transdisciplinar na medida em que propõe uma abordagem de análise do discurso sob uma perspectiva sociodiscursiva e, por isso, tem por princípio o diálogo epistemológico com a Linguística Sistêmico Funcional e com diferentes áreas das Ciências Sociais e com a Filosofia. Dessa forma, propõe uma *teoria* e um *método* para descrever, interpretar e explicar a linguagem em seu contexto sócio-histórico, estabelecendo uma relação dialética entre discurso e sociedade.

As principais obras de Fairclough (2001 [1992]; 2003) e Chouliaraki e Fairclough (1999) trazem mudanças e ampliações conceituais, sobretudo no que se refere ao discurso e às práticas sociais. Por serem conceitos basilares para essa pesquisa, trazemos, nessa seção, as diferentes concepções do discurso em seus três momentos: (i) o discurso como prática social (FAIRCLOUGH 2001 [1992]), (ii) o discurso como um dos momentos da prática social (CHOULLIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999) e (iii) o discurso como semiose (FAIRCLOUGH, 2003).

#### 4.1.1. O discurso como prática social

Em *Discurso e Mudança Social* (2001 [1992]), Fairclough define o discurso a partir de três dimensões e apresenta um modelo teórico-metodológico para a análise do discurso em que uma das questões de base teórica é a relação de constituição dialética entre discurso e sociedade. O autor sublinha a relação entre teorias linguísticas e sociais de abordagens anteriores, provenientes da Análise do Discurso Francesa; contudo, aponta algumas limitações dessa matriz, indicando que eram “baseadas em uma visão estática das relações de poder, com ênfase exagerada no papel desempenhado pelo amoldamento ideológico dos textos linguísticos na reprodução das relações de poder existentes” (FAIRCLOUGH, 2001 [1992], p.20) De fato, os estudos anteriores se preocupavam em analisar como as ideologias moldavam os indivíduos, concebendo-os enquanto assujeitados. Na perspectiva de Fairclough (2001 [1992]), por outro lado, o

sujeito deixa de ser visto enquanto um ser moldado, assujeitado, e assume o papel de um sujeito que possui – e utiliza-se da – agência, embora ainda parcialmente constrangido. Sua abordagem se debruça sobre o caráter das *mudanças sociais* conferindo atenção aos processos de produção, consumo e distribuição dos textos, bem como às tensões provocadas em tais processos.

O autor resgata os estudos *foucaultianos* sobre conceitos de “discurso”, “poder” e “ordens do discurso”, e afirma que discursos “não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem ou as ‘constituem’; diferentes discursos constituem entidades-chave [...] de diferentes modos e posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais [...]” (*apud* FAIRCLOUGH, 2001 [1992] p.22). Sua preocupação volta-se, portanto, à construção discursiva de sujeitos, objetos e conceitos e aos efeitos sociais do poder, isto é, à forma com que discursos são produzidos, iterados, contestados e manejados, atravessados (e constituídos) pelas relações de poder.

Ao propor uma Teoria Social do Discurso, Fairclough (2001 [1992], p. 90) considera “o uso da linguagem como uma forma de prática social, e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais”. O autor afirma que o discurso configura não apenas um modo de *agir* no/sobre o mundo e sobre os outros, mas uma forma de *representar* o mundo e os outros (FAIRCLOUGH, 2001 [1992], p.91). É sob esse panorama que o discurso é concebido tanto como *ação* quanto como *representação*, o que desvela uma *relação dialética* entre *discurso* e *interação social*. Em outras palavras, o discurso assume tanto uma função constituída quanto constitutiva em relação às estruturas sociais, o que permite que ele aja nas relações sociais, inclusive resignificando-as. O discurso é, então, responsável por cooperar na “constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes” (FAIRCLOUGH, 2001 [1992], p. 91). Ele é uma prática que não apenas itera/transforma/mantém representações do mundo, mas o significa, o constitui e o constrói em significado.

Nessa perspectiva, atribuindo ao discurso o papel gerador de significações e de sentidos, Fairclough (2001 [1992]) agrega à sua proposta as contribuições da Linguística Sistêmico Funcional (LSF), cujos pressupostos são baseados nos trabalhos de Halliday (1985). Fairclough (2001 [1992], p. 47) se alia à LSF pelo fato de que, para esta abordagem, a língua é concebida como sistema aberto, cujo funcionamento coloca a “linguagem em processos políticos e ideológicos, recorrendo à Teoria Linguística Funcionalista associada com Michael Halliday (1985) e conhecida como Linguística

Sistêmica”. A pressuposição é a de que sujeitos fazem escolhas lexicogramaticais a partir da posição social que ocupam. Neste ponto, convergem as preocupações de Halliday e Fairclough em relação às causas e aos efeitos sociais da linguagem, de modo que a LSF constitui importante subsídio teórico e metodológico para a ADC.

A partir do diálogo com a LSF e com Foucault no que diz respeito à formação discursiva de conceitos, sujeitos e objetos, Fairclough aponta os três elementos constitutivos do discurso: (i) o discurso *constrói identidades sociais*; (ii) o discurso constrói *relações sociais*; e (iii) o discurso constrói *sistemas de conhecimento e crença* (FOUCAULT, *apud* FAIRCLOUGH, 2001 [1992], p.91). Esses elementos constitutivos do discurso estão articulados às três metafunções da LSF (HALLIDAY, 1985): (i) a função *identitária*, a qual diz respeito “aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso”; (ii) a *função relacional*, que diz respeito às negociações e representações de relações sociais; e (iii) a *função ideacional*, que se refere às representações do mundo, ou seja, às formas como textos “significam o mundo e seus processos, entidades e relações” (FAIRCLOUGH, 2001 [1992], p. 92).

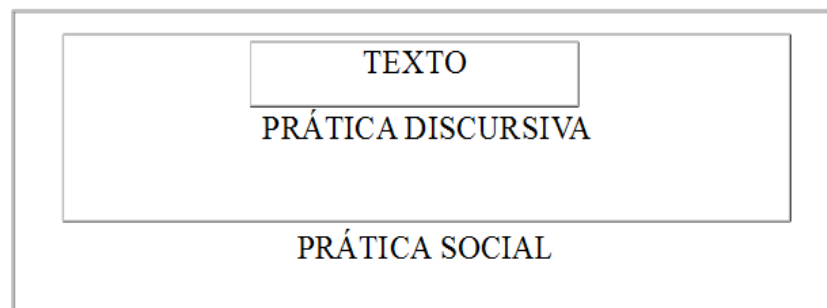
Os elementos constitutivos do discurso aos quais Fairclough se refere requerem o cuidado de que pensemos a prática discursiva em sentido ambivalente: ela é constitutiva não apenas porque itera aspectos da sociedade, mas porque ela também é responsável por transformar esses aspectos. Esse caráter constitutivo e ambivalente de iteração e transformação social, contudo, não é totalmente livre, mas parcialmente constrangido, situado dentro de uma prática social. Dessa forma, “a constituição discursiva da sociedade não emana de um livre jogo de ideias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas” (FAIRCLOUGH, 2001 [1992], p. 93). Isso implica dizer que as produções constitutivas do discurso são relativamente constrangidas, uma vez que esbarram em instituições, estruturas sociais, sujeitos socialmente situados e seus interesses particulares. Daí a necessidade de resgatar a perspectiva dialética entre a prática e o evento discursivo que, segundo o autor, estão em constante disputa, “com uma relação complexa e variável com as estruturas, as quais manifestam apenas uma fixidez temporária, parcial e contraditória” (FAIRCLOUGH, 2001 [1992], p. 94).

O discurso age, nesse sentido, como modo de *prática política e prática ideológica*. A prática política está relacionada às formas de *ação* do discurso. É através dela que pode ser percebido como os discursos estabelecem, mantêm ou transformam relações de poder. A prática ideológica, por sua vez, está relacionada às formas de *representação*, isto é, aos sentidos que são gerados a partir de ideologias. A prática

ideológica, dessa forma, “constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder” (FAIRCLOUGH, 2001 [1992], p. 94). As duas práticas, contudo, não estabelecem relações de independência entre elas; ou seja, a prática política é arena de disputa de poder e abarca, necessariamente, a prática ideológica, assim como esta abarca aquela. Nesse sentido, o discurso enquanto prática política funciona como *locus* e como o ponto de limite na disputa pelo poder: a prática ideológica, por sua vez, “recorre a convenções que naturalizam relações de poder e ideologias<sup>7</sup> particulares e as próprias convenções, e os modos em que se articulam são um foco de luta” (FAIRCLOUGH, 2001 [1992], p. 94). Assim, passa-se a pensar na prática discursiva em sentido amplo: quem a produz, de que forma essa prática foi negociada, a partir de que ordens do discurso e quais enunciados são iterados ou contestados.

Ao conferir ao discurso a potência constitutiva, isto é, ao estabelecer essa relação dialética em que discursos constituem e são constituídos socialmente, Fairclough (2001 [1992]) propõe seu modelo tridimensional, o qual envolve texto, prática discursiva e prática social. Essa concepção do discurso é manifestada através da figura a seguir:

**Figura 1:** Concepção Tridimensional do Discurso



Fonte: Fairclough (2001 [1992], p. 101)

De modo a estabelecer um método de descrição, interpretação e explanação e convergir a LSF com as teorias sociais, Fairclough (2001 [1992]) propõe o quadro tridimensional de análise do discurso, em que é possível associar a teoria à prática de análise:

O quadro [...] tenta combinar três tradições analíticas, cada uma delas indispensável para a análise do discurso: a tradição de análise linguística e textual da linguística, a tradição macrosociológica de análise da prática social em relação às estruturas sociais e a tradição interpretativa ou

<sup>7</sup> Na perspectiva de Fairclough, “ideologia são os significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício de poder e da luta pelo poder” (FAIRCLOUGH, 2001 [1992], p. 94).

microsociológica de análise da prática social enquanto ativamente produzida e entendida pelas pessoas com base de procedimentos compartilhados de senso comum (MAGALHAES, 2001, p. 24).

Embora dividida, para fins didáticos, as análises linguística, discursiva e social propostas pelo quadro tridimensional estabelecem relação direta entre elas, em um processo cujas escolhas de palavras são parcialmente constrangidas por discursos constituídos em práticas ideológicas compartilhadas entre grupos particulares. Assim, as práticas linguística e social são mediadas pela prática discursiva e, por esse motivo, torna-se possível prescrever uma descrição, interpretação e explicação de elementos linguísticos como constituintes da sociedade.

As fronteiras entre a prática do texto e a prática discursiva são, dessa forma, apenas *parcialmente* estabelecidas, porque não pensamos o texto sem pensar em *quem* produziu, *para quem* produziu, inserido em que *contexto*, isto é, nas *condições de produção*. Isso nos leva a compreender que os textos são investidos política e ideologicamente e suas interpretações são plurais e relacionadas a essas questões que os perpassam. Ao que se refere à análise, evidencia que “onde os aspectos formais dos textos são mais destacados, os tópicos [analíticos] são aí incluídos; onde os processos produtivos e interpretativos são mais destacados, os tópicos são incluídos na prática discursiva” (FAIRCLOUGH, 2001 [1992], p. 102).

No que se refere ao texto, a análise recai sobre elementos relacionados aos aspectos gramaticais, de vocabulário, elementos coesivos, e de que forma esse texto foi estruturado. Ao apresentar o *vocabulário* como um dos aspectos a serem analisados e ao qual diz respeito propriamente às palavras em relação com outras e como se combinam em orações e frases, Fairclough (2001 [1992], p. 103, grifos nossos) adverte que, embora aparentem, a princípio, serem analisadas de forma isolada, “os signos são *socialmente motivados*, isto é, [...] há razões *sociais* para combinar significantes particulares a significados particulares”. Essas possibilidades de investidas ideológicas – que são inúmeras –, merecem atenção e requerem uma análise feita de forma a compreender que os sentidos dos léxicos são amplamente maiores que seu sentido *a priori*, dicionarizado; ao mesmo tempo, a própria escolha lexical e seus potenciais de significado são, fundamentalmente, instrumento e alvo de disputas e negociação na dinâmica de produção de sentido.

A prática discursiva relaciona-se a uma tradição microssociológica – que implica pensar a prática social como sendo produzida por pessoas e consumida por pessoas - e a uma tradição macrossociológica – a qual diz respeito às relações que atravessam o momento em que essa prática acontece e à restrição, a partir de recursos

disponibilizados aos participantes, da produção e da interpretação. Nesse sentido, a análise da prática discursiva tem por foco o modo como os participantes produzem, consomem e distribuem os textos. Isto é, textos são produzidos em contextos, ou seja, são situados. Tal constatação implica em reconhecer que diferentes contextos podem gerar diferentes práticas discursivas. Neste enquadramento, tanto produtor quanto consumidor são *agentes* no processo de prática discursiva. Na concepção de Fairclough (2001 [1992]), em um sentido duplo, tanto processos de produção quanto de interpretação são restringidos socialmente. Primeiro pelos “recursos disponíveis dos membros, que são estruturas sociais efetivamente interiorizadas, normas e convenções, como também ordens do discurso e convenções para a produção, a distribuição e o consumo de texto”. Depois, “pela natureza específica da prática social da qual fazem parte, que determina os elementos dos recursos dos membros a que se recorre e como (de maneira normativa, criativa, aquiescente ou opositiva) a eles se recorre” (FAIRCLOUGH, 2001 [1992], p. 109).

É necessário, ainda, resgatar a noção segundo a qual toda prática discursiva é situada, dimensionada não em uma continuidade histórica, mas em uma *descontinuidade*. Em outras palavras, todo texto responde a um texto anterior e os sentidos gerados nesse movimento são produzidos por projetos particulares, a partir da categoria de *intertextualidade*. Ou seja, isso nos permite inferir que os sentidos gerados não são sempre os mesmos, eles mudam conforme novas produções enunciativas. Na perspectiva do autor, os discursos colonizam outros discursos e tal processo ocorre através de práticas discursivas, que estão materializadas propriamente na linguagem, no texto. Nesse sentido, “a prática social (política, ideológica etc.) é uma dimensão do evento discursivo, da mesma forma que o texto” (FAIRCLOUGH, 2001 [1992], p. 99) e a prática discursiva, portanto, se constitui enquanto forma particular da prática social.

A prática social, por sua vez, relaciona as duas dimensões anteriores da abordagem tridimensional: assim como o texto, ela é uma faceta do evento discursivo e a prática discursiva é um modo particular de prática social (FAIRCLOUGH, 2001 [1992], p. 99).

A análise da prática social atém-se aos investimentos de ordem hegemônica e ideológica e, por essa razão, os conceitos de *ideologia*, *hegemonia* e *lutas hegemônicas*, que norteiam a análise das *práticas sociais*, são fundamentais para a abordagem tridimensional. A *ideologia* está intrinsecamente ligada às relações sociais, como expressão de tomada de determinada posição, iterada por indivíduos posicionados sócio-historicamente. Para Fairclough (2001 [1992], p.117), ideologia “são significações/ construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as

identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação.” A posição que Fairclough assume em relação à ideologia é bem semelhante à de Thompson (1990), para o qual “determinados usos da linguagem e de outras ‘formas simbólicas’ são ideológicos, isto é, servem, em circunstâncias específicas, para estabelecer ou manter relações de dominação.” (apud FAIRCLOUGH, 2001 [1992], p.117).

No que se refere à *hegemonia*, Fairclough a compreende como um domínio exercido pelo poder de um determinado grupo sobre os demais e este domínio é baseado não no uso da força, mas no *consenso*, estabelecido, por exemplo, por meio de alianças. Entretanto, a dominação exercida pela hegemonia está sempre em instabilidade, daí a questão da *luta hegemônica* como foco de disputa sobre pontos instáveis em relações de hegemonia. É por este motivo que o conceito de hegemonia nos possibilita analisar como as relações de poder, por meio dos discursos, iteram, reestruturam ou desafiam as hegemonias e os discursos hegemônicos existentes. As hegemonias são produzidas, iteradas, contestadas e transformadas no e pelo discurso.

A relativa permanência de articulações entre elementos sociais cria uma possibilidade intrínseca de desarticulação e rearticulação desses elementos sociais (FAIRCLOUGH, 2001 [1992]). Ao conceito de luta hegemônica, Fairclough (2001 [1992]) acrescenta que ela “localiza-se em uma frente ampla, que inclui as instituições da sociedade civil (educação, sindicatos, família) com possível desigualdade entre diferentes níveis e domínios” (FAIRCLOUGH, 2001 [1992], p.122).

Podemos, a partir do arcabouço teórico acima mobilizado, inferir que *um* dos instrumentos de manutenção das ordens é a *ideologia*, ou seja, os sentidos gerados por projetos particulares de instituições particulares. As ideologias, embora atuem de forma velada, opaca e, por isso, naturalizada, apresentam pistas manifestadas textualmente, de maneira explícita ou implícita. É nesta noção de ideologia que está compreendida a hegemonia não como força, mas como concessão. Aceitamos ou não esses sentidos gerados, os iteramos ou confrontamos. Assim, a ideologia é *instrumento* da hegemonia. Por isso, a relação é de proporcionalidade inversa: quanto mais tácita, opaca, naturalizada, menos refletimos sobre as instituições que a geraram, em que momento, em que contexto histórico e quais os paradigmas científicos, religiosos etc., a ampararam.

Essas ideologias são sentidos *relativamente permanentes* e hegemonias são *relativamente permanentes*, uma vez que os sentidos e as relações de poder estão sempre em tensões. Há momentos em que esses sentidos serão questionados,

problematizados, criticados, transformados: “os sujeitos são posicionados ideologicamente, mas são também capazes de agir criativamente no sentido de realizar suas próprias conexões entre as diversas práticas e ideologias a que são expostos e de reestruturar as práticas e as estruturas posicionadoras” (FAIRCLOUGH, 2001 [1992], p. 121). Ideologias, portanto, *articulam* ordens do discurso e lutas hegemônicas *rearticulam* ordens do discurso. Neste contexto, Fairclough (2001 [1992]) elucida que “as ideologias surgem nas sociedades caracterizadas por relações de dominação com base na classe, no gênero social, no grupo cultural [...] e à medida que os seres humanos são capazes de transcender tais sociedades, são capazes de transcender a ideologia”. Em tal circunstância, não falamos mais de hegemonia, mas de *lutas hegemônicas* (FAIRCLOUGH, 2001 [1992]).

Os conceitos apresentados nos interessam, portanto, a partir do momento em que compreendemos que o quadro tem a preocupação de prover subsídios para descrição, interpretação e explanação de elementos que constituem os textos, as práticas discursivas e as práticas sociais, a fim de contribuir para mudança social. Assim, Fairclough (2001 [1992], p.126) admite que

[...] o conceito de hegemonia nos auxilia nessa tarefa, fornecendo para o discurso tanto uma matriz – uma forma de analisar a prática social à qual pertence o discurso em termos de relação de poder, isto é, se essas relações de poder reproduzem, reestruturam ou desafiam as hegemonias existentes – como um modelo – uma forma de analisar a própria prática discursiva como um modo de luta hegemônica, que reproduz, reestrutura ou desafia as ordens de discurso existentes. Isso fortalece o conceito de investimento político das práticas discursivas e, já que as hegemonias têm dimensões ideológicas, é uma forma de avaliar o investimento ideológico das práticas discursivas. A hegemonia também tem a virtude notável, no presente contexto, de facilitar o estabelecimento de um foco sobre a mudança.

Por fim, ao discorrer sobre o discurso em suas três dimensões, Fairclough (2001 [1992]) parte da premissa de que existe, de fato, uma estrutura que parcialmente constringe esse sujeito, sem desconsiderar que, ao mesmo tempo, esse sujeito tem agência. É dizer, as práticas sociais são formadas na articulação entre discurso e outros elementos sociais e o discurso enquanto prática social é, portanto, uma forma de agir e de representar o mundo.

#### 4.1.2. O discurso como um momento da Prática Social

A discussão sobre o modelo tridimensional de Fairclough (2001 [1992]) nos interessa e se justifica pelo fato de que é naquele momento em que o autor nos indica

seu posicionamento em relação ao discurso e à sua abordagem de análise crítica. Sua preocupação consistia em apresentar a importância de um método de análise linguística voltado às Teorias Sociais, as quais traziam o discurso como conceito central, mas sem que houvesse uma análise textual consistente.

*Discourse in late modernity: Rethinking critical discourse analysis* (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999) é uma obra que ressignifica o modelo tridimensional e seus aspectos. É o momento em que os autores escrevem direcionados aos linguistas em relação às teorias sociais que abarcam a Análise do Discurso Textualmente Orientada, ADTO.

Por se vincularem às Ciências Sociais Críticas, sobretudo ao *Realismo Crítico* (BHASKAR, 1985), Chouliaraki e Fairclough (1999) reformulam a concepção de discurso à qual anteriormente se perfilavam, descentralizando o discurso enquanto prática social e o relacionando a um dos momentos da prática social. O discurso, neste novo enquadramento, é articulado a outros momentos que constituem a prática social. Para compreender a transformação do *discurso como prática social* para o *discurso como momento da prática social*, os autores resgatam algumas noções para nós importantes, dentre as quais destacamos: a de *vida social aberta*, do Realismo Crítico, de Bhaskar e a de *prática social*, de Harvey.

Chouliaraki e Fairclough (1999) se alinham ao Realismo Crítico de Bhaskar (1985) no ponto em que a vida social é entendida como sistema aberto, no qual eventos ocorrem através de uma multiplicidade de fatores que operam simultaneamente. A realidade, para o autor, é constituída por *dimensões transitivas e intransitivas*. A dimensão intransitiva diz respeito aos fenômenos, aos objetos da ciência – físicos ou sociais –, que existem anteriormente às pesquisas e que ocorrem a despeito de nosso conhecimento sobre elas. A dimensão transitiva se refere ao que produzimos em termos de conhecimentos, bem como sua própria construção, a qual depende de conhecimentos anteriores e da atividade humana – teorias, métodos, discursos. Bhaskar argumenta que é impossível pensar uma ciência sem pensar nas dimensões transitiva e intransitiva e que a distinção entre essas dimensões é o que permite pensar que o mundo não deve ser reduzido às nossas experiências em relação a ele (BHASKAR, 1978).

Assim, a realidade, de acordo com Bhaskar (1978), é estratificada em níveis do *empírico*, que diz respeito ao domínio das experiências, dos acontecimentos e fatos que podem ser observados; do *actual*, no qual ocorrem os eventos a partir de poderes ativados e que, por sua vez, geram efeitos de poder; e o nível do *real*, onde estão as estruturas e os mecanismos gerativos, os quais suscitam nossa compreensão do real e que não necessariamente estão evidenciados. O Realismo Crítico sustenta, a partir das

proposições acerca da realidade estratificada, que é necessário “compreender as camadas mais profundas da realidade, nas quais se ‘escondem’ os determinantes causais, incluindo os agentes causais e seus poderes” (PAPA, 2009). A ‘causalidade’, de acordo com essa pesquisadora, é entendida não como a relação entre os eventos, no sentido de causa e efeito, mas como poderes causais, que dizem respeito aos modos de agir ou aos mecanismos sobre os/ a partir dos quais se age.

As contribuições de Bhaskar (1987) para a ADC amparam-se na concepção da vida social como um sistema aberto. Tal perspectiva parte da pressuposição de que eventos coexistem, o que implica pensar a sociedade como contingencial e circunstancial em relação à totalidade dos sistemas de relações humanas, em que cada um desses sistemas tem seu próprio poder causal, propriedades e mecanismos, os quais, por sua vez, são afetados por outros mecanismos em um processo de correlação. Na proposição de Chouliaraki e Fairclough (1999), essa noção de *vida social aberta* aponta as características de uma *prática social complexa*, ou seja, a articulação entre vários mecanismos, possuindo distintos momentos, cada qual com seus próprios mecanismos. Estes, por seu turno, são (re)articulados de formas diferentes, ao mesmo tempo em que estão internalizados a todos os outros momentos da prática (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Além disso, pressupõem que a vida social aberta não pode ser pré-dita, pois está situada em um contexto maior da cultura, e também em um contexto de situação, vale dizer, no momento da prática. Sob esse ângulo reside a possibilidade de agência e transformação social, em que sujeitos têm, dentre outras, a possibilidade de reagir a essas estruturas em direção a uma prática emancipatória.

O diálogo entre o Realismo Crítico de Bhaskar (1985) e a ADC de vertente britânica desencadeou algumas reformulações conceituais. Nesse sentido, Chouliaraki e Fairclough (1999) aproximam-se das discussões de Harvey (1996), para quem as práticas sociais estariam relacionadas a outros elementos da vida social e seriam compostas, dessa forma, por práticas materiais, relações sociais, poder, crenças, valores etc. Os autores operacionalizam este conceito e integram outros elementos às práticas sociais, agora compreendidas em sentido mais amplo que o proposto anteriormente por Fairclough (2001 [1992]).

A partir da operacionalização do conceito de Harvey (1996), Chouliaraki e Fairclough (1999) argumentam que as *práticas sociais* são, ao mesmo tempo: (i) *formas habituais de práticas*, o que as posiciona na esfera das estruturas sociais, tidas geralmente como naturalizadas, iteradas; e (ii) *ação dos agentes*, o que as situa na esfera dos eventos sociais, ou seja, no que acontece propriamente. Por isso, as práticas sociais são consideradas o ponto de intermédio entre a estrutura social e os eventos sociais, uma

vez que elas são constituídas de práticas habituais e de agência social. Na mesma direção, as práticas sociais também figuram como indicador de conflitos sociais, a partir do momento em que elas podem ser contestadas e rearticuladas. A ação social se desenvolve, portanto, da seguinte forma: ela é parcialmente estrangida e parcialmente sustenta/ transforma, o que nos leva a pensar que as instituições não são fixas, isto é, não são abstratas e não são fechadas.

Chouliaraki e Fairclough (1999), além disso – e a partir disso – apresentam três aspectos das práticas sociais: (i) são *formas de produção da vida social*; (ii) estão *situadas em redes de práticas*; (iii) têm uma *dimensão reflexiva*.

Enquanto *prática de produção*, pessoas produzem a vida social em todas as suas práticas e essas mesmas práticas são situadas. As pessoas, ao agirem, utilizam tanto recursos materiais, como simbólicos. Recursos simbólicos, por seu turno, estão situados em um momento da prática, que é o momento semiótico da prática, ou seja, o momento discursivo da prática através de recursos verbais e não verbais.

Os autores argumentam, então, que, se as pessoas produzem vida social nas práticas e se elas utilizam de recursos materiais e simbólicos, ou seja, se elas utilizam do discurso, isso implica dizer que, se há mudança discursiva, há mudança social. Isso está estritamente ligado à relação do momento discursivo com outros momentos discursivos das práticas.

A respeito das práticas situadas em redes de práticas sociais, ou seja, nas *relações entre as práticas*: cada prática é situada em uma *rede de práticas* de modo que essas práticas sofrem efeitos das relações de poder, ao mesmo tempo em que essa rede de práticas pode mudar a dinâmica do poder. Esse ponto nos interessa particularmente porque os autores apontam que essas relações de poder são econômicas, ligadas ao capitalismo, mas também são relações de gênero, classe, raça etc, o que nos permite pensar na interseção com as teorias sociais.

As referidas redes de práticas sociais encontram respaldo nas hegemonias, também parciais, consensuais e naturalizadas, gerando sentidos ligados a projetos particulares ou, em outras, palavras, gerando ideologias, articuladas sempre em *relativa* permanência. Esta relação de relativa permanência traz consigo a noção de agência, bem como os posicionamentos desses agentes em relação às práticas. Esses atores sociais podem ser antagônicos, gerando, como efeito, identidades heterogêneas e resultando em lutas sociais. O posicionamento, portanto, é sempre parcialmente estrangido e múltiplo.

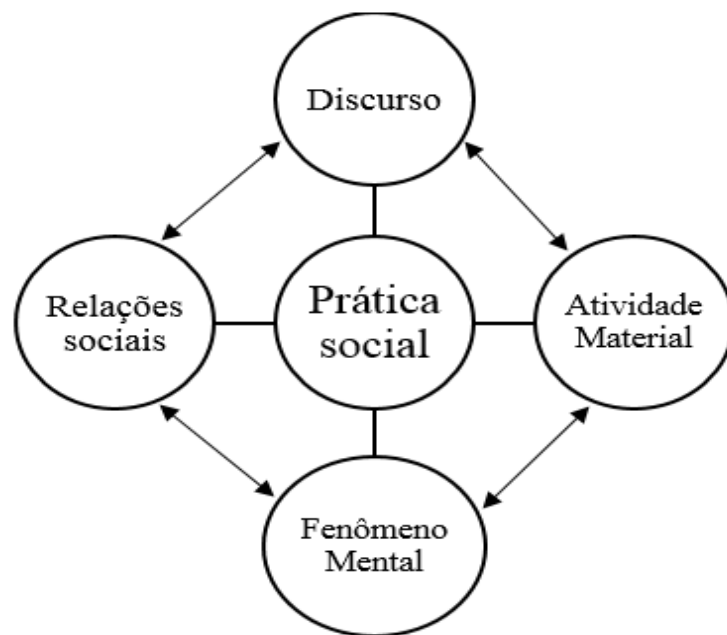
O *caráter reflexivo*, por fim, implica em reconhecer que toda prática social gera representações sobre as práticas e essas representações, por sua vez, geram teorias sobre

as práticas, características que os autores resgatam da Modernidade Tardia (GIDDENS, 1991). Essas práticas sociais, por conseguinte, ocorrem sob a ótica dessas teorias que foram geradas anteriormente. A reflexividade “consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter” (GIDDENS, 1991, p. 39). Então, a reflexividade necessita do uso da linguagem e produz *construções discursivas sobre a prática*.

Tais práticas teóricas estabelecem sempre relação com outras práticas que geram e articulam ideologias, tanto dentro dela – da própria prática –, quanto fora, no momento em que essas ideologias colonizam outras práticas sociais (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Nesse sentido, os conhecimentos gerados são ideológicos e resistir a esses conhecimentos é resistir a essas ideologias. Essa resistência ocorre quando rearticulamos os momentos da prática e nas redes de práticas.

Os mencionados aspectos das práticas sociais explorados por Chouliaraki e Fairclough (1999) implicam pensar o discurso não como o único elemento constitutivo da prática social, mas como *um dos momentos da prática*, que rearticula outros momentos não discursivos, ou seja, atividade material, fenômeno mental e relações sociais, como ilustrado abaixo:

**Figura 2:** Momentos da prática social



Fonte: Resende e Ramalho (2006, p. 39)

O discurso é, portanto, um momento da prática que internaliza outros sem ser reduzido a eles; a prática social está articulada em uma rede de práticas e as características internas dessas práticas são determinadas por relações externas. Nesse

sentido, a prática social figura em duplo sentido: elas são parcialmente discursivas, uma vez que são constituídas também por outros elementos da vida social, e, ao mesmo tempo, são representadas discursivamente (CHOULIARIAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

Retomando a matriz dos estudos discursivos críticos, estes trabalhos assumem caráter emancipatório e posicionado, tentando não apenas a descrição linguística de um texto, mas, sobretudo, os traços linguístico-discursivos constituídos nele, que revelam formações e posicionamentos ideológicos. Essa perspectiva de análise possibilita uma interpretação explanatória crítica dos fenômenos sócio-políticos contidos nos discursos e das relações de poder e dominação que eles exercem. Como consectário lógico, os textos figuram “não só como estruturados no sistema, mas também potencialmente inovadores do sistema” (RAMALHO; RESENDE, 2006, p. 56).

#### 4.1.3. O discurso como Semiose

Em *Analysing Discourse: Textual analysis for social research*, Fairclough (2003) reitera a noção do discurso como um momento da prática social, vale dizer, enquanto “um momento da vida social que é interligado de maneira próxima a outros elementos” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 3). Entretanto, ao invés de abordar as funções da linguagem, sustenta que ela não só *funciona*, mas *gera* sentidos. Sendo a materialização discursiva de eventos sociais, os textos

causam efeitos – isto é, eles causam mudanças. Mais imediatamente, os textos causam mudanças em nosso conhecimento [...], em nossas crenças, em nossas atitudes, em nossos valores, e assim por diante. Eles causam também efeitos de longa duração – poderíamos argumentar, por exemplo, que a experiência prolongada com a publicidade e outros textos comerciais contribui para moldar a identidade das pessoas como “consumidores/as”, ou suas identidades de gênero. Os textos podem também iniciar guerras ou contribuir para transformações na educação, ou para transformação nas relações industriais, e assim por diante (FAIRCLOUGH, 2003, p. 8)

O autor amplia e recontextualiza as macrofunções de Halliday – que compreende as funções sociais da linguagem e a organização do sistema linguístico como aspecto central da linguagem humana – de molde a “estudar os sistemas internos das línguas naturais sob o foco das funções sociais” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 57). De maneira especificada, Fairclough (2003) operacionaliza as macrofunções em três significados: (i) o significado acional; (ii) o significado representacional; e (iii) o significado identificacional.

O discurso como um dos momentos da prática social se constitui, dessa forma, de três maneiras: como formas de agir, de representar e de ser; isto é, os indivíduos

agem, representam e identificam – a si e a outros - em processos de significação nos eventos sociais. Esses aspectos do significado levam as pessoas a agir e interagir; representar pessoas e eventos; e identificar, julgar, apreciar. As três maneiras pelas quais o discurso se estrutura correspondem aos significados acional, representacional e identificacional. Estes atuam concomitantemente em todo o enunciado e operacionalizá-los preserva a noção de multifuncionalidade presente na LSF (FAIRCLOUGH, 2003).

O *significado acional* está relacionado diretamente aos gêneros e às formas que práticas sociais os produzem a serviço de interesses particulares. Para Fairclough (2003, p.65), gêneros são responsáveis por constituir “o aspecto especificamente discursivo de maneiras de ação e interação no decorrer de eventos sociais”. Dessa forma, a análise de textos, no que se refere ao gênero, tem por intuito discutir a forma com que o texto atua em ações e interações sociais e de que forma colaboram com elas – ações e interações – em eventos sociais concretos. O autor categoriza os gêneros em *pré-gêneros*, através da releitura de Swales (1990), e *gêneros situados*, em que o primeiro corresponde a uma categoria mais ampla e abstrata e que atua na constituição de gêneros situados, estes mais concretos, responsáveis por “definir gêneros que são específicos de uma prática particular” (RAMALHO; RESENDE, 2006, p.63). Nesse sentido, Fairclough (2003) argumenta que os textos sempre são constituídos por um pré-gênero que abarca gêneros situados e que a identificação dessa articulação é um movimento necessário na análise da estrutura genérica.

Os gêneros, nessa perspectiva, assumem uma faceta regulatória do discurso e devem ser reconhecidos como instrumento que serve a interesses particulares, exercendo controle e ordenação de discursos. Uma das categorias analíticas do significado acional e da análise de gêneros, portanto, é a intertextualidade. A partir dessa categoria, é possível identificar quais vozes são trazidas ao texto, da mesma forma que permite verificar quais vozes são excluídas e quais os potenciais efeitos de sentido gerados por esse movimento de inclusão e exclusão.

O *significado representacional* diz respeito ao conceito de discurso como modos de representar aspectos do mundo – em termos de processos, de participantes e de circunstâncias – considerando que essas representações podem ocorrer de formas diferentes a partir de distintas perspectivas de mundo. A importância do discurso como modo de representar se inscreve não apenas no fato de que discursos representam os mundos material, mental e social (FAIRCLOUGH, 2003), mas também na consideração de que diferentes discursos também articulam e são investidos de diferentes projeções da realidade, isto é, “relacionam-se a projetos de mudança do mundo de acordo com perspectivas particulares” (RAMALHO; RESENDE, 2006, p.70-71). Para Fairclough

(2003, p. 124), diferentes discursos são distintas perspectivas do mundo, “associadas a diferentes relações que as pessoas estabelecem com o mundo, o que, por sua vez, depende de suas posições no mundo, de suas identidades pessoal e social, e das relações sociais que elas estabelecem com outras pessoas”.

Outro ponto importante no que se refere ao discurso como forma de representar implica o fato de que ele gera diferentes sentidos, na medida em que vai sendo iterado, contestado, confrontado, ressignificado etc. Nessa perspectiva, o diálogo entre os discursos é associado “a diferentes relações que as pessoas estabelecem com o mundo, o que, por sua vez, depende de suas posições no mundo, de suas identidades pessoal e social, e das relações sociais que elas estabelecem com outras pessoas” (FAIRCLOUGH, 2003, p.124). É por essa razão que alguns discursos servem à cooperação de relações assimétricas ou discursos que competem entre si têm o potencial de rearticulação dessas assimetrias.

Ademais, discursos podem gerar representações em escala local ou global, de forma mais ou menos estável. Essa faceta do discurso e das representações geradas por ele pode, por sua vez, colonizar diferentes práticas na vida social e, dessa forma, alcançar e influenciar outras práticas (FAIRCLOUGH, 2003).

Especificamente no que diz respeito ao objeto dessa pesquisa, as categorias discursivas utilizadas na análise do significado representacional correspondem à interdiscursividade, à representação dos agentes sociais e ao Sistema de Transitividade (HALLIDAY, 1994). Essas categorias serão discutidas, de maneira detalhada, na seção de percurso metodológico.

O *significado identificacional* se articula às formas de identidade e identificação das vozes presentes nos textos. Na perspectiva dos Estudos Culturais (HALL, 2000; SILVA, 2000), a identidade e diferença são compreendidas como produtos de criações linguísticas, isto é, “são produzidas ativamente no discurso, em textos e interações” (RAMALHO; RESENDE, 2006, p.77). Tal perspectiva nos possibilita compreender que, sendo produto de criações, essas identidades e diferenças estão e se constituem em relativa permanência, já que seus sentidos estão em constante disputa.

Importa à ADC, nesse sentido, discutir como ocorrem as disputas discursivas em relação às identidades. Essas disputas se dão de forma a confrontar e/ou manter as construções de identidades e ocorrem, no que se refere à hegemonia – como já dita, relativamente estável –, a partir de lacunas e pontos de tensão. (FAIRCLOUGH, 1997). Isso indica, portanto, que sujeitos atuam na construção, na contestação e na ressignificação de identidades; isto é, “pessoas são também agentes sociais que fazem coisas, criam coisas, mudam coisas” (FAIRCLOUGH, 2003, p.160).

Nessa perspectiva, Fairclough (2003) reconhece dois tipos de agentes, *primários* e *incorporados*. Aqueles dizem respeito às posições de sujeitos que, a princípio, não podem realizar escolhas, numa perspectiva, inclusive, de marcadores sociais da diferença, isto é, às posições de classe, raça, gênero, sexualidade, dentre outros. Entretanto, esses agentes têm, posteriormente, capacidade de transformar parcialmente suas condições, e, a partir da noção de reflexividade, podem operar escolhas e agir com vias à mudança social.

Duas das categorias analíticas do significado identificacional se referem às avaliações e às modalidades, as quais também serão discutidas, de forma detida, na seção de percurso metodológico.

## **5. CULTURA, PATRIARCADO E SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL: as contribuições das Teorias Sociais.**

A proposta transdisciplinar da ADTO faircloughiana estabelece diálogo com outras áreas do conhecimento, dentre elas aquelas de perfil filosófico e as de perfil sociológico. Desse modo, emerge a importância das Teorias Sociais, as quais nos oferecem subsídios analíticos indispensáveis para pensarmos a relação entre o *social* e o *linguístico*.

Por constituir eixo central dessa pesquisa o evento *cultura do estupro*, o qual possui duplo componente – *cultura* e *estupro* – trazemos, nessa seção, primeiro, uma discussão sobre a complexidade que envolve o conceito de *cultura*; segundo, por ser fundamental apreender a forma com que o *estupro* tem sido considerado sob a perspectiva legal, já que concebido como crime, propomos uma contextualização que situa o fenômeno na esfera jurídica, a partir de um recorte temporal que incide sobre a mudança legal relacionada à tipificação deste crime; posteriormente, considerando que nosso objetivo consiste em analisar como esse evento é constituído e de que forma produz diferentes violências a distintas *mulheres*, articulamos algumas discussões sobre o conceito de *patriarcado* e sobre a forma como podemos mobilizá-lo nas reflexões e análises; finalmente, por entendermos que os marcadores sociais da diferença agem de forma a afetar de maneiras díspares as diferentes mulheres – o que constitui o *corpus* dessa pesquisa – trazemos, por fim, algumas reflexões sobre o conceito de *interseccionalidade*.

A expressão *cultura do estupro* passou a ser utilizada na década de 1970 (ALMEIDA, FLORES; RODRIGUES, 2016) e, ao se tratar de diversas violências, passa a ser utilizado em um sentido amplo, em perspectiva abstrata, tal como um

conceito “guarda-chuva”. Dessa forma, este conceito serve de base para produções acadêmicas, discussões e debates em esferas públicas e ativistas, a partir do qual mulheres, sobretudo, discorrem sobre a produção e os efeitos da cultura do estupro nos mais diversos contextos. Daí a relevância em desmembrá-lo conceitualmente, a fim de que seja possível perceber a produção e operacionalização deste conceito em seus níveis simbólico e prático, enquanto produtor de violências ou enquanto uma produção social que respalda performatizações de violências, no caso, às mulheres.

O conceito de *cultura* será discutido pelo viés, sobretudo, da antropologia (HALL, 1997; 2006; MINTZ, 2010). Nessa perspectiva, lidamos, aqui, com um conceito central às discussões de base antropológica; essa centralidade confere a ele um caráter conflituoso (HALL, 1997), discutido e disputado sob diferentes perspectivas.

### **5.1. Cultura e o enquadramento antropológico**

O conceito de *cultura*, utilizado pela primeira vez por Edward Burnett Tylor em 1877, a definia como a materialização de aspectos comportamentais, espirituais e materiais da vida humana. A partir dessa primeira abordagem, ao menos duas interpretações foram possíveis e delinearão trabalhos seguintes: a primeira referia-se à ideia de que algumas *sociedades* possuíam cultura e outras não; e a segunda, de que alguns *indivíduos* possuíam cultura e outros não (MINTZ, 2010). Para o autor, essas duas interpretações acarretam visões distintas sobre um mesmo conceito. Nesse sentido, compreender cultura no terreno individual implica relacioná-la a uma questão de privilégios, uma vez que é adquirida a partir de critérios como educação, raça, posição social; ou, cultura no sentido coletivo, implica atribuir a ela o caráter de produto histórico de determinados grupos sociais. Embora distintas as interpretações, ambas carregam em sua gênese questões relacionadas ao poder e à hierarquia entre indivíduos e sociedades. Em outras palavras, em quaisquer perspectivas existe, nas definições do conceito, a ideia de que determinados indivíduos e/ou grupos possuem algo, a que lhe é atribuído valor, e outros não. Assim, a esses indivíduos e/ou grupos também seriam conferidos valores.

Ampliando essa noção, Franz Boas, no século XX, assume em seus trabalhos a perspectiva de cultura enquanto um traço distintivo da humanidade. Interessado em pesquisas etnográficas com “sociedades primitivas”, elaborou trabalhos com grupos sociais afastados de dispositivos tecnológicos e outros aparatos que antes classificavam e atribuíam valor às sociedades e buscou, nesse percurso, compreender as peculiaridades de traços culturais de cada grupo. Assim, Boas caminha no sentido de

considerar que cada indivíduo e cada grupo social detêm aspectos culturais, embora não estivesse preocupado em classificar grupos e/ou indivíduos, tampouco o próprio conceito de cultura.

Dialogando as duas perspectivas anteriores, outra abordagem sobre a definição do conceito foi elaborada por Kroeber (1952), para quem os aspectos culturais eram postos na intersecção do individual e do coletivo. Assim,

existem certas propriedades da cultura – tais como transmissibilidade, alta variabilidade, padrões de valor, influência em indivíduos – que são difíceis de explicar, ou cuja significância é mais difícil de encontrar, estritamente em termos de composição orgânica ou personalidades de indivíduos. Essas propriedades ou qualidades da cultura evidentemente se fixam não no indivíduo orgânico homem enquanto tal, mas nas ações e nos produtos de comportamento de sociedades de homens – ou seja, na cultura. (KROEBER, 1952, s/p, *apud* MINTZ, 2010, p.228)

Extraí-se do exposto que comportamentos individuais podem ser apreendidos como reflexo, produto do que é construído socialmente. É possível inferir, a partir dessa perspectiva, que a relação entre indivíduo e sociedade se estabelece na medida em que aspectos culturais individuais constituem aspectos culturais sociais e aspectos culturais sociais constituem comportamentos e aspectos culturais de indivíduos. Os indivíduos, então, para serem “considerados indivíduos”, precisam e necessariamente apreendem, no âmbito da vida em sociedade, valores simbólicos e culturais dos grupos aos quais pertencem. Sob esse ângulo, são postos em questão aspectos que dizem respeito à historicidade desses valores. Em outras palavras, a *cultura* passa a ser compreendida como a articulação de práticas sociais, indivíduos e acúmulos históricos de crenças, comportamentos, valores sociais, entre outros.

Já em uma perspectiva funcionalista, Radcliffe-Brown, em 1934, ao compreender o fenômeno da historicidade como fundamental na observação e análise de eventos, grupos e sociedades em relação aos aspectos e símbolos culturais, afirma que cultura são eventos que existem mutuamente, que se inter-relacionam e implicam a necessidade de se analisar a historicidade de tais eventos. Por isso, “qualquer acontecimento é determinado mais pelos eventos ocorridos antes da ocasião em questão do que pelo que podemos observar contemporaneamente com ele” (RADCLIFFE-BROWN, 1934, s/p *apud* MINTZ, 2010, p.229).

É assim que ao agregar ao conceito questões relativas à historicidade, ao conjunto de instituições, aos aparatos tecnológicos, às crenças, aos valores, aos códigos, às linguagens etc, entra em perspectiva a questão da *agência*. A este respeito, Eric Wolf

(1953) argumenta que é possível que haja mais de uma “cultura” em uma mesma sociedade e explicita:

Por cultura eu entendo as formas desenvolvidas historicamente através das quais os membros de uma determinada sociedade se relacionam entre si. Por sociedade eu entendo o elemento de ação, de manobras humanas dentro de um campo constituído pelas formas culturais, de manobras humanas que almejam tanto a preservação de certo equilíbrio de oportunidades e riscos na vida quanto a sua mudança. (WOLF, 1953, s/p. *apud* MINTZ, 2010, p.230-231)

Assim, indivíduos agem, no que o autor denomina “manobras humanas”, em relação aos códigos culturais, quer seja iterando-os, quer seja contestando-os, ressignificando-os, transformando-os. A presunção é a de que práticas sociais existem condicionadas por comportamentos individuais e coletivos, sob uma espécie de norma social, mas que essas mesmas práticas podem ser modificadas a partir de interesses particulares e coletivos. Nota-se, a partir desses pressupostos, que *cultura* agrega, aqui, tanto comportamentos individuais como práticas sociais, as quais carregam e são constituídas de valores adquiridos por meio de instituições, em uma perspectiva que leva em conta a historicidade. É vista, portanto, como um conjunto de elementos materiais e simbólicos adquiridos historicamente, e que constituem e são constituídas por práticas sociais.

A cultura, para Hall (1997), estabelece relação direta com os meios de produção e circulação de sentidos, e, somado a isso, estabelece relação com a agência:

a ação social é significativa tanto para aqueles que a praticam quanto para os que a observam: não em si mesma mas em razão dos muitos e variados sistemas de significado que os seres humanos utilizam para definir o que significam as coisas e para codificar, organizar e regular sua conduta uns em relação aos outros. Estes sistemas ou códigos de significado dão sentido às nossas ações. Eles nos permitem interpretar significativamente as ações alheias. Tomados em seu conjunto, eles constituem nossas "culturas". Contribuem para assegurar que toda ação social é "cultural", que todas as práticas sociais expressam ou comunicam um significado e, neste sentido, são práticas de significação. (HALL, 1997, p.16)

Para o autor, a cultura indica dois vetores constitutivos. Um, de natureza substantiva, diz respeito ao “lugar da cultura na estrutura empírica real e na organização das atividades, instituições, e relações culturais na sociedade, em qualquer momento histórico particular”. O outro, de cunho epistemológico, refere-se às formas pelas quais a cultura é utilizada na transformação de nossa “compreensão, explicação e modelos teóricos do mundo” (HALL, 1997, p.16). Para Hall, a centralidade da cultura se afirma a partir da “Revolução cultural” no séc. XX, sobretudo em virtude das transformações relacionadas à produção e circulação de conteúdos e bens culturais. A mídia, a partir de

então, figura como mediadora de trocas econômicas a partir da circulação de ideias, conhecimentos e informações.

A mudança no paradigma de interpretação da cultura é ancorada nas contribuições de Harvey, o qual, conforme anteriormente visto, também foi de grande importância para Chouliaraki e Fairclough. Estes assumem, em posição semelhante a Hall, a perspectiva de que os subsídios teóricos de Harvey (1996) se referem a uma “formulação clara de uma explicação dialética e histórico-geográfica materialista que ancora a cultura em mudança econômica” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p.78). Infere-se, com fundamento nessa perspectiva, que mudanças econômicas significam mudanças culturais. Chouliaraki e Fairclough, ao trazerem a perspectiva de mudanças econômicas e culturais a partir das contribuições de Harvey (1990), destacam a importância do discurso nesses processos, indicando que essas mudanças têm, em seu processo, mudanças discursivas como elemento central:

[...] uma importante característica de mudanças econômicas, sociais e culturais da modernidade tardia é o fato de que elas existem como discursos, assim como processos que estão ocorrendo fora do discurso, e esses processos que estão ocorrendo fora do discurso são substantivamente moldados por esses discursos” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p.4).

As reflexões de Harvey (1990) subsidiam o repensar das questões de espaço-tempo, hoje difusas e fluidas, uma vez que, a partir dos meios de comunicação, dos avanços tecnológicos e da facilidade com que pessoas podem estabelecer contato de onde quer que estejam, as relações ficaram também fluidas e deslocadas. Esse deslocamento é ponto de reflexão para o autor, para quem “um efeito desta compressão espaço-tempo é a tendência à homogeneização cultural- a tendência [...] de que o mundo se torne um lugar único, tanto do ponto de vista espacial e temporal quanto cultural” (HALL, 1997, p.18). Esse “empacotamento” de ideias, conhecimentos, bens e serviços culturais, em diálogo com a mídia, ponto de mediação entre produtores e consumidores, acaba por homogeneizar esses elementos, ocultando particularidades locais, culturais, sociais etc, além de produzirem uma circulação desigual desses serviços, a despeito de um discurso de democratização de informações. Contudo, Hall (1997) também estabelece um contraponto, indicando a possibilidade de uma globalização da informação em um sentido mais democrático – não do ponto de vista de diferentes perspectivas, mas de amplo acesso e distribuição –, o que Massey (1995) denominou “geometria do poder”.

Sob esse enfoque, Hall ancora sua argumentação, verificando que o processo de globalização depende do que chama de *diferença cultural*. Malgrado haja uma distribuição assimétrica de poder e controle sobre os bens culturais, informações e serviços – em relação, por exemplo, à forma com o que o Ocidente dita, em escala global, uma noção de globalização ou desenvolvimento – é necessário que distintas vozes e perspectivas sejam postas em cena. Assim, sustenta que é “mais provável que produza ‘simultaneamente’ novas identificações (HALL, *ibid.*) ‘globais’ e novas identificações locais do que uma cultura global uniforme e homogênea” (HALL, 1997, p.19).

Como todo movimento de disputa pelo poder, ações se desdobram em reações. As resistências operam nessas lacunas e, de acordo com o autor, essas transformações estão tornando mais opaco muito do que se constituiu com valor de verdade e que foi tido como tradição. Nesse sentido, “a cultura é agora um dos elementos mais dinâmicos – e mais imprevisíveis – da mudança histórica no novo milênio.” As disputas pelo poder tornam-se, em escala ascendente, “simbólicas e discursivas, ao invés de tomar, simplesmente, uma forma física e compulsiva” (HALL, 1997, p.20). Essa característica da disputa também muito nos interessa, uma vez que, tanto para Hall (1997) quanto para Chouliaraki e Fairclough (1999), as disputas pelo poder tem como instrumento o discurso.

O discurso figura, dessa maneira, disputando sentidos e transformando não verdades em verdades. Como prática possível de distribuição de sentidos, podemos encontrar notícias, por exemplo, que tratem da inserção de mulheres no mercado de trabalho e avaliando como positivo esse movimento, bem como superado o déficit histórico que impediu que mulheres ocupassem espaços públicos e tivesse segurança social. Hall (1997, p. 22), contudo, pontua que “algumas mulheres podem ter maior capacidade de sobrevivência – mas geralmente em níveis mais baixos de remuneração, treinamento, segurança no emprego e perspectivas – do que a maioria dos homens”. O deslocamento e a sobreposição dos fatos, a depender da forma com que são materializados textualmente, contribuem de maneira significativa para construção de realidades e para o falseamento de desigualdades.

Hall também discute o que chama de “cultura herdada”, salientando que muitos elementos culturais nos são tematizados e distribuídos pelos meios de comunicação. Esses meios servem a interesses particulares e refletem parcialmente a realidade, dispondo de informações sobre a necessidade do consumo, por exemplo. “A cultura está presente nas vozes e imagens incorpóreas que nos interpelam das telas, nos postos de

gasolina. Ela é um elemento-chave no modo como o meio ambiente doméstico é atrelado, pelo consumo, às tendências e modas mundiais” (HALL, 1997, p.22).

Assim, jornais, revistas, canais de televisão e hoje, internet, circulam uma vasta produção publicitária que sugere a compra pelo viés da necessidade e do desenvolvimento. Não apenas os produtos circulam, mas símbolos, mitos e valores base de culturas ideias que a eles são embutidos. “Ao mesmo tempo, a cultura aprofunda-se na mecânica da própria formação da identidade” (HALL, 1997, p.22). Isso ocorre porque determinados padrões estéticos, produtos e formas de comportamentos são postos à disposição do consumidor como um imperativo mercadológico e, conseqüentemente, como um imperativo de comportamento social.

A cultura, por essa razão, passa a ser considerada não mais como “uma variável sem importância, secundária ou dependente em relação ao que faz o mundo mover-se; tem de ser vista como algo fundamental, constitutivo, determinando tanto a forma como o caráter deste movimento, bem como a sua vida interior” (HALL, 1997, p.22). A relação que a cultura estabelece perpassa tanto a construção de realidades, de mundo e de discursos, quanto de sujeitos. Ela é elemento central na constituição de subjetividades e de identidades, que, em movimento dialético, constituem visões particulares e globais de mundos.

Essas construções discursivas e culturais também se mantêm em constante disputa. Assim, ao estabelecermos relação com a cultura do estupro, podemos pensar nas distintas construções discursivas de mulheres que circulam socialmente e que disputam sentido. Há, por um lado, a construção da mulher do recato, da moral, da castidade, da procriação; há, por outro, a contestação dessa mulher reprimida na medida em que se constrói a ideia da liberdade sexual da mulher, do livre acesso aos espaços públicos, de sua inserção no mercado de trabalho, em espaços de tomada de decisão etc. Essas construções opostas, iteradas por diferentes instituições – a Igreja, a Escola, a mídia tida como hegemônica em contraste às mídias alternativas, a indústria da pornografia etc. – provocam tensionamentos e permitem que pensemos diferentes modos de identificação – em relação antagônica, diferentes mulheres e diferentes homens em perspectiva relacional a elas. Contudo, a perspectiva da homogeneização de sentidos, também iterados por essas instituições, leva ao lugar comum da mulher enquanto propriedade e sempre disposta sexualmente.

Embora essa descrição não baste à compreensão da cultura do estupro, é válido apresentar algumas possibilidades de sua constituição e manutenção pelo viés da produção e circulação de bens culturais. Soma-se a isso o fato de que, em diálogo com questões referentes ao mercado e ao capitalismo, em suas difusas formas de

manutenção, mulheres são, ainda hoje, postas de forma objetificada em mídias de amplo alcance. Em televisões, em comerciais, em capas de revista. Nestes, a relação que se estabelece com o sujeito mulher perpassa, socialmente, seu corpo. Atrelado a isso temos que a cultura do estupro é a violação da subjetividade da mulher através da violação de seu corpo. Em relação à constituição das identidades, Hall argumenta:

nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente. Isto, de todo modo, é o que significa dizer que devemos pensar as identidades sociais como construídas no interior da representação, através da cultura, não fora delas. Elas são o resultado de um processo de identificação que permite que nos posicionemos no interior das definições que os discursos culturais (exteriores) fornecem ou que nos subjetivemos (dentro deles). Nossas chamadas subjetividades são, então, produzidas parcialmente de modo discursivo e dialógico (HALL, 1997, p.26-27)

Pensar em artefatos culturais, em produção e circulação de identidades através de produções discursivas, nas formas com que sujeitos e identidades são constituídos e manejados para atender às demandas patriarcais e capitalistas, nos possibilita, nessa pesquisa, tencionar a constituição de uma cultura violenta, que se manifesta materializada em ações, textos e discursos que, ainda que se modifiquem em dimensões temporais, seguem iterando um padrão de violência às mulheres.

É sob o panorama de uma *cultura* atravessada por esses elementos com que dialogamos nessa pesquisa. Assumimos, dessa forma, a perspectiva de Hall (1997), para quem “as culturas” são constituídas a partir de ação social, que, por sua vez, é organizada através de arranjos de sistemas aos quais recorrem os sujeitos para observar, interpretar, regular e significar o mundo. Esses arranjos de sistemas de significados, além de constituírem nossas culturas, “contribuem para assegurar que toda ação social é ‘cultural’, que todas as práticas sociais expressam ou comunicam um significado e, neste sentido, são práticas de significação” (HALL, 1997, p.16). A linguagem, nesse sentido, atua como elemento responsável não apenas por relatar os fatos, mas por constituí-los.

Essa perspectiva dialoga com Chouliaraki e Fairclough (1999, p.21), para quem as práticas sociais assumem importância central na constituição dos arranjos culturais e sociais. Os autores as definem como

[...] modos rotinizados, ligados e espaços e tempos particulares, por meio dos quais as pessoas aplicam recursos (materiais ou simbólicos) para agir conjuntamente no mundo. Práticas são constituídas ao longo da vida social – nos domínios especializados da política e da economia, por exemplo, mas também no domínio da cultura, incluindo a vida cotidiana”.

Por essa razão, mudanças discursivas possibilitam a contestação e ressignificação de representações e identidades constituídas também por meio de discursos, tendo, por efeito, mudanças culturais com vias a mudanças sociais.

## 5.2. Cultura do estupro e a esfera legal

A cultura do estupro tem sido responsável pela morte de milhares de mulheres e a temática não se restringe ao Brasil. Oriente e Ocidente compartilham de valores e opiniões semelhantes em relação à mulher, embora distinções a princípio valiosas incidam sobre ambos. No Oriente, o Corão, livro sagrado do Islã, orienta as razões pelas quais mulheres devem fazer uso da burca: “[...] dize a tuas esposas, tuas filhas e às mulheres dos fiéis que (quando saírem) se cubram com as suas mantas; isso é mais conveniente, para que distingam das demais e não sejam molestadas [...]” (ALCORÃO, 2006)<sup>8</sup>. Ainda que de formas diferentes, os mundos Ocidental e Oriental impõem às mulheres – paradoxalmente, ao passo que controlam e decidem sobre esses corpos de forma territorializada – a responsabilidade pelo seu próprio corpo, por seus comportamentos e, conseqüentemente, são elas, também, as responsáveis por qualquer delito ou invasão a seus corpos.

A Organização Mundial de Saúde, OMS, define violência sexual como “todo ato sexual, tentativa de consumir um ato sexual ou insinuações sexuais indesejadas; ou ações para comercializar ou usar de qualquer outro modo a sexualidade de uma pessoa por meio da coerção por outra pessoa, independentemente da relação desta com a vítima, em qualquer âmbito, incluindo o lar e o local de trabalho” (KRUG et al, 2002, p. 147). Embora trate de definições que deveriam ser validadas em âmbito global, a violência sexual é interpretada de formas diferentes em cada contexto.

No Brasil, o Código Penal (BRASIL, 2010) passou a compreender e definir estupro como violência física e sexual sem a necessidade da penetração apenas em 2009. Assim, em seu artigo 213, da Lei de n.º 12.015/2009, estupro é: “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”. Algumas perspectivas em relação à mudança legal sobre o crime de estupro serão pontuadas adiante.

O que se tem, portanto, é que embora haja uma Legislação que compreenda o crime de estupro como todo e qualquer ato de cunho sexual não consentido, utilizando do apelo moral ou físico, o que se constata são números ainda alarmantes em relação às

---

<sup>8</sup> Versão disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/alcorao.html>>. Acesso: 12 out. 2018.

mulheres submetidas à violência sexual. Em consonância com a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2005) prevê a proteção integral dos Direitos Humanos a todo e qualquer cidadão, o que respalda a proteção de indivíduos no que diz respeito a sua sexualidade. Há, nesse sentido, um ponto conflituoso que hierarquiza homens e mulheres, sobretudo quando dialogamos com dados estatísticos de violência sexual que, em sua grande maioria, abrigam mulheres como vítimas desses crimes. Para Torres (2011, p.186) “[...] a violência sexual é uma das mais antigas expressões da violência de gênero e uma brutal violação de direitos humanos, de direitos sexuais e de direitos reprodutivos”. Nesse sentido, tem-se que, ainda que resguardadas legalmente, mulheres seguem objetificadas e violentadas por condições que se referem ao gênero. Em outras palavras, “[...] embora comprometa pessoas de ambos os sexos e em qualquer idade, as evidências apontam contundentemente sobre as mulheres, particularmente as mais jovens e vulneráveis” (TORRES, 2011, p. 187).

Cruzar informações legais no que se refere à Constituição Federal (BRASIL, 2005) e ao Código Penal brasileiro (BRASIL, 2010) com as estatísticas de crimes de caráter sexual cometidos contra mulheres nos leva a questionar a validação desses corpos e dessas identidades que ainda hoje são as maiores vítimas de violência<sup>9</sup>. Além disso, nos permite pensar em uma cultura do estupro, que produz e itera expectativas de padrões de comportamentos, que enuncia suas vidas como desimportantes.

De acordo com pesquisa promovida pela Organização das Nações Unidas, ONU, divulgada em 2018, o espaço doméstico é o mais perigoso para as mulheres. A pesquisa estima que apenas em 2017, aproximadamente 50 mil mulheres foram assassinadas no mundo por seus companheiros ou ex-companheiros, o que corresponde a 137 mortes por dia, isto é, 06 mortes por hora<sup>10</sup>. Essa pesquisa põe em evidência algumas questões cuja relevância é necessária para que ampliemos a perspectiva do que precede o estupro propriamente e que se instala, possivelmente, no que denominou-se cultura do estupro. Uma dessas questões diz respeito à importância da tipificação do feminicídio, para que haja um levantamento de dados que tragam indicadores numéricos de mortes relacionadas ao gênero. Isso possibilita tratar os dados de forma a balizar os índices de feminicídio com questões relativas à cultura do estupro, uma vez que não há, ainda, um

---

<sup>9</sup> Em pesquisa realizada pelo IPEA, estima-se que, no mínimo, 527 mil pessoas são estupradas por ano no Brasil e que, destes casos, apenas 10% são notificados. Dessas, 88,5% são mulheres.

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2018/11/ambiente-domstico-concentra-maior-nmero-de-assassinatos-de-mulheres-no-mundo--diz-onu.html>> Acesso: 13 outubro 2018.

marcador exato do que é cultura do estupro. Sem números, vale ressaltar, não há discussão na esfera legal/jurídica.

No Brasil, o 12º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2018) indica que, em 2017, foram assassinadas 4.539 mulheres, dentre as quais 1.133 foram vítimas de feminicídio. Esses dados evidenciam um aumento em relação ao ano anterior, 2016, em que foram notificados 4.245 assassinatos de mulheres, em que 929 foram tipificados como feminicídio.

No campo teórico, a noção denominada de interseccionalidade também é cara às pesquisas desenvolvidas no que se refere à violência e aos homicídios. São os marcadores sociais, tais como raça, classe, faixa etária, gênero e sexualidade que permitem evidenciar quem são os mais afetados pelas violências. A partir do intercruzamento desses dados, temos que homens são as maiores vítimas de homicídio no país; no que se refere à raça, à classe social e à faixa etária, os resultados apontam que são, majoritariamente, homens jovens, periféricos e negros os mais afetados. O mesmo ocorre em relação às mulheres. Em pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, cujos resultados foram tratados e divulgados pelo Atlas da Violência 2018<sup>11</sup>, no ano de 2016 o índice de assassinato de mulheres negras foi 71% maior que o de mulheres brancas. A pesquisa ainda aponta que, entre os anos de 2006 e 2016, diminuiu em 8% a taxa de mulheres brancas assassinadas, enquanto o de mulheres negras cresceu 15,4%.

É o intercruzamento de pesquisas ou de marcadores sociais em uma mesma pesquisa que apontam para o fato de que a maioria das pessoas marginalizadas, preteridas e periféricas é negra. Isso indica, a partir do diálogo entre pesquisas, a relação entre classe social e raça, nos permitindo precisar que a violência afeta de forma mais intensa homens e mulheres negros e negras e, conseqüentemente, sujeitos preteridos socialmente que são postos à margem no acesso aos direitos, à cidadania, à segurança, à educação e às políticas públicas, na medida em que elas universalizam sujeitos – brancos – e, portanto, não acessam a todas e todos.

É importante mencionar que, embora homens negros e periféricos sejam descritos como mais afetados pela violência no Brasil, o índice de assassinato de mulheres traz, a partir do 2015, o marcador do feminicídio. Isso significa que, a partir da Lei n.13.104/2015, o crime praticado contra mulheres motivado por sua condição de gênero, isto é, pelo fato de ser mulher, foi incluída no artigo 121 do Código Penal. A tipificação do crime tem por finalidade o agravamento da condição de homicídio para

---

<sup>11</sup> Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/atlas-da-violencia-2018/>>. Acesso: 13 Outubro 2018.

homicídio qualificado e permite, em termos jurídicos e sociais, um levantamento desses crimes. Os resultados ainda são de precisão questionável, uma vez que, em 2015, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2017), 11 estados não registraram casos de feminicídio e, em 2017, 03 estados ainda não haviam contabilizado esses dados.

Ainda assim, são alarmantes os números evidenciados pelo 12º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2018) descritos acima e os números, ainda que na perspectiva das subnotificações, apontam para o resultado divulgado no relatório da Organização Mundial de Saúde (2017), o qual indica ser o Brasil o 7º país mais violento para as mulheres, em um conjunto de 83 países<sup>12</sup>. É imprescindível ressaltar que essa violência se torna ainda mais letal quando tratamos de mulheres negras, dada sua posição na historicidade de um país colonizado e com raízes escravocratas ainda tão latentes.

Os índices de feminicídio e de estupro, ambos em escala ascendente, têm relação estreita com a noção de posse, sendo o feminicídio a última instância de controle do corpo e da vida de uma mulher. O estupro, da mesma forma, configura a subjugação de uma mulher à condição de objeto ou de posse. De acordo com o Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher (2013),

o feminicídio é a instância última de controle da mulher pelo homem: o controle da vida e da morte. Ele se expressa como afirmação irrestrita de posse, igualando a mulher a um objeto, quando cometido por parceiro ou ex-parceiro; como subjugação da intimidade e da sexualidade da mulher, por meio da violência sexual associada ao assassinato; como destruição da identidade da mulher, pela mutilação ou desfiguração de seu corpo; como aviltamento da dignidade da mulher, submetendo-a a tortura ou a tratamento cruel ou degradante. (CPMI-VCM, 2013)

De acordo com as diretrizes da ONU para investigações com perspectivas de gênero (2016), os crimes de feminicídio têm por característica comum o desfiguramento de partes íntimas dos corpos das mulheres ou de seus rostos, marcas que

geralmente envolvem a imposição de um sofrimento adicional para as vítimas, tais como a violência sexual, o cárcere privado, o emprego de tortura, o uso de meio cruel ou degradante, a mutilação ou desfiguração das partes do corpo associadas à feminilidade e ao feminino (rostos, seios, ventre, órgãos sexuais) (ONU, 2016, p.16)<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Disponível em: <<https://www.unric.org/pt/mulheres/5651>> Acesso: 14 Outubro 2018.

<sup>13</sup> Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/2016/livro-diretrizes-nacionais-femicidios-versao-web.pdf>>. Acesso: 14 Outubro 2018.

É possível, portanto, observar a estreita relação entre a violência sexual e o feminicídio, este apontado como última etapa do circuito de violências. Assim, ao tratar dos crimes de feminicídio e de violência sexual, é posta em cena a perspectiva jurídica, a fim de que seja possível perceber quais as correspondências dessas violências na esfera da legalidade. Como já discutido anteriormente, o crime de estupro passou por modificações a partir da Lei 12.015/2009, a qual estabelece que o estupro não mais demanda conjunção carnal para ser interpretado como tal. Isso invoca questões anteriores à mudança, dentre as quais cabe destacar uma possível interpretação da antiga lei, a qual coloca(va) a mulher como propriedade ou portadora de comportamentos que validavam ou não o crime, a despeito de uma Lei “contra os costumes”. A partir da mudança, o crime de estupro passou por um avanço em sua interpretação ao ser tratado como crime “contra a dignidade sexual”, embora a escolha lexicogramatical “dignidade” ainda acarrete determinadas expectativas sobre as formas com que mulheres se portam socialmente e têm, portanto, essa “dignidade” tutelada pelo Estado.

Em discussão sobre o sistema de justiça criminal, SJC, e de que forma ele atua na prevenção e punição de crimes de estupro, Andrade (2005) estabelece uma relação direta entre o SJC e os modelos patriarcal e capitalista da sociedade. A autora argumenta a ineficácia do SJC em relação às violências contra a mulher uma vez que o sistema não investe em prevenções de violências e, além disso, não se coloca, via de regra, disposta a ouvir as vítimas em seu sentido mais amplo, tanto no que diz respeito ao diálogo necessário, muitas vezes, para que a vítima compreenda a violência a qual foi submetida, quanto no que se refere à gestão de conflitos ou mudanças nas relações de gênero (ANDRADE, 2005). Nesse sentido, o SJC se constitui como um sistema estrutural incapaz de acolher e proteger a vítima, ao passo que a distribuição de penalidades aos agressores ocorre de maneira desigual. É um sistema que atua de maneira equivocada no que tange à punição e que se ausenta no que se refere à prevenção, tornando-se, portanto, um sistema cujas ineficiências remetem aos critérios protetor, preventivo e resolutorio (ANDRADE, 2005).

A ineficácia do Sistema Jurídico Criminal no que diz respeito às três esferas, preventiva, protetora e resolutoria, gera, conseqüentemente, uma dupla violação aos direitos da mulher, uma vez que ela passa a ser violentada sexual e institucionalmente. O SJC atua, dessa forma, como um “subsistema de controle social, seletivo e desigual, tanto de homens como de mulheres e porque é, ele próprio, um sistema de violência institucional, que exerce seu poder e seu impacto também sobre as vítimas” (ANDRADE, 2005, p.75). Assim, ao trazer a dupla violência, sexual e institucional que

incide sobre as mulheres no SJC, Andrade indaga que esse duplo exercício sobre a mulher expressa dois eixos de violência estrutural da sociedade, a saber, “a violência das relações sociais capitalistas [...] e a violência das relações sociais patriarcais (traduzidas na desigualdade de gênero)” (ANDRADE, 2005, p.75), os quais podem ser vistos, pelo viés das relações patriarcais, no próprio delito/crime em que homens estupram mulheres e, pelo viés das relações capitalistas, a partir do critério de seletividade, tanto de vítimas quanto de agressores.

Essa relação é extremamente cara na medida em que, ao relacionar o SJC com os eixos patriarcais e capitalistas e tratar de uma dimensão ideológica-simbólica do Sistema de Justiça Criminal como um sistema difuso e tácito, a autora argumenta que ele é constituído pelos Saberes Criminais, pelos operadores do sistema e também por nós, o que atribui a corresponsabilidade social no tratamento desses casos e coloca o Estado, através do SJC, como instrumento que medeia e itera essas distintas interpretações sociais sobre o crime, o agressor e a própria vítima:

com efeito, uma dimensão muito mais invisível e difusa (lato sensu) do sistema é a dimensão ideológica ou simbólica, representada tanto pelo saber oficial (as Ciências criminais) quanto pelos operadores do sistema e pelo público, como senso comum punitivo (ideologia penal dominante). Esta capilaridade não deve obscurecer, entretanto, a sua onipresença, tanto ou mais expressiva que a do Estado, e que obriga à percepção de que o sistema somos, informalmente, todos nós: em cada sujeito se desenha e opera, desde a infância, um microsistema de controle e um microsistema criminal (simbólico) que o reproduz, cotidianamente. (ANDRADE, 2005, p.77)

A dimensão simbólica do SJC, de acordo com a autora, refere-se às produções de discursos do saber oficial, isto é, das Ciências criminais, somadas aos discursos da lei, os quais, conjuntamente, operam nas interpretações de casos e, posteriormente, nas decisões processuais. Esses saberes são constituídos em uma sociedade com fortes valores patriarcais e capitalistas e, em perspectiva dialética, contribuem para a manutenção desses valores. As ideologias que perpassam esses valores, conseqüentemente, “dotam o sistema de uma discursividade que justifica e legitima sua existência [...], co-constituindo o senso comum punitivo reproduzido, por sua vez, pelo conjunto dos mecanismos de controle social, com ênfase, contemporaneamente, para a mídia” (ANDRADE, 2005, p.78). Nesse sentido, o SJC assume as características de um sistema punitivista, articulado a outros mecanismos, que atua em uma rede produtora e articuladora de discursos também punitivistas, antes mesmo de preventivos.

Dessa forma, itera-se a existência de uma cultura que pouco discute e age em relação à compreensão e prevenção das violências, reconhecida por diversas instituições – entre elas a mídia -, e que encontra legitimação na própria esfera jurídica, em um

movimento que se retroalimenta. Em outras palavras, o SJC figura como produtor, articulador e disseminador de discursos e que, por si só, assume posição legitimamente aceita pela sociedade. Assim, o sistema interpreta e ordena a partir, contudo, de uma arena discursiva pautada em seletividade e punibilidade, as quais, por sua vez, estabelecem diálogo com os discursos patriarcal e capitalista. Esse movimento, de acordo com Andrade (2005), confere ao sistema uma eficácia instrumental invertida, que tem por efeito não a redução e eliminação da criminalidade, “mas, ao contrário, [sua função torna-se] construí-la seletiva e estigmatizantemente e neste processo reproduzir, material e ideologicamente, as desigualdades e assimetrias sociais (de classe, gênero, raça)” (ANDRADE, 2005, p.79).

Na esfera da seletividade, a autora também argumenta que todos nós, sujeitos participantes ativos socialmente, cometemos, em maior ou menor grau o que corresponde a crimes, delitos ou infrações. Todos, sem exceção de estrato social, raça, gênero ou qualquer outro marcador social, somos coparticipantes de um arranjo social em que a conduta criminal se mostra presente, embora essas condutas sejam, comumente, atribuídas ao Outro, algo que não nos pertence. Contudo, “a clientela do sistema penal é composta, regularmente, em todos os lugares do mundo, por homens adultos jovens pertencentes aos mais baixos estratos sociais e, em grande medida, não brancos” (ANDRADE, 2005, p.82). Nesse sentido, o próprio sistema criminal e penitenciário, a partir da premissa que todos somos, em algum grau, criminosos ou infratores da lei, aponta para o fato de que apenas determinados sujeitos respondem por suas condutas, o que indica, por sua vez, a fragilidade do discurso jurídico-penal que estabelece equidade legal e que prevê igual tratamento a todos e todas.

A lógica da seletividade esboça o funcionamento estrutural do sistema de justiça criminal e também perpassa a construção da vítima, sobretudo através de critérios como comportamento social e antecedentes, o que chega a invocar um histórico de parceiros sexuais da mulher vítima de violência sexual. O critério desigual de seletividade, segundo Andrade (2005), tem uma razão: “autor-vítima é um par que mantém, na lógica adversarial do sistema de justiça, uma relação visceral: reconhecer autoria implica, tácita ou expressamente, reconhecer vitimação” (ANDRADE, 2005, p.82).

Em diálogo com Bergalli e Bodelón (1992), o SJC assume a funcionalidade de deixar emergir as origens da sociedade. O pleno funcionamento desse sistema na esfera do controle social, contudo, só adquire respaldo na medida em que dialoga com valores já estabelecidos socialmente. Esses artifícios, todavia, já são parcialmente assentados socialmente, uma vez que as bases da nossa sociedade têm origem patriarcal e capitalista. O sistema opera “como um calidoscópio no âmbito do qual o funcionamento

de certos mecanismos é esclarecido” (BERGALLI; BODELÓN, 1992. p. 54). É, portanto, a articulação entre os micropoderes de produção de subjetividades e valores – na esfera jurídica, valores de bom e mau, criminoso e vítima – e os macropoderes, ou seja, o exercício de poder, a validação e a legitimação institucional – o sistema jurídico como desmembramento do exercício de poder do Estado – que atribuem ao SJC a função de mantenedor de um status quo.

Esse ponto torna-se relevante à discussão na medida em que cruzamos os dados das pesquisas mencionadas. Além disso, trazer as formas de seletividade dos sujeitos envolvidos nos crimes de violência sexual nos revela possíveis perfis de agressores e a forma com que esses são lidos socialmente. A relação com as construções de masculinidade nos indica, como aponta Andrade (2005), que esses padrões socialmente estabelecidos para que o homem seja aceito socialmente, isto é, de que ele seja viril, ativo, produtor, são os mesmos padrões encontrados nos homens potencialmente perigosos para o sistema penal. Ou seja, constrói-se agregando valor positivo o que, posteriormente, torna-se a matriz do potencial agressor. Da mesma forma, os valores atribuídos às mulheres também as colocam no lugar da passividade e da objetificação, ao passo que uma mulher socialmente aceita deve ser frágil, delicada, além de saber perdoar e conformar-se com uma vida que a reduza ao ciclo familiar, seja ele qual for – o que inclui uma célula familiar constituída por diversas agressões e cerceamentos. Sabemos, por óbvio, que sujeitos refutam essas construções e que, por essa razão, existem diferentes maneiras de “ser mulher”. Entretanto, o SJC mais uma vez age na manutenção da ordem familiar e das estruturas de violência:

o cara é, a um só tempo, exaltado e temido, ação e reação. Qual é o contraponto do cara? O contraponto do cara é precisamente a coisa: aquilo que não age ou aquilo do que não nos lembramos [...]. O SJC existe sobretudo para controlar a hiperatividade do cara e manter a coisa no seu lugar (passivo). (ANDRADE, 2005, p. 86)

É sob esse panorama em que casos de estupro são interpretados legalmente – e socialmente, já que a ordem jurídica estabelece relação direta com a ordem social e ambos se retroalimentam. Ao tratar um caso de estupro, o fato é menos visibilizado que os envolvidos. E se os envolvidos recebem maior visibilidade, ainda mais intensa é essa visibilidade sobre a mulher. O julgamento de um crime de estupro não é o julgamento da violação ao corpo e à própria mulher. É, antes disso, o *locus* em que são julgados, concomitantemente, a vítima e o agressor. É onde se questiona, em relação à mulher, “a sua inteira ‘reputação sexual’ que é – ao lado do status familiar – uma variável tão

decisiva para o reconhecimento da vitimação sexual feminina quanto a variável status social o é para a criminalização masculina” (ANDRADE, 2005, p.91-92).

Antes que o homem seja julgado, a mulher é questionada. É onde, possivelmente, habita o status da “dignidade sexual” mencionada em lei. Para o julgamento de um crime de teor sexual, o que configura prova são, via de regra, a perícia, através do exame de corpo de delito, e a palavra da mulher. A palavra da mulher, contudo, nunca vem desacompanhada. Ela é seguida de um vasculhamento de seu histórico, não apenas sexual, mas profissional, estético, de comportamento. Isto é, para que uma mulher seja legitimada enquanto vítima, ela deve se portar de acordo com o que é esperado de uma mulher. Soma-se a isso o fato de que a maioria dos casos de estupro ocorre em espaço privado, o que dificulta ainda mais a validação do depoimento da vítima.

É a partir daí que, “no campo da moral sexual o sistema penal promove, talvez mais do que em qualquer outro, uma inversão de papéis e do ônus da prova” (ANDRADE, 2005, p.93). Dado o momento em que a vítima tem sua vida vasculhada, com o intuito de questionarem o que ela relata sobre a violência, a vítima torna-se suspeita e passa a ser julgada, não pelo viés legal, mas moral e sexual. Ela é recebida, no aparato estatal, por agentes da lei majoritariamente masculinos – policiais, delegados, juízes – que, possivelmente, se reconhecem mais com quem cometeu a violência do que com quem a sofreu. Além disso, muitas vezes esses agentes, muitas vezes se reconhecem com os agressores mas isso não faz com que eles reconheçam a agressão, tornando o processo de denúncia ainda mais travancado quando, muitas vezes, desestimuladas a seguirem com a denúncia.

Esse reconhecimento de operadores da ordem e da lei com os próprios agressores é um ponto crucial para a cultura do estupro – e da sua manutenção. Eles, os agentes legais, figuram como o primeiro “apoio” ao qual recorrem as vítimas. Contudo, não figuram como o primeiro obstáculo da vítima em relação à denúncia. A manutenção dos valores patriarcais somado ao fato de que a maioria dos casos de estupro ocorre na esfera do privado e cujos agressores são conhecidos da vítima – maridos, companheiros, pais, padrastos, irmãos, tios, etc – permitem que esses casos muitas vezes passem sem a própria compreensão da vítima sobre a violência a que foi submetida. Isso que podemos chamar de solidariedade entre os homens – agressores e representantes da lei – torna-se, portanto, mais um impasse para as mulheres e mais um mecanismo de validação e manutenção da cultura do estupro.

Quando passado o primeiro momento, de ser questionada em diversas instâncias, a vítima encontra outros impasses. De acordo com Andrade, para que seja julgado

criminoso, o homem deve “corresponder ao estereótipo de estuprador, pois, correspondê-lo, é condição fundamental para a condenação” (ANDRADE, 2005, p.94). De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2015) entre 2013 e 2014 apenas 3% dos casos julgados sentenciam pena aos agressores<sup>14</sup>. Em artigo intitulado Crimes sexuais: a impunidade gerada por um Estado omissivo, a partir das estatísticas de denúncias e de subnotificações, Buchmüller (2016) estima que esse percentual seja de 1%<sup>15</sup>. Nessa perspectiva e em diálogo com Andrade, temos um sistema que mais absolve do que condena. Se somarmos ao fato de que as penitenciárias esboçam a realidade social em que sujeitos negros e de estratos sociais mais baixos são os principais rostos do sistema prisional, temos uma equação que evidencia quem são os sujeitos protegidos e tutelados pelo Estado e quem são os condenados.

Ao abordar as identidades e a relação entre agressor e agredida, Andrade (2005) nos lembra que, ao contrário do que ainda se pensa, os crimes de estupro não ocorrem, em sua maioria, entre desconhecidos, tampouco é praticado por homens cujos atributos se assemelham ao de um pervertido ou imoral. Assim como nas pesquisas mencionadas, temos que os casos de estupro têm relação estreita com os vínculos parentais e são praticados por homens que têm um histórico de moralidade respaldado socialmente, que assumem funções profissionais e sociais tidas como exemplares. Ou seja, quaisquer homens são potencialmente aptos a cometerem estupro e “violência sexual é, em grande medida, violência doméstica: paradoxalmente a família, que deveria ser um espaço de proteção, é também – como o SJC – um espaço de violência e violação” (ANDRADE, 2005, p.95).

A lógica da identidade dos agressores, que desmistifica a ideia de que são homens portadores de uma lascívia posta no âmbito do instinto, da satisfação sexual, da predação, também é necessária para que analisemos e rompamos com os mecanismos que mantêm a cultura do estupro. Ainda assim, é essa lógica que muitas vezes pauta o aparato criminológico. De acordo com Kolodny, Masters e Johnson o que predomina na maior parte das vezes é o uso da força como resposta a uma ira mais que o desejo sexual e o estupro, dessa forma, “é um ato pseudo-sexual, um padrão de comportamento sexual que se ocupa muito mais com o status, agressão, controle e domínio do que com o prazer sexual ou a satisfação sexual. Ele é comportamento sexual a serviços de necessidades não sexuais” (KOLODNY; MASTERS; JOHNSON, 1982. p. 430-31). É possível perceber, nesse sentido, que as questões que se referem à agressão, controle e

---

<sup>14</sup> Disponível em: <<https://istoe.com.br/por-que-o-estupro-continua-impune-no-brasil/>>. Acesso: 13 Novembro 2018.

<sup>15</sup> Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniaocolumnas/crimes-sexuais-a-impunidade-gerada-por-um-estado-omisso/>> Acesso: 13 Novembro 2018.

domínio são ressignificadas e embutidas em uma violência da esfera sexual. Sendo homens os portadores de instintos e mulheres as responsáveis unicamente pela procriação, quando referidas à sexualidade, parece haver uma atenuação da gravidade do crime a partir do momento em que ele é situado no campo sexual. Ou seja, questões de posse e controle são justificadas pelo viés biológico e respaldadas na esfera jurídica.

A partir do momento em que essa perspectiva é confrontada – sobretudo por movimentos feministas e por estudos de distintos campos epistemológicos que contestam a lascívia como componente primordial e trazem outros elementos aos casos de estupro – há uma mudança de paradigma: o estupro passa a ser visto não mais como uma violência individual, mas estrutural, como fenômeno de uma estrutura de poder. A reinterpretação do estupro evidencia, dessa forma, mais um pacto de solidariedade, agora entre instituições.

Assim, se a maior parte dos crimes ocorre no âmbito privado e é praticado por homens que mantêm vínculos de parentesco com as vítimas, temos a instituição familiar como *locus* da violência. Se essas violências devem ser aceitas passivamente pelas mulheres porque elas devem servir aos maridos e aos homens da casa, temos a instituição da Igreja operando; se esses comportamentos são ensinados e reiterados em espaços escolares, os quais, ao mesmo tempo, impedem, em diálogo com o Estado, as discussões de gênero, temos a instituição da Escola colaborando; e se o sistema jurídico ainda sentencia e pune agressores a partir do histórico da vítima, podemos pensar em um ciclo da cultura do estupro sendo alimentado desde o âmbito privado até o estatal. Esse sistema cíclico parece eficiente na medida em que homens e mulheres são ensinados, desde cedo, a comportarem-se como homens *viris* e mulheres passivas. Em todos os espaços de socialização encontram rastros de uma cultura que incita e acoberta a violência sexual.

A violência, de acordo com Andrade (2005) figura nos âmbitos público e privado: “no poder punitivo do Estado sob a forma de pena pública e no poder punitivo da família [...] sob a forma de pena privada, e age nas duas esferas como a última garantia de controle, embora o estilo dos dois sistemas seja diferente” (ANDRADE, 2005, p.97). Ao pensarmos na rede que se forma entre as instituições, é possível percebermos os rearranjos das violências que antecedem a sexual, sobretudo nos casos de violência doméstica. Isso, por sua vez, nos permite analisar o movimento, as rearticulações e a fluidez das formas de violência, os quais garantem a eficácia da cultura do estupro, uma vez que ela parece se articular a partir desse continuum de outras violências que precedem a física.

Ainda que evidenciados alguns mecanismos de sustentação da cultura do estupro e do estupro propriamente, os números de ocorrências são alarmantes. Pesquisas que apontam dados como os mencionados estabelecem uma relação paradoxal: as estatísticas se mantêm em perspectiva ascendente, da mesma forma que novas narrativas têm sido produzidas e circuladas com a finalidade de contestar as violências, a fim de rompê-las. Ainda há uma enorme dificuldade em identificar a violência sexual; da mesma forma e conseqüentemente, há também a dificuldade de identificação dos agressores. Os circuitos em que elas são produzidas são tantos – desde o espaço tido como seguro, como o lar até a última instância, do Estado – que falar sobre isso ainda é tabu. Existe, evidentemente, uma negação, até mesmo por parte das vítimas, em reconhecer o agressor, justamente pelo fato de que muitas vezes quem agride é o mesmo que parece proteger. Diante disso, ainda “é mais fácil etiquetar como estupro a conduta cometida por um estranho na rua que a realizada pelo chefe ou pelo marido, cuja possibilidade está, em algumas legislações ou jurisprudências, explicitamente excluída” (ANDRADE, 2005, p.97).

Se abordar o tema da violência sexual é custoso, já que adentramos muitas vezes em relações íntimas e que envolvem afeto entre os sujeitos envolvidos, falar de uma cultura do estupro parece ainda mais difícil. É seguir na contramão do que ensinam as instituições mais respaldadas socialmente, as quais envolvem a educação dos filhos, o núcleo familiar, as crenças religiosas e que poriam em xeque a própria validação da lei e, por sua vez, do Estado que a tutela.

Em meio a processos civilizatórios e diante de reivindicações de movimentos feministas, foi possível, ainda que em passos lentos, uma relativa mudança em relação à sexualidade da mulher. Em outras palavras, mesmo que atualmente ainda paire sobre algumas instituições e sobre parte da sociedade a noção de “mulher direita”, casta, cuja sexualidade deve ser reprimida, há, como reação, outra parcela da sociedade que questiona esse posicionamento e que pauta a liberdade sexual.

Essa arena de disputa de sentidos parece fazer emergir outro posicionamento, o de que a mulher está sempre disponível. É posto em xeque, dessa forma, a liberdade sexual da mulher. Essa liberdade deveria ser resguardada pelo sistema de justiça criminal, contudo, “o SJC não protege, em absoluto, a liberdade sexual feminina, que, por isso mesmo, é pervertida (a mulher que diz não quer dizer talvez; a que diz talvez quer dizer “sim”... e a que diz não, não é, em absoluto, uma mulher)” (ANDRADE, 2005, p.98). A ineficiência do sistema, nesse sentido, esbarra nos interesses patriarcais e asseguram que esses sejam garantidos. A desigualdade com que são tratadas as vítimas e o baixo índice de condenações indicam a falha estrutural e ideológica do CSJ. Fossem

tratadas sob o viés da igualdade, as mulheres e os crimes “teriam do sistema o reconhecimento e a solidariedade para com a sua dor. Não é casual que ocorra o inverso” (ANDRADE, 2005, p.98).

Decerto, ao resgatar a expressão da “mulher que diz não quer dizer talvez; a que diz talvez quer dizer ‘sim’ e a que diz não, não é, em absoluto, uma mulher”, Andrade (2005) nos permite um reflexão sobre “os tipos de mulher”. A disputa de discursos sobre as mulheres e sua liberdade sexual coloca em evidência o posicionamento de que mulheres podem e devem expressar livremente sua sexualidade, sem que isso esteja diretamente relacionado a questões de caráter ou de moralidade. Contudo, é satisfatório para as bases patriarcais e capitalistas que mulheres sejam, ainda hoje, divididas em dois campos: o de mulheres decentes e o de mulheres não decentes.

É dessa forma, por exemplo, que o mercado da prostituição encontra formas de se manter e de gerar lucros enormes aos que o comanda – em geral, homens. São mulheres que vendem seus serviços sexuais, a fim de satisfazer prazeres de homens que não os satisfazem com suas mulheres – porque não cabe a elas determinadas condutas sexuais. São homens que detêm o poder monetário e que pagam pelo prazer, seja do sexo, seja da dominação. E, de outro lado, mulheres que trabalham sem quaisquer direitos trabalhistas, isto é, sem sequer serem consideradas legalmente. Em contrapartida, há o outro grupo de mulheres, as “decentes”. São, geralmente, esposas, filhas, mães desses mesmos homens que pagam pelos serviços sexuais da outra categoria de mulheres.

Esses dois grupos, cada qual a sua maneira, tanto servem aos interesses capitalistas quanto patriarcais. Manter a mulher – não decente – sob a falta de dignidade no que se refere aos direitos trabalhistas, serve ao capitalismo. Proteger a mulher – decente- é proteger a família, logo, proteger o capitalismo. O sistema, nesse ínterim, assume a função de manutenção dessas estruturas, dessas instituições e dos discursos que tanto os constituem quanto por eles são constituídos. Na relação com a instituição familiar,

também fica claro o papel da família como mediadora entre o sistema patriarcal e a sociedade de classes; e tomando em consideração que o sistema patriarcal é mais antigo do que o sistema de classes, pode-se afirmar que está por baixo do sistema capitalista. Assim, a família tem importante função dupla: ser a mediadora entre o indivíduo e a classe social, e entre o sistema capitalista e a cultura patriarcal (que lhe dá um valor muito mais alto do que se pensava numa ciência social centrada no homem) (ANDRADE, 2005, p.98/99)

Em ampla perspectiva, assumimos que o estupro na esfera legal levanta alguns tensionamentos valiosos para a discussão da cultura do estupro – embora não os

esgotem. Desmembrar os mecanismos do Sistema Jurídico Criminal revela pontos importantes e que contribuirão no direcionamento da análise. Em síntese, temos que o SJC, sob a roupagem de um sistema isento de parcialidade e cuja função primeira é garantir a justiça social, acaba por servir aos interesses capitalistas e patriarcais. Sua estrutura e funcionamento não previnem violências, assumindo uma identidade punitivista e seletiva – quando pune. É, além disso, responsável pela dupla violência a que mulheres são submetidas, sobretudo quando questionadas, desencorajadas e tendo suas vidas vasculhadas a fim de que sejam encontrados indícios que imprimam a imputabilidade do agressor. E somado a isso, produtor e mantenedor de discursos que deslegitimam as denúncias de violência e que por isso, acaba por incitar novas produções de violências. É parte integrante e indispensável na solidariedade entre homens – tanto na esfera institucional quanto em relação aos agentes da lei; tanto na impunidade quanto na seletividade. E, ainda sob o preceito da justiça social, é uma das partes responsáveis por um sistema carcerário falho cujos rostos são marcados pela raça, classe social e geracional, na medida em que pune determinados agressores e absolve outros. Nesse movimento de seletividade que resulta na face negra, periférica e jovem do sistema prisional, acaba por iterar a perspectiva de que apenas esses sujeitos são criminosos, o que, por sua vez, gera novas produções de violências a outros sujeitos. Por fim, o SJC falha sistematicamente no que se refere à escuta das mulheres. Não dar voz ou, ainda, dar voz mas não ouvir, invisibiliza um recorte significativo da sociedade, de suas demandas e de novas possibilidades de resolução de conflitos. O SJC assume, portanto, um papel dúbio na sociedade, uma vez que deveria tutelar todos os cidadãos e cidadãs mas acaba por servir apenas à parte da sociedade.

De certa forma, ao discutir a estrutura e o funcionamento do Sistema Jurídico Criminal, esta pesquisa assume o mesmo movimento feito pelos agentes do SJC, contudo, com diferentes objetivos. Vasculhar seu histórico e desvelar seus mecanismos nos possibilita perceber como o Sistema coopera na manutenção das violências. Permite constatar, ainda, que, a despeito de leis que asseguram a dita dignidade sexual ou a segurança das mulheres, os agentes dessas leis, majoritariamente homens, muitas vezes se reconhecem com os agressores, outras vezes não compreendem as violências relatadas ou, se a compreendem, não julgam necessário combatê-las. Andrade (2005) assevera que “o limite do sistema é, em nível macro, o limite da própria sociedade e, em nível micro, o limite das instituições e dos sujeitos: é o nosso próprio limite. Não existem modelos, oficiais ou outros, que não arrastem consigo as marcas destes limites” (ANDRADE, 2005, p.100) Nesse continuum, o SJC constitui-se como parte integrante de um ciclo de violências que assola mulheres cotidianamente. Reestruturar o sistema,

nesse sentido, implica na ressignificação de práticas discursivas e práticas sociais, em esferas individuais, coletivas e institucionais, para que, de fato, essas violências sejam combatidas.

Desenvolver as discussões acima sobre o aparato estatal, sobretudo da ordem jurídica, nos permite reconhecê-lo enquanto organismo que tece a rede de respaldo - e - de violências contra as mulheres. Contudo, surgem algumas inquietações sobre a forma com que as representações de mulheres são pontuadas homogeneamente e, nesse sentido, outras contribuições são necessárias a esta pesquisa, principalmente por duas razões, as quais estão correlacionadas: a primeira diz respeito a uma inclinação pessoal por teorias e categorias analíticas que rompam com a universalização de representações sobre as mulheres; a outra, por efeito da primeira, refere-se ao fato de que corresponde ao objetivo desta pesquisa compreender não apenas a constituição da cultura do estupro, mas as distintas formas de articulação de violências sobre diferentes mulheres. Partimos da premissa de que mulheres são diferentemente violentadas a partir de sua posição social, demarcada por eixos de classe, raça, gênero, tamanho-gordura, dentre outros e, nesse sentido, agregamos aos aparatos analíticos a categoria da interseccionalidade (CRENSHAW, 2002).

Para Butler, “se certas vidas não são qualificadas como vidas ou se, desde o começo, não são concebíveis como vidas de acordo com certos enquadramentos epistemológicos, então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras” (BUTLER, 2018, p.13).

É nesse sentido que buscamos compreender quais vidas importam, quais corpos são legitimados e, ainda, quais são “os mecanismos específicos de poder mediante os quais uma vida é produzida” (BUTLER, 2018, p.14). É necessário, portanto, pensar nos sentidos gerados a esses corpos violentados, corpos desimportantes, ao passo que seguem violentados a despeito de uma legislação que, supostamente, os resguardaria. Ainda para a autora, “ser um corpo é estar exposto a uma modelagem a uma forma social” (BUTLER, 2018, p.16).

Ser um “corpo mulher” nos leva a uma sociedade cujas raízes são incontestavelmente patriarcais, colocando em xeque sua validação enquanto sujeito, diante de uma modelagem e uma forma social que utilizam de mecanismos eficientemente capazes de objetificar esse corpo. Falar de uma sociedade cujas raízes são incontestavelmente *patriarcais* nos posiciona em terreno epistemológico conflituoso. Teorias e autoras feministas têm, ao longo dos últimos anos, questionado a legitimação ou, melhor, a possibilidade de negligência desse conceito aos sujeitos não-*cis* e às demandas atuais da sociedade. Nesse sentido, cabe propormos uma discussão

sobre o conceito de *patriarcado* e seu uso em pesquisas que têm por princípio desvelar os mecanismos de opressões de homens sobre mulheres.

### 5.3. Patriarcado

Diante das discussões anteriores, as quais lidam diretamente com o conceito de *patriarcado*, e diante de divergências, por exemplo, entre este conceito e a teoria de Butler, cabe pontuarmos algumas questões levantadas por diferentes autoras de distintos campos epistemológicos. Um dos primeiros questionamentos em relação a *patriarcado* diz respeito aos pares de opostos que ele, em sua gênese, carrega consigo. A princípio, esse binarismo negligencia identidades de gênero que não se reconhecem entre os opostos binários. Mas não estaria a violência contra essas identidades também ancorada em um modelo patriarcal? Em outras palavras, um fator que motiva a violência às identidades *trans*, por exemplo, não estaria também respaldado em um modelo que assegura, de forma sistemática, a opressão de homens sobre *mulheres*, ainda que sejam diferentes os mecanismos que produzem e iteram essas violências?

Da mesma forma, se na atmosfera da violência contra a mulher – como exemplos a Lei de n.º 11340/2006 (BRASIL, 2010), Maria da Penha, ou a Lei de n.º 12.015/2009 (BRASIL, 2010), que criminaliza o estupro - a partir do momento em que o Estado passa a tutelar a mulher e, conseqüentemente, retira parcialmente seu poder de agência, não estaria esse movimento ancorado em um sistema patriarcal, em que há o movimento de dominação desde sua própria formulação, que se dá a partir de interpretações masculinas?

Nessa perspectiva, recorremos à Biroli (2016), que busca questionar, a partir das contribuições de diferentes correntes feministas, a própria compreensão de autonomia, no contexto do liberalismo e da aparente noção de democracia. A autora elenca alguns critérios para que haja, de fato, um sistema democrático e, dentre eles, destacamos o que expõe a necessidade de repensar o modelo de democracia a partir das lacunas expostas por questões relacionadas ao gênero. A autora destaca que, ainda que direitos sejam, em um modelo de democracia, assegurados a homens e mulheres, a posição dos sujeitos nas relações sociais e a própria constituição de valores ocorre sob a perspectiva masculina, estabelecendo, já em sua constituição, relações assimétricas de poder. Assim, no contexto da democracia liberal, torna-se ponto de relevância às teorias feministas a compreensão da interseccionalidade de classe, raça, gênero e sexualidade como mecanismos de produção de desigualdades; da mesma forma, os atravessamentos do

gênero na esfera da autonomia, os quais comprometem direitos formalmente garantidos (BIROLI, 2016; HOOKS, 1981 e 1984; SPELMAN, 1988).

Não é um sistema patriarcal que pressupõe a dominação sem a possibilidade de um movimento que vá contra ela. Não reconhecemos esse sistema como um modelo que retire as possibilidades de agência das mulheres. A própria história aponta a resistência, materializada em movimentos sociais, de mulheres em relação a esse sistema e a essa dominação. O que buscamos é atentar para o fato de que é viável pensarmos em um sistema cujas raízes pressupõem relações de poder, mas, justamente por essas pressuposições, requerem, também, a compreensão de *disputas* de poder, ou seja, de *agência* desses sujeitos historicamente oprimidos.

Essa possibilidade de agência a qual recorreremos propõe um diálogo necessário com as articulações entre práticas sociais e lutas hegemônicas. O conceito gramsciano de hegemonia, ao qual recorre a ADC (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003), propõe que as práticas sociais são, em sua essência, contraditórias e em constante transformação e, por serem as práticas sociais abertas, pressupõem a hegemonia com *relativa* estabilidade. A ADC, dessa forma, opera nas aberturas das relações de dominação, assumindo que essa relativa permanência de articulação dos elementos sociais é o que possibilita a sua conseqüente desarticulação e rearticulação (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Essa perspectiva justifica o fato de dialogarmos com teorias que concebem a possibilidade de disputa, renovação e ressignificação do conceito de *patriarcado*.

Dessa forma, reconhecendo que “não mais que outros termos de Ciências Sociais, os termos ‘patriarcado’, ‘gênero’ ou ‘sistema de gênero’, ‘relações sociais de sexo’ ou ‘relações sociais de gênero’, [...] não têm definição estrita e tampouco uma com a qual todos estejam de acordo” (DELPHY, 1996, p. 177), buscamos, nessa pesquisa, compreender as possibilidades da utilização do conceito de patriarcado, de forma a não minimizar os embates teóricos sobre ele.

Patriarcado, na leitura weberiana, sugere um sentido adjetivo do conceito, de “domínio de um patriarca sobre toda a comunidade doméstica ou econômica” (MORGANTE; NADER, 2014, s/p.). Contudo, o conceito também pode ser compreendido sob outras lentes, que não as weberianas, de um sistema de dominação, ou seja, em sua forma substantiva. Assim, a compreensão desse sistema engloba outras instituições, que extrapolem a família. Falar de patriarcado como sistema nos permite pensar que ele não tira, necessariamente, a agência de mulheres, mas avalia que essa agência se ancora nessa estrutura, que ainda existe e com a qual nós, feministas, lutamos diariamente. É necessário, entretanto, compreender de que homens e de que mulheres

estamos falando ao abordarmos *patriarcado* como sistema de dominação de homens sobre mulheres; ou seja, de que instâncias estamos falando. Não foram utilizados, em nenhum momento, quaisquer elementos linguístico/discursivos que abrissem margem para a possibilidade de falarmos de homens e mulheres não-*cis*. Daí a necessidade de repensar sua utilização.

Essa esfera da dominação nos remete à dimensão simbólica e às representações sociais da dominação masculina de Bourdieu, com a qual optamos por não dialogar de forma ampla, pelo fato de que ela não explora as relações de opressão das mulheres e, portanto, nega parte da organização social de gênero da contemporaneidade (MORGANTE; NADER, 2014, s/p.). É nesse sentido que o conceito de *patriarcado* parece preencher algumas dessas lacunas, o que não garante que outras sejam criadas.

Diante das discussões que envolvem a defesa de seu uso ou de sua negação, algumas autoras propõem a rearticulação do conceito e advogam pelo seu uso. O que buscamos compreender, entretanto, não é se ele “pode” ou não ser utilizado. Nesse ponto parece haver um acordo mútuo de que sim, desde que ele seja redefinido e bem demarcado. Buscamos a reflexão de seu uso a partir do momento em que ele não deixe à margem os sujeitos dos quais já falamos. Pateman afirma que “[...] não há nenhum bom motivo para se abandonar os termos patriarcado, patriarcal e patriarcalismo. Grande parte da confusão surge porque ‘patriarcado’ ainda está por ser desvencilhado das interpretações patriarcais de seu significado” (PATEMAN, 1993, p.39). Dessa forma, propõe a substituição do conceito para *Patriarcado Moderno*, que tem suas raízes no estabelecimento do contrato sexual, o qual garantiu a invisibilidade do contrato sexual e a manutenção da exploração de mulheres.

Lia Zanoto Machado (2010), por sua vez, propõe que o conceito seja substituído por *Patriarcado contemporâneo*, o qual localiza historicamente o conceito primeiro e o alinha às mudanças de condições advindas da modernidade. Invoca, ainda, que este conceito seja utilizado de forma bem demarcada, para que as novas relações sociais da modernidade sejam contempladas. O que parece haver, de comum acordo entre as duas propostas, é a necessidade de que o conceito deixe de ser lido sob lentes patriarcais, “[...] no seu sentido literal de governo do pai ou de direito paterno” (PATEMAN, 1993, p.43).

Outro ponto ainda bastante confuso diz respeito ao dualismo que se estabelece ao se pensar o *patriarcado*. As teorias que divergem dessa perspectiva, tal como a de Butler, exploram de forma contundente a necessidade de rompimento com os pares de oposição. Nesse ponto, ainda que estejamos de pleno acordo, nos questionamos como proceder em termos práticos, compreendendo que, embora essas dicotomias não deem

conta de explorar a totalidade das identidades e das relações sociais, elas continuam estruturando nossas vidas (HARDING, 1986). Dessa forma, Harding afirma que, até que mudemos nossas práticas balizadas por dicotomias, “somos forçadas a pensar e a existir no interior da própria dicotomização que criticamos” (HARDING, 1986, p.26). Ou seja, se nossas práticas ocorrem de forma dicotômica, as relações sociais, as instituições e as políticas públicas ainda são elaboradas nessa perspectiva, o que nos faz pensar que talvez ainda não seja o momento de descartar por completo o que tem sido subsídio de formulações de regras e comportamentos sociais. Aqui é o momento de questionamento: não há a possibilidade de tomar como pressuposto que as relações se deem a partir de pares dicotômicos, mas grande parte da sociedade ainda se constitui dessa maneira, principalmente no tocante às violências de gênero, da mesma forma que as instituições e políticas públicas elaboradas por elas.

É nesse sentido que nos interessa pensar no patriarcado como um *dispositivo* (SWAIN, 2014). A noção de dispositivo, para Foucault (1988), diz respeito a um conjunto de

[...] discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 1988, p.244).

Nessa perspectiva, pensar em patriarcado enquanto um dispositivo, como sugere Swain (2014), implica reconhecer sua estratégia de engendrar e multiplicar poderes causais “cuja substância e definição é ação sobre a ação humana [...] ou seja, as tramas do poder que criam e controlam os indivíduos” (SWAIN, 2014, p.37). Pensar na ação sobre a ação humana no que diz respeito ao dispositivo do patriarcado sugere a criação de corpos que iteram comportamentos sociais de *homem* e *mulher* e, mais do que isso, atribui valores hierárquicos e assimétricos entre um e outro.

A eficiência desse dispositivo reside no fato de que, por ser de agenciamento humano (SWAIN, 2014), assume formato fluido e dinâmico e por isso é capaz de se adequar aos contextos em que está situado. Nesse sentido, atua como uma rede, cujos pontos se relacionam de modo a garantir a subordinação das mulheres e que esconde, em sua tessitura, novas possibilidades de que outras relações sociais – que invertam o caráter de subordinação - sejam criadas. Outra questão que garante sua eficiência é que suas justificações são subsidiadas por elementos da ordem da biologia. Em outras palavras, são conferidos valores imaginários aos órgãos genitais que atribuem a um o

aspecto positivo e a outro, aspecto negativo. Se tornam, portanto, verdades incontestáveis: “o que dá nascimento à noção de diferença sexual como categoria absoluta na divisão de poderes no social e na implantação de uma hierarquia é a IMPORTÂNCIA que é dada à genitália masculina como fator de proeminência e poder” (SWAIN, 2014, p.38).

É o patriarcado enquanto dispositivo que ativa, por sua vez, três outros dispositivos que atuam no sentido de legitimar essas relações assimétricas de poder: o dispositivo amoroso, ou seja, “a rede social de convencimento das mulheres em relação aos papéis que lhes são atribuídos tradicionalmente”; o dispositivo da sexualidade, o qual transforma as mulheres em “um corpo sexuado” e o dispositivo da violência, que tem por função atuar em sua materialidade, “com a ameaça, o estupro, o sequestro, o assassinato, o incesto, a pedofilia e toda forma de intimidação àquelas que ousam desafiar seu controle” (SWAIN, 2014, p. 40).

Esses três dispositivos, atuando de forma simultânea e sistemática, são capazes de sugerir comportamentos normativos que recolhem mulheres à função reprodutora, domesticadas e docilizadas, passíveis da vontade do Outro. Evidentemente, mulheres refutam esses comportamentos normativos e resistem a essas identidades, mas ao proporem esse contra-movimento, são vistas como selvagens e passíveis de retaliações.

O estupro, de acordo com Swain (2014) encontra seu *locus* no dispositivo da sexualidade, como consequência desse corpo sexual e a serviço do Outro. Entretanto, mais que ato sexual, o estupro é ato de posse, de apropriação (SWAIN, 2014), o que o situa também no dispositivo da violência. Somado a isso, o estupro também ocorre cotidianamente entre parceiros, sob a justificativa instintiva do homem e amparada pelo regime de verdade que coloca a mulher a serviço do cuidado com o companheiro, o que o situa também no dispositivo amoroso. A cultura do estupro, portanto, encontra a possibilidade de ser interpretada como produto dos três dispositivos. Assim, a banalização da violência pode ser explicada pelo fato de que, agindo conjuntamente, esses dispositivos, acionados pelo dispositivo do patriarcado, ditam comportamentos morais e normativos sobre as mulheres que as colocam na posição da disponibilidade para o sexo.

## **6. PERCURSO METODOLÓGICO**

Buscamos, nesta pesquisa, analisar de que forma ocorre a produção da definição da cultura do estupro em textos de práticas midiáticas digitais, bem como investigar como opera distintas violências a distintas mulheres. Para isso, se desenvolve sob a

perspectiva de um paradigma interpretativo crítico, o qual permite a problematização de efeitos ideológicos que instâncias de discursos, materializadas em textos, podem ter sobre relações sociais, conhecimentos e identidades (RESENDE; VIEIRA, 2016).

A escolha pela proposta teórico-metodológica da ADC se justifica porque dispõe de ferramentas analíticas que permitem ao pesquisador mapear “conexões entre aspectos semióticos e não-semióticos do social” a fim de “investigar mecanismos causais discursivos e seus efeitos potencialmente ideológicos” (RESENDE; VIEIRA, 2016, p.117), além de buscar meios de superação de relações assimétricas de poder sustentadas por sentidos de textos. Essa faceta de investigar e refletir sobre formas de superação de relações assimétricas de poder sustentadas parcialmente nos discursos é o que configura o caráter crítico da abordagem da ADC e, conseqüentemente, desta pesquisa, ao passo que promove formas de agir em relação à mudança social (RESENDE; VIEIRA, 2016).

Esta pesquisa também se constitui como documental, a partir da seleção de 09 textos de práticas midiáticas digitais. A escolha por uma pesquisa de caráter documental se justifica pelo fato de que os documentos, “por terem origem num determinado contexto histórico, econômico e social, retratam e fornecem dados sobre esse mesmo contexto” (GODOY, 1995, p.22). Partimos da perspectiva de Godoy (1995), para quem “o exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ ou interpretações complementares, constitui o que estamos denominando pesquisa documental” (GODOY, 1995, p.21). Dessa forma, a coleta do *corpus* privilegia documentos/textos retirados, em sua maioria, de blogs, cujos relatos de mulheres submetidas às violências nos permitem analisar de que forma a cultura do estupro itera comportamentos violentos e gera outros tipos de violências.

Dado o caráter transdisciplinar da ADC, que se constitui a partir do diálogo epistemológico e da operacionalização de conceitos e teorias de diversos campos do conhecimento, esta pesquisa assume, como já dito, um caráter qualitativo, que nos permite investigar aspectos do mundo através de um agrupamento de “práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 17 *apud* RESENDE; VIEIRA, 2016, p. 76). Nesse sentido a pesquisa qualitativa nos permite esboçar, descrever e interpretar um desenho da realidade para que, somado à perspectiva crítica, seja possível transformar determinados aspectos do mundo. Esse caráter qualitativo reconhece a importância do enfraquecimento de fronteiras metodológicas e a conseqüente articulação entre teorias linguísticas e sociais.

A abordagem metodológica de Chouliaraki e Fairclough (1999) norteará a análise, uma vez que possibilita a investigação mais consistente de “mecanismos discursivos e seus potenciais efeitos ideológicos em práticas sociais particulares” (RESENDE; VIEIRA, 2016, p. 108). O quadro 01 resume a abordagem proposta pelos autores:

**Quadro 1:** Abordagem para a ADC

1. Um problema (atividade, reflexividade)		
2. Obstáculos a serem superados	Análise da conjuntura	
	(b) Análise da prática em particular em seu momento discursivo	(i) Práticas relevantes
		(ii) Relações do discurso com outros momentos da prática
	(c) Análise do discurso	(i) Análise estrutural (a ordem do discurso)
(ii) Análise interacional (interdiscursiva, semiótica e linguística)		
3. Função do problema social na prática		
4. Possíveis maneiras de superar obstáculos		
5. Reflexão sobre a análise		

Fonte: CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 60

O primeiro momento de análise diz respeito ao reconhecimento de um problema social cujo enfoque seja semiótico. Nesta pesquisa, o problema social se refere à cultura do estupro, a qual é responsável por produzir distintas formas de violências contra as mulheres.

A partir da identificação do problema social de cunho semiótico, o segundo momento se refere à identificação de obstáculos para que o problema seja superado. Nesse momento, recorre-se à análise da conjuntura e à análise da prática particular, as quais permitem contextualizar a etapa seguinte, de análise do discurso, além de garantir a relação entre os textos e suas causas mais amplas e a seu contexto particular (RESENDE; VIEIRA, 2016). Nessa pesquisa, a prática particular é constituída de blogs e páginas de organizações e movimentos sociais que alinham suas discussões às

temáticas de gênero. Para o *corpus* dessa dissertação, privilegiamos as temáticas de violência sexual contra diferentes mulheres.

A terceira etapa possibilita a investigação da função do problema na prática. Assim, mais uma vez emerge o caráter transdisciplinar desta abordagem, uma vez que torna-se fundamental a associação e o diálogo com teorias sociais. Nessa perspectiva, “textos figuram como principal material empírico, pesquisam-se mecanismos discursivos e o problema em foco” (RESENDE; VIEIRA, 2016, p.110). Aqui evidencia-se o caráter do texto como um dos elementos constitutivos de processos sociais que faz emergir relações assimétricas de poder. Daí a necessidade da análise minuciosa que, segundo Fairclough (1999), engloba os processos de compreensão e explanação. Assim, o primeiro processo consiste em identificar de que forma crenças, valores, posicionamento social e outros elementos se articulam e geram distintas compreensões de um texto. O segundo processo tem a finalidade de “mostrar como o momento discursivo trabalha na prática social, do ponto de vista de seus efeitos em lutas hegemônicas e relações de dominação” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 67).

A quarta e a quinta etapa dizem respeito aos possíveis modos de ultrapassar os obstáculos e à reflexão sobre a análise. A finalidade dessas etapas diz respeito à identificação dos “mecanismos que sustentam o aspecto problemático em uma prática particular, tendo em vista a possibilidade de superá-lo” (RESENDE; VIEIRA, 2016, p. 111). Nesse momento evidencia-se o caráter transformador da abordagem crítica da ADC, uma vez que torna-se possível, a partir da identificação dos elementos que atuam na manutenção do problema, bem como de maneiras de superá-lo, de propor contribuições com vias à mudança social.

### **6.1 Coleta e sistematização do *corpus***

No primeiro momento de seleção do *corpus*, nos debruçamos sobre notícias referentes ao episódio ocorrido em 21 de maio de 2016, em que uma adolescente de 16 anos foi abusada e violentada moral, física e sexualmente por mais de 30 homens em uma comunidade da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Nosso objetivo inicial consistia em analisar como a adolescente vítima de violência sexual e o próprio estupro coletivo eram compreendidos e de que forma eram representados pela mídia. Contudo, no decorrer da pesquisa, julgamos ser importante ampliar nossa perspectiva com a finalidade de abarcar distintas formas de violência e, principalmente, diferentes mulheres. Em uma perspectiva de interseccionalidade (CRENSHAW, 2002),

compreendemos que diferentes mulheres estão submetidas a diferentes formas de violência, sem que estas mulheres ou violências sejam vistas de forma sobrepostas. Dessa forma, reorganizamos o percurso da pesquisa e nos pautamos, em seguida, em textos escritos por distintas mulheres, cujas vivências são atravessadas por marcadores sociais da diferença.

A seleção do *corpus* ocorreu a partir de palavras-chave na ferramenta de buscas do Google. Como nosso objetivo principal diz respeito ao fato de que a análise perpassa a noção de que diferentes mulheres são submetidas a diferentes violências, a busca continha essencialmente os léxicos *mulher* e *violência* e, a partir dos marcadores da diferença, buscamos por *violência mulheres gordas*, *violência mulheres negras*, *violência mulheres encarceradas*, *violência mulheres MST*, *violência mulheres trans* e apenas *violência mulheres*, com a finalidade de analisar, também, as representações de violências contra mulheres sem estabelecer de quem mulheres estamos falando.

Dessa forma, a partir da ferramenta disponibilizada pelo Google, selecionamos 06 textos, com exceção do relato atribuído a Natália Almeida, o qual chegou até a mim por razões que dizem respeito a minha inserção na militância em movimentos feministas e a relação que estabeleci, profissionalmente – a qual também refere à militância – com o contexto da agroecologia.

Buscamos coletar um conjunto de relatos produzidos por autoras, mulheres, sobre violências a que elas ou outras mulheres foram submetidas ou problematizando a pauta da violência sexual. A reconfiguração do *corpus*, portanto, contabilizou 06 textos, extraídos de 06 sítios de mídias digitais, sistematizados no quadro abaixo:

**Quadro 2:** Quadro de Sistematização do *corpus*

SITE	DATA	TÍTULO
Lugar de Mulher	05.10.2015	O silêncio que ecoa: a cultura do estupro no Brasil <sup>16</sup>
Blogueiras Feministas	25.04.2012	Gordinhas dizem não <sup>17</sup>
Geledés	23.04.2017	Descobri que ia morrer sozinha <sup>18</sup>
Católicas pelo Direito de Decidir	30.05.2016	Cultura do estupro: múltiplas faces de uma mesma perversidade! <sup>19</sup>

<sup>16</sup> Disponível em: <<http://lugardemulher.com.br/o-silencio-que-eco-a-cultura-do-estupro-no-brasil/>>. Acesso: 02 Março 2018.

<sup>17</sup> Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2012/04/gordinhas-dizem-nao/>>. Acesso: 02 Março 2018.

<sup>18</sup> Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/descobri-que-ia-morrer-sozinha/>>. Acesso: 02 Março 2018.

<sup>19</sup> Disponível em: <<http://catolicas.org.br/novidades/editoriais/faces-perversas-do-estupro/>>. Acesso: 02 Março 2018.

Medium @natalmsouza	18.01.2018	Nunca negue água a ninguém <sup>20</sup>
Gênero à Deriva	01.04.2014	Assédio e estupro de mulheres negras e trans*: Continuamos a ser consideradas menos humanas <sup>21</sup>

Fonte: elaboração própria

O site *Lugar de Mulher* é descrito como um portal que se propõe a abordar temáticas emancipatórias e que resistam a conteúdos ditos para mulheres. Assume a palavra de ordem de movimentos sociais feministas de que *lugar de mulher é onde ela quiser* e discute temáticas relativas a gênero, empoderamento, misoginia, gordofobia, ciência, dentre outros. Desse site foi retirado para constituir o *corpus* o texto *O silêncio que ecoa: a cultura do estupro no Brasil*.

O blog *Blogueiras Feministas*, por sua vez, evidencia o caráter político de suas publicações e conta com produções de outras mulheres, que não necessariamente façam parte do corpo editorial. Suas publicações referem-se a diversas temáticas, tais quais saúde sexual e reprodutiva, Movimentos Sociais, Lei Maria da Penha, Feminismo Interseccional, dentre outros. Para constituição do *corpus* foi selecionado o relato *Gordinhas dizem não*.

O site *Geledés*, de amplo alcance, é desdobramento da Fundação Geledés Instituto da Mulher Negra, organização da sociedade civil criada em 1988. O portal promove o diálogo entre gênero e raça no que diz respeito às desigualdades e conflitos sociais e conta com nomes como o de Sueli Carneiro, referência na militância do Feminismo Negro. Suas publicações contam ainda com autoras que não fazem parte do corpo editorial e refletem temas relacionados, além dos citados, a sexualidade e classe, sobretudo. Além disso, convém mencionar que a página veicula notícias, relatos e artigos de opiniões originalmente de outras fontes, e isso inclui o texto retirado para compor o *corpus* dessa pesquisa, “*Descobri que ia morrer sozinha*”.

*Católicas pelo Direito de Decidir* é o sítio digital oficial da organização não governamental de mesmo nome, fundada em 1993. As administradoras do portal se apoiam em produções que promovam o diálogo entre feminismo e religião, além de se posicionarem a favor da laicidade do Estado. Abordam pautas relativas às violências de gênero, saúde sexual e reprodutiva, sobretudo em temas que encontram enfrentamentos na instituição da Igreja Católica, como a descriminalização do aborto, por exemplo.

<sup>20</sup> Disponível em: <<https://medium.com/@natalmsouza/nunca-negue-%C3%A1gua-%C3%A0-ningu%C3%A9m-c512c5638e1>>. Acesso: 02 Março 2018.

<sup>21</sup> Disponível em: <<https://generoaderiva.wordpress.com/2014/04/01/assedio-e-estupro-de-mulheres-negras-e-trans-continuamos-a-ser-consideradas-menos-humanas/>>. Acesso: 02 Março 2018.

Dessa fonte foi retirado o texto “*Cultura do Estupro: múltiplas faces de uma mesma perversidade*”.

*Gênero à Deriva* é também um *blog* escrito por uma única pessoa, assim como o de Natália Almeida. Hailey Kaas, responsável pela produção dos textos, identifica-se como mulher trans e transfeminista. Suas publicações abordam diversos temas que dizem respeito à Justiça Social. Dentre as temáticas, aborda questões relacionadas a sexualidades, corpo, opressões e acessibilidade, em uma perspectiva Queer. Desse *blog* selecionamos o texto *Assédio e estupro de mulheres negras e trans\*: Continuamos a ser consideradas menos humanas*.

O relato intitulado “*Nunca negue água a ninguém*”, por fim, foi retirado do *blog* de Natália Almeida, militante nos campos da Agroecologia e do Feminismo. Seu *blog* pessoal é marcado por relatos que não dizem respeito à violência de gênero, embora tenham posicionamentos que a situem nessa perspectiva. O texto é uma exceção às temáticas abordadas e se refere ao seu último relacionamento, abusivo e marcado pelo fato de que o ex-companheiro se identifica enquanto militante de Esquerda, fato problematizado e questionado no texto.

Assim, a seleção dos textos buscou legitimar múltiplas vivências a partir das categorias de *sexualidade, corpo, classe, espacialidade, tamanho, raça e inserção social*. Outra mudança diz respeito ao fato de que, agora, a seleção privilegia, em sua maioria, relatos escritos por essas próprias mulheres, trazendo representações delas sobre elas e, a partir de suas vozes, de outros sobre elas. Assim, é possível, através desta amostra discursiva, analisar de que forma essas representações e modos de identificação são construídas a partir delas mesmas, isto é, como confrontam, ressignificam, reorganizam ou iteram os discursos produzidos sobre elas e, conseqüentemente, sobre as violências a que são submetidas e seus desdobramentos.

Vale ressaltar que contactamos todas as mulheres responsáveis pela produção dos textos e/ou os portais que os veicularam. O cuidado com o pedido de consentimento se refere ao fato de que a pesquisa acadêmica, embora para fins de produção de conhecimento e possível contribuição social, envolve identidades e subjetividades e julgamos ser necessário o diálogo e a posterior aprovação para o uso dos textos como parte desse *corpus*.

Sabemos, contudo, que os esforços para legitimar mulheres a partir de seus marcadores sociais da diferença não se esgotam na seleção deste *corpus*. Compreendemos que, ainda que falemos de *mulheres negras*, por exemplo, reconhecemos que critérios raciais (e outros que se inter cruzam com eles) podem trazer diferentes opressões sobre essas mulheres. Entretanto, reconhecemos que a escolha de

*um* texto sobre mulheres negras abarca, de certa forma, *uma* possibilidade, dentre muitas, de opressões as quais elas podem estar submetidas. Portanto, é necessário pontuar esse aspecto como possível lacuna no momento de seleção, mas também reconhecer a impossibilidade de trabalhar com um *corpus* que de fato dê conta de contemplar todas as possibilidades de interseccionalidade.

Após a seleção do *corpus*, o software AntConc subsidiou a etapa seguinte. O software disponibiliza, dentre outras ferramentas, o Word List, que evidencia, em escala ascendente, os léxicos recorrentes, o que nos permite analisar de que forma a discussão temática ocorre. Em um primeiro momento, destacamos o pressuposto de que os léxicos “mulher”, “mulheres”, “vítima”, “vítimas”, “homem”, “homens”, “agressor” e “agressores” viriam com relevante recorrência, o que não ocorreu. Os resultados dessa etapa estão ilustrados abaixo:

**Figura 3:** Recorrência de léxicos a partir do software *AntConc*

Rank	Freq	Word
1	372	e
2	280	de
3	271	a
4	244	que
5	151	o
6	133	nao
7	124	x
8	89	para
9	85	em
10	82	da
11	81	as
12	80	se
13	78	um
14	76	do
15	76	uma
16	70	como
17	69	com
18	67	mulheres
19	48	por

Nos chamou a atenção, ainda, o fato de que os processos – na perspectiva da Gramática Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 2004) – foram secundários se comparados às circunstâncias. As circunstâncias *para* e *como* serviram de eixos

analíticos às categorias temáticas, por apresentarem um alto índice de recorrência e importância na análise dos dados.

A frequência das circunstâncias nos levou a outras duas hipóteses: a de que a circunstância *para* assumiria com maior recorrência a finalidade de combate, uma vez que os textos têm uma identidade combativa à cultura do estupro; e a de que a circunstância *como* evidenciaria os modos pelos quais o combate ocorreria. Assim, passamos à categorização de ambas, contabilizadas nos quadros abaixo:

**Quadro 3:** Recorrências da finalidade PARA

PARA  (89)	Controle/Dominação	25
	Endereçamento/Interlocução	24
	Movimento	11
	Combate	09
	Foco	09
	Identificação	04
	Para além/ Para com	04
	De acordo com	03

Fonte: elaboração própria

A análise dos circunstanciadores de finalidade *para* nos revelou, ao contrário da hipótese inicial, que a maior parte das recorrências diz respeito às formas de dominação e submissão das mulheres, e não aos modos pelos quais a cultura do estupro pode ser combatida. Houve, ainda, extensa recorrência do circunstanciador operando com a função de endereçamento e interlocução. Na sequência, o circunstanciador estabeleceu a função de movimento para, apenas em quarta posição, operar enquanto circunstanciador de finalidade de combate. Assim, as 04 primeiras funções delinearão os eixos temáticos de análise. Essas funções evidenciaram, portanto, os processos que antecederiam a própria compreensão da cultura do estupro, uma vez que revelavam as formas com que mulheres eram submetidas à violência. As recorrências, além disso, subsidiaram a análise dos graus de engajamento na identificação dos sujeitos, sobretudo a de mulheres

agredidas e de seus agressores – quando identificados. O circunstanciador subsidiou, por fim, as possíveis formas de combate ao que se constituiu discursivamente como cultura do estupro.

**Quadro 4:** Recorrência da finalidade COMO

COMO (70)	Explicação/ Identidade	21
	Maneira	20
	Explicação	14
	Exemplo	08
	Comparação	03
	Verbo	02
	Iteração	01
	Generalização	01

Fonte: elaboração própria.

Os circunstanciadores de modo *como* foram submetidos ao mesmo processo de análise, o qual nos permitiu reconhecer que, também de forma oposta à hipótese inicial, sua função mais recorrente não se referiu aos modos pelos quais a cultura do estupro era constituída, mas às formas com que as mulheres eram identificadas. A segunda maior recorrência indicou o circunstanciador operando como maneira, isto é, evidenciando as formas pelas quais mulheres submetidas à violência, majoritariamente. A terceira maior recorrência estabeleceu ao *como* a função de explicação, predominantemente utilizado para recorrer a situações. Aqui, vale mencionar que sua função, em princípio, se assemelhava à primeira no ranking das recorrências. Contudo, observamos que o circunstanciador ora apenas explicava, ora essa explicação colaborava para a construção de identificações às mulheres, o que acarreta uma mudança em seu potencial discursivo. Por fim, a quarta maior recorrência conferiu ao *como* o a função de exemplificar situações de violência, na maior parte das vezes. Assim, as 04 primeiras funções subsidiaram a definição e a análise dos eixos temáticos.

## 6.2. Categorias Analíticas

Após a sistematização do *corpus*, a análise segue conforme a abordagem metodológica para a ADTO (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Os textos, na perspectiva relacional/ dialética, são caracterizados por contextos discursivos que constituem “crenças, valores, formas de ação e interação, relações sociais, mundo material e, ao mesmo tempo, são constituídos por esses outros momentos de práticas sociais” (RESENDE; VIEIRA, 2016, p. 105). Dessa forma, a articulação das categorias discursivas – significados representacional e identificacional – às Teorias Sociais possibilitará a investigação das relações de poder (FOUCAULT, 1996) e das lutas hegemônicas (LACLAU; MOUFFE, 1985 *apud* CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999) para, assim, perceber de que forma se articulam nos textos. Para esta pesquisa, a articulação das categorias discursivas e sociais está organizada da seguinte forma:

**Quadro 5:** Categorias Analíticas

Categorias Discursivas		Categorias Sociais	Perguntas
Significado representacional	Interdiscursividade	Naturalização da cultura do estupro  Interseccionalidade	Quais discursos são representados nos textos? Quais são negados? São representados/negados explicitamente? implicitamente?  Que formas particulares da construção da cultura do estupro são constituídas e reconstituídas?  Essas formas particulares de constituir e reconstituir a cultura do estupro reiteram discursos hegemônicos? Reorganizam? Resignificam?
	Representações dos agentes sociais	Tipos de violência em relação aos marcadores sociais da diferença	Quem são as mulheres submetidas às violências? Como são nomeadas nos textos?  Como os agressores são representados no texto?

			<p>Explicitamente? Implicitamente?</p> <p>Quais escolhas léxico-gramaticais disputam essas nomeações e representações?</p> <p>De que forma são atribuídos valores às mulheres? E aos agressores?</p>
Significado identificacional	Modalidades epistêmicas e modalidades deônticas	Tipos de identidade em relação à interseccionalidade	<p>Quais identidades são impugnadas nos relatos das mulheres submetidas às violências? Quais identidades se referem aos agressores?</p> <p>Quais identidades são respaldadas e quais são ressignificadas? Como elas tencionam possibilidades para a mudança?</p>
	Avaliações	Tipos de identidade	<p>Que presunções valorativas são produzidas nos relatos? Como elas cooperam com as representações das mulheres submetidas às violências? E dos agressores?</p>

Fonte: elaboração própria

É assumindo a perspectiva de que um mesmo aspecto do mundo pode ser representado a partir de diferentes discursos que Fairclough propõe a categoria da *interdiscursividade* (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2001; 2003), a qual nos permite analisar de que maneira os textos articulam diferentes discursos e de que forma essa articulação atua – se em um movimento de cooperação ou competição. Identificar os distintos discursos em um texto requer, portanto, dois movimentos: especificar as partes do mundo representadas, isto é, os temas principais; e reconhecer a projeção particular pela qual essas partes do mundo são representadas, o que pode ser identificado através da escolha de traços linguísticos e seus potenciais efeitos de sentido nas representações do mundo (FAIRCLOUGH, 2003).

Ao relacionar a categoria da *interdiscursividade* com as categorias sociais da *naturalização da cultura do estupro* e da *interseccionalidade* (CRENSHAW, 2002), é

possível analisar os discursos representados no texto, as formas particulares da construção da cultura do estupro – a partir dos marcadores sociais da diferença - e as formas de contestação, a partir dos relatos, dessas formas particulares. Assumimos a categoria da interseccionalidade compreendendo que é a partir do entrecruzamento de eixos de marcadores sociais que se entrecruzam as múltiplas e específicas formas de opressão e subordinação.

A interseccionalidade enquanto categoria analítica surge, de acordo com Piscitelli (2002), para desvelar e articular eixos de subordinação que escapem ao binarismo analítico de sistemas gênero-sexo ou gênero-raça, os quais tiveram destaque através de contribuições anteriores (BUTLER, 1990, SCOTT, 1988; HARAWAY, 1991; RUBIN, 1975) e que foram posteriormente questionadas pela centralidade invocada à categoria gênero. Para Crenshaw (2002), investir a categoria gênero de um poder que lhe confere centralidade analítica impede que se reconheçam outros eixos de subordinação em uma perspectiva sobre a qual gênero estaria em outra posição que não a do topo da hierarquia. Assim, gênero se configuraria como *uma* categoria analítica que se articularia a outras com a finalidade de reconhecer de que forma essa articulação afeta/violenta/privilegia. Na perspectiva de Crenshaw (2002, p.173),

a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p.173).

A segunda categoria discursiva que corresponde à análise do significado representacional, *Representação dos agentes sociais*, requer o diálogo com o Sistema de Transitividade (HALLIDAY, 1994), instrumentalizado por Fairclough (2003) que, ao explorar as facetas do discurso como formas de representação do mundo, identifica que essas representações ocorrem através de três categorias, sistematizadas no quadro abaixo, as quais dizem respeito ao Sistema de Transitividade (HALLIDAY, 1994), uma das ferramentas metodológicas do significado representacional: *processos, participantes e circunstâncias*.

**Quadro 6:** Categorias do Sistema de Transitividade

<b>Processo</b>	<b>Significado</b>	<b>Participantes</b>
Material	fazer	Ator / Meta / Escopo / Beneficiário
Mental	perceber / pensar / gostar	Experienciador / Fenômeno
Relacional	ser / estar	Portador / Atributo / Identificado / Identificador
Verbal	falar / dizer	Dizente / Receptor / Verbiagem
Comportamental	comportar-se	Comportante / Behaviour
Existencial	existir / haver	Existente

Fonte: Fuzer; Cabral (2010, p.40)

Halliday (1994) compreende a língua como um sistema de possibilidades, que atua funcionalmente nas práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2003), daí a denominação "sistêmico funcional". Dessa forma, a análise discursiva crítica leva em conta que sujeitos instanciam, dentre uma gradação de escolhas, certas possibilidades em detrimento de outras. Essa perspectiva de escolha é o que nos leva a perceber o engajamento ideológico em discursos materializados em textos.

Em sua discussão sobre a *Representação dos Eventos Sociais*, Fairclough (2003) aborda questões relacionadas ao significado representacional, por isso trata de aspectos discursivos relacionados aos processos, participantes e circunstâncias. Outra questão relevante aos eventos sociais diz respeito ao fato de que eles podem ser incluídos, excluídos ou postos de forma mais ou menos proeminente, o que acarreta diferentes possíveis efeitos de poder e ideológicos.

Fairclough (2003) aponta, ainda, que diferentes formas de representar eventos – através da exclusão, inclusão ou proeminência - produzem diferentes formas de compreender os processos, de agenciar sujeitos (ou trazer sujeitos e ocultar sua ação), de obstruir sua agência, de ocultar formas de atividade ou relações sociais. Algumas categorias linguístico-discursivas que permitem analisar essas relações são a passivação, topicalização, nominalização, etc, uma vez que elas evidenciam essas ocultações ou as proeminências dadas aos agentes, objetos, processos e relações.

Essas categorias são importantes ao passo que dialogam com os processos, participantes e circunstâncias, sobre os quais Fairclough (2003) discute e os quais são basilares para análise discursiva na perspectiva do significado representacional. Os processos são, geralmente, grupos verbais; os participantes, grupos nominais; e as

circunstâncias, grupos adverbiais, os quais estabelecem relação com elementos que se referem a tempo, lugar e modo, por exemplo. Nessa perspectiva, são 06 os tipos de processos, cada qual relacionado aos participantes e circunstâncias. Admitir que participantes, eventos e processos são representados textualmente permite que se analise a relação entre as escolhas lexicais e a forma com que isso afeta ou gera sentidos discursivos e sociais.

Assim como os processos, os participantes devem ser analisados e, para isso, o autor aborda distintas formas de representação de atores sociais. Dessa forma, a escolha de representação dos agentes permite perceber se esses participantes/atores estão sendo incluídos ou excluídos – se parcialmente ou de que forma; se de forma ativa ou passiva; se nomeada ou classificada; se de forma específica ou genérica; ou se em forma de pronome, substantivo ou função gramatical. Mais do que classificar, Fairclough (2003) preocupa-se em propor meios para que sejam analisadas as formas de produção discursiva e em como a representação desses participantes afeta o sentido, a responsabilização, a ocultação ou a legitimação desses agentes. Isto é, se esses sujeitos são parcialmente sujeitados ou assujeitados e em relação a quem – e de que forma é satisfatório visibilizar ou invisibilizar suas ações.

Através da categoria *representação dos agentes sociais* (FAIRCLOUGH, 2003), articulada ao Sistema de Transitividade (HALLIDAY, 1994), será possível analisar, portanto, de que forma as mulheres submetidas às violências, bem como os agressores, são representados no texto. Da mesma forma que na categoria *interdiscursividade*, aqui são trazidas ao diálogo as categorias sociais da *naturalização da cultura do estupro* e dos *marcadores sociais da diferença* (BRAH 2006), com o objetivo de analisar de que forma ocorre a produção das violências a partir da posição dessas mulheres – em interseção com classe, raça, gênero, espacialidade, etc. Em outras palavras, a articulação das categorias, discursiva e social, nos permitirá analisar as diferentes formas de representar processos e participantes em situações específicas, assim como revelar posicionamentos ideológicos em relação a eles.

O significado identificacional será analisado a partir de duas categorias discursivas, a de *avaliações* e a de *modalidades*. A primeira diz respeito às atribuições de juízo de valor e de presunções valorativas, e dizem respeito ao que é posto como desejável ou indesejável, relevante ou irrelevante. São marcadas linguisticamente através de grupos verbais, adverbiais e nominais (FAIRCLOUGH, 2003).

A categoria *modalidade* é uma operacionalização do que propôs Halliday (1985), o qual diferenciava modalidade de modulação. Fairclough (2003) propõe um desmembramento da macrocategoria em duas: modalidade epistêmica e modalidade

deôntica. Outra das mudanças no que diz respeito à proposta de Halliday se refere à própria compreensão do conceito: para Halliday, modalidade diz respeito ao que transita entre dois opostos, de asserção e negação. Fairclough, por sua vez, compreende como modalidade tanto o que transita quanto os próprios pólos, positivo e negativo.

Assim, a modalidade epistêmica, relacionada à troca de conhecimento, diz respeito “ao comprometimento com a ‘verdade’”; já em trocas de atividade, a modalidade é deôntica, refere-se ao comprometimento com a obrigatoriedade/necessidade” (RAMALHO; RESENDE, 2006, p.82). Essas categorias encontram respaldo no significado identificacional uma vez que elas dizem respeito à construção de identidades. Ou seja, sua importância está intimamente ligada ao fato de que “o quanto você se compromete é parte significativa do que você é – então escolhas de modalidade em textos podem ser vistas como parte do processo de texturização de auto-identidades” (FAIRCLOUGH, 2003, p.166). O estudo das modalidades propostas por Fairclough (2003) nos permite, portanto, perceber como identidades são construídas nos textos, bem como seus potenciais efeitos de sentido no que se refere à universalização de uma perspectiva particular (RAMALHO; RESENDE, 2006).

## **7. AS REPRESENTAÇÕES DA CULTURA DO ESTUPRO EM MÍDIAS ALTERNATIVAS**

As discussões que estabelecemos ao longo desta pesquisa são fundamentais para a análise que propomos a seguir. Do mesmo modo, são necessárias algumas reflexões sobre o gênero em que esses textos estão inseridos, o *blog*. Além disso, outras inserções teóricas ocorrem no percurso analítico, à medida que os trechos analisados demandem essas discussões. A análise recorre, conforme delineado pelas discussões teóricas e pela proposta metodológica de Fairclough (1992[2001]) e Chouliaraki e Fairclough (1999), a aspectos do gênero discursivo e, posteriormente, aos elementos linguísticos – que se referem à etapa da descrição – que subsidiem a interpretação e a sequente explanação dos aspectos semióticos que constituem os textos.

O estágio da análise do gênero corresponde ao significado acional e busca evidenciar traços semióticos que nos permitem depreender ações de indivíduos em práticas sociais. Esses traços ocorrem por meio de atividades mais ou menos rotinizadas, as quais são consubstanciadas em textos. Os gêneros discursivos são, de acordo com Bessa e Sato (2018) a forma com que os indivíduos agem por meio de uma participação ativa, em uma prática específica. Para Fairclough (2003), é através dos

gêneros que depreendemos o aspecto semiótico dos modos de agir socialmente (BESSA; SATO, 2018; FAIRCLOUGH, 2003).

A etapa da descrição confere importância à análise das escolhas léxico-gramaticais, bem como sua correlação com possíveis efeitos de sentidos geradas por essas escolhas. A linguagem, nessa perspectiva, opera com caráter de significação social, construindo distintas maneiras de representar o mundo e seus aspectos. Assim, “a linguística sistêmico-funcional de Halliday (2004) consiste em um aparato privilegiado para tal abordagem” (GONÇALVES-SEGUNDO, 2018, p. 80). É essa etapa que subsidia as seguintes, as quais possibilitam o caráter interpretativo e explanatório à análise. Esta, contudo, não necessariamente segue uma linearidade metodológica. Isso porque as etapas de descrição, interpretação e explanação das análises ocorrem orgânica e simultaneamente, de forma que uma etapa perpassa as outras, as quais se complementam e possibilitam uma análise linguística e social.

### **7.1. O potencial contestatório dos *blogs*: vozes dissonantes**

A análise da prática particular considera as relações entre o discurso e outros momentos da prática social. Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 21) assumem que “uma prática particular traz consigo diferentes elementos da vida – tipos particulares de atividade, ligadas de maneiras particulares a condições materiais, temporais e espaciais específicas”, os quais correspondem à atividade material, “pessoas particulares com experiências, conhecimentos e disposições particulares em relações sociais particulares”, que dizem respeito às relações sociais, e “fontes semióticas particulares e maneiras de uso da linguagem particulares”, as quais nos permitem depreender os fenômenos mentais. Dessa forma, a análise da prática particular possibilita evidenciar quais relações sociais são estabelecidas e articuladas em diferentes discursos dos *blogs* selecionados, bem como os desejos e crenças dessas relações.

O gênero discursivo corresponde à primeira etapa da análise (BESSA; SATO, 2018). Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 56) reconhecem o gênero como “um tipo de uso da linguagem desempenhado em uma prática social particular” e essa definição é reiterada por Fairclough (2003, p. 216) ao compreendê-lo como “uma forma de ação em seu aspecto discursivo”. A prática da análise discursiva, assim, compreende que discursos, materializados em textos, se inserem em gêneros que atendam demandas comunicativas e é a partir deles que indivíduos se comunicam: constituem, iteram, contestam, representam valores e crenças, participando ativamente da vida social.

Na perspectiva de Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 144), há, nos gêneros discursivos, “um mecanismo articulatório que controla o que pode ser usado e em que ordem, incluindo configuração e ordenação dos discursos”. Os gêneros, nesse sentido, assumem uma importância na manutenção de uma “estrutura institucional da sociedade contemporânea” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 31). Contudo, a faceta democrática de acesso aos *blogs* na atualidade possibilita que essa estrutura institucional seja reconhecida, contestada e repensada, muitas vezes por vozes antes silenciadas. Ainda que parcialmente constrangidas pelos mecanismos articulatórios dos gêneros – os quais permitem que certas coisas sejam ditas e outras não, da mesma forma que regulam a forma com que podem ser ditas –, essas vozes conseguem acessar a esfera hibridizada da comunicação, antes resguardada a empresas e instituições específicas, as quais eram exclusivamente responsáveis por controlar quais e de que maneira as informações podiam circular.

É a partir também do gênero discursivo, o qual constitui “o aspecto especificamente discursivo de maneiras de ação e interação no decorrer de eventos sociais” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 65), que podemos analisar o diálogo e o confronto dessas vozes. Esse enfoque vai ao encontro da perspectiva polifônica de Bakhtin, que assume que “todo texto é um objeto heterogêneo, [...] é constituído por várias vozes, é a reconfiguração de outros textos que lhe dão origem, dialogando com ele, retomando-o.” (BAKHTIN, 2008, p. 292). Os *blogs* têm o potencial reivindicatório de confrontar, contestar e desvelar outras vozes e ideologias que circulam tacitamente, bem como de acionar outras vozes, assumindo um caráter social emancipatório.

O aspecto social dos gêneros discursivo foi eixo central das discussões de Bakhtin (1992), as quais, posteriormente, foram retomadas por Fairclough (2003). Ao discutir o aspecto relativamente estável dos gêneros, Bakhtin o faz a partir de propósitos comunicativos aos quais os produtores se engajam e, ainda, através da troca estabelecida entre produtores e leitores de um gênero. Para ele,

o querer-dizer do locutor se realiza acima de tudo na escolha de um gênero do discurso. Essa escolha é determinada em função da especificidade de uma dada esfera da comunicação verbal, das necessidades de uma temática (do objeto do sentido), do conjunto constituído dos parceiros etc. (BAKHTIN, 1992, p. 301)

A comunicação, o querer-dizer, ocorre por meio de gêneros, os quais substancializam textos que, por sua vez, incorporam discursos. Na contemporaneidade, os interesses em comunicar, promover e disseminar concepções acerca do mundo tomam novas formas e (re)articulam gêneros de maneiras múltiplas. Os gêneros

discursivos, nesse sentido, *colonizam* outros gêneros (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 94) a partir de interesses particulares voltados às relações de poder: “o movimento de um discurso ou gênero de uma prática a outra implica sua recontextualização na última, isto é, uma nova articulação de elementos em que se integra, um hibridismo novo”. Marcuschi (2004) também desenvolve discussões a respeito de gêneros emergentes, criados e recriados na esfera da tecnologização digital, a qual faz emergir novas demandas e, conseqüentemente, novas formas de comunicação. É nessa perspectiva que se inserem os *blogs*.

Seguindo a abordagem de Marcuschi (2004), os gêneros devem ser reconhecidos por seu caráter sócio-histórico, uma vez que podem ser situados em determinado marco temporal – embora alguns gêneros não tenham registro pontual de origem, eles demarcam aspectos que os situam em contextos específicos – e que atendem a demandas sociais, isto é, atuam no funcionamento comunicativo da sociedade. Essa identidade sócio-histórica dos gêneros, bem como seu potencial de ação (FAIRCLOUGH, 2003), somado ao seu caráter democrático – na produção e na circulação – conferem ao *blog* a possibilidade de atuar contestando valores pré-estabelecidos e de dar vozes às identidades marginalizadas.

De acordo com Komesu (2004), os *blogs* foram criados no fim da década de 1990, com a finalidade de publicação online de textos cujas temáticas eram variadas. À época, contudo, seu caráter acessível e democrático manteve-se limitado aos usuários que detinham certo conhecimento tecnológico e recursos para financiarem a manutenção de sua página pessoal na plataforma, tornando-se, apenas anos depois, acessível a outras parcelas da sociedade. O amplo acesso aos usuários ocorreu, segundo a autora, a partir de alguns fatores, dentre eles a facilidade de manejo da ferramenta, que antes demandava conhecimentos especializados, e, agora, a gratuidade da hospedagem de uma página pessoal na plataforma. A prática atual que envolve os *blogs* permite que textos sejam inseridos, deletados, reinseridos e editados, além de seu enorme potencial de alcance a outros usuários.

Alguns estudos (MARCUSCHI, 2004, SCHITTINE; 2004) tensionam a definição dos *blogs*, através de uma recontextualização, em relação ao diário íntimo. Enquanto Marcuschi (2004) recorre às semelhanças entre gêneros emergentes e outros já estabelecidos, Schittine (2004) reforça importantes dissemelhanças entre eles, sobretudo em relação ao alcance e ao caráter íntimo. O diário íntimo, segundo a autora, busca conservar emoções advindas de fatos vivenciados por quem o escreve, com o intuito de preservação da memória no espaço privado. O *blog*, ainda que se assemelhe

ao diário íntimo no que diz respeito à narração de fatos e impressões sobre eles, assume o caráter público, circulando entre um público de leitores previstos e imprevisos.

Além disso, os *blogs* disponibilizam uma ferramenta que não há nos diários: a interação. A partir do que se publica, leitoras e leitores assumem uma posição participativa, podendo opinar, iterar, contestar, corroborar, dentre outras reações. Esse caráter dialógico entre produtor/a e leitor/a torna-se de fundamental importância para a construção do gênero discursivo.

Komesu (2004), ao tratar do gênero *blog*, ressalta outra questão que nos interessa, que se refere, especificamente, à marcação temporal. Ao tratar das dissemelhanças entre o diário íntimo e o *blog*, a autora ressalta que, nos diários, é comum a existência de um cabeçalho, que indica, com precisão e por uma inclinação pessoal, a data e o local em que o texto foi produzido. Nos blogs, esse cabeçalho é incomum, tornando a marcação temporal um aspecto pouco relevante à produção, embora a própria ferramenta – o site – geralmente disponibilize a hora exata de publicação, sem que isso parta da produtora ou do produtor do texto: “como os blogs são produzidos para serem veiculados pela internet, isto é, na trama dos computadores interligados no mundo todo, a referência ao lugar de onde se enuncia parece irrelevante, a não ser quando faz parte da composição das histórias” (KOMESU, 2004, s/p.).

Os textos selecionados para compor o *corpus* dessa pesquisa não possuem marcadores temporais definidos. Essa característica cumpre com um propósito de atemporalidade dos episódios narrados e das situações expostas nos textos, o que pode servir para que leitoras se reconheçam nos relatos, apesar de situadas em diferentes períodos em relação ao texto, ou, ainda, para que, quando não reconheçam a si, possam reconhecer situações vividas por outras gerações de mulheres.

Neste sentido, Komesu (2004, 2004, s/p.) argumenta que “os blogs são redigidos para que as histórias pessoais sejam compartilhadas abertamente” No que diz respeito ao *corpus* desse trabalho, os textos retirados de *blogs* têm por objetivo compartilhar histórias pessoais ou impressões pessoais acerca de histórias vividas por outras mulheres. Mais que compartilhar, os textos buscam contestar um arranjo social sistêmico que permite que mulheres sejam violentadas e essa contestação se dá por meio de explicações sobre esse arranjo e por meio de escolhas léxico-gramaticais que evidenciam o desejo de mudança da sociedade.

Embora Komesu (2004) ofereça relevantes contribuições no que se refere à conceituação genérica dos *blogs*, a definição desse gênero online, de acordo com Carvalho (2018), não é única, uma vez que são diversos os autores que buscam conceituá-lo. Assumimos, nesse sentido, a perspectiva de que esse gênero, inserido em

uma prática particular jornalística midiática online, permite o diálogo com o Outro, a partir de recursos que possibilitam o movimento de resposta, no espaço dos comentários. Os textos selecionados para a análise estão situados, como já dito na seção de constituição do *corpus*, em *blogs* cuja identidade é assumidamente feminista e os textos assumem também este caráter. Embora possam ser lidos por todas e todos, já que é um veículo de acesso aberto, esses textos são direcionados a outras mulheres, abordando temáticas relativas a elas e às suas militâncias e ativismos.

Ainda segundo Carvalho (2018), “a tomada de consciência, tanto de si quanto da possível tomada das consumidoras dos textos, coloca os *blogs* como uma forma de manifestação de si e de contestação de valores hegemônicos” (CARVALHO, 2018, p.73). A escolha por esse gênero se deve, portanto, ao fato de que ele permite a contestação de valores, crenças e performatividades que são iteradas por grandes mídias e acessam grande parte da população, contribuindo com a manutenção de opressões. Os textos selecionados refutam essas produções e manutenção de opressões e os *blogs*, enquanto *locus* de contestação e ressignificação desses sentidos, encontram no espaço virtual a possibilidade de atuação democrática e participativa (CARVALHO, 2018).

O caráter sócio-histórico dos gêneros (MARCUSCHI, 2004) e seu potencial de ação (FAIRCLOUGH, 2003) justificam a importância da análise dos *blogs* para essa pesquisa. A escolha por *blogs* cujos textos são escritos por mulheres e os quais pautam o tema da cultura do estupro nos remete ao lugar de pertencimento, de reconhecimento às situações expostas por elas através de experiências pessoais. São mulheres, autorizadas a falar sobre situações vivenciadas majoritariamente por mulheres, expondo fatos, sentimentos, medos e, sobretudo, o anseio de mudança social. Além disso, os *blogs* possibilitam a perspectiva relacional entre produtora e leitora, evidenciando “as mais diversas questões humanas para que elas sejam lidas e discutidas pelo Outro” (KOMESU, 2004).

Essas questões humanas, no nosso entendimento, referem-se a questões de origem social, iteradas a partir de estruturas e instituições pautadas em uma hegemonia patriarcal, as quais submetem mulheres às distintas violências. Bessa e Sato (2018) atribuem ao gênero discursivo essa potencialidade de identificação e reconhecimento com vias à mudança: “ao internalizar a ‘cultura’ contida no gênero, dominando sua estrutura e funcionalidade composicional, o indivíduo passa a apresentar sinais de identificação com a prática, alterando sua disposição íntima, sua identidade” (BESSA; SATO, 2018, p.133). A leitura e discussão pelo Outro, especialmente por outras mulheres, coloca em xeque as estruturas, instituições e seus discursos, que passam a ser reconhecidos e contestados.

## 7.2. Excertos em perspectiva analítica e as formas de constituição da Cultura do estupro

Como apresentado na seção metodológica, o *software* Antconc nos revelou a prevalência dos circunstanciadores *para* e *como*, os quais nortearam as definições dos eixos temáticos. As recorrências fornecidas por tal instrumento nos permitiram evidenciar formas explícitas e presumidas sobre as quais os textos pautam a construção da cultura do estupro e, a partir da análise de cada um dos circunstanciadores e das formas com que atuam na produção de sentidos, estabelecemos 04 eixos temáticos.

Em um primeiro momento, a análise recai sobre as formas com que os textos definem a cultura do estupro. Embora nem todos os textos proponham uma definição, achamos necessária a análise a partir das definições através dos textos que a propuseram. O segundo eixo tem como foco a análise sobre as formas concretas pelas quais a cultura do estupro se estabelece, isto é, refere-se aos atos concretos que produzem a cultura do estupro. O terceiro eixo, por sua vez, tem como foco de análise os atos pressupostos responsáveis pela construção da cultura do estupro. Por fim, o quarto eixo temático diz respeito aos discursos de combate e resistência à cultura do estupro.

### 7.2.1 Eixo temático I: Definições de cultura do estupro

O texto *O silêncio que ecoa: a cultura do estupro no Brasil*, retirado do *blog* Lugar de Mulher, tematiza a construção da cultura do estupro por meio de uma abordagem predominantemente teórica, recorrendo ao marco temporal em que o conceito passou a ser utilizado e a diferentes vozes, sobretudo de pesquisadoras. O *blog*, por sua vez, aborda questões relativas ao gênero<sup>22</sup> de diferentes maneiras, na medida em que permite a inserção de textos de mulheres que não necessariamente compõem seu corpo editorial. Contudo, ainda que o *blog* assuma o caráter democrático a partir da inserção de outras vozes, o texto sob análise, por seu caráter teórico, dialoga com mulheres em uma perspectiva não necessariamente democrática. Em outras palavras, as articulações estabelecidas no texto não possibilitam a interlocução com todas as mulheres, sobretudo se pensadas sob os vieses de escolaridade e espacialidade.

---

<sup>22</sup> Neste ponto, o termo *gênero* é mobilizado a partir de uma acepção social, ou seja, não discursiva.

- (1) Um resumo bem didático sobre o que é a cultura do estupro? Uma estrutura onde a mulher é culpada por qualquer constrangimento sexual que venha a passar. Uma sociedade que acha normal uma mulher ser constrangida na rua por uma cantada; normal uma mulher ser estuprada por estar bêbada ou usando roupas curtas; normal uma mulher ser forçada a fazer sexo com o companheiro, afinal, ele é seu marido ou namorado; normal uma mulher ser vista apenas como objeto para satisfazer as vontades alheias; normal uma mulher ser intimidada por homens heterossexuais quando é lésbica, porque na verdade ela tem que aprender a gostar de homem. (O SILÊNCIO QUE ECOA, 2016)

No trecho acima, a definição de cultura do estupro ocorre através do processo relacional identificativo *é*, em elipse, em que o identificado *cultura do estupro* é representado através do identificador *uma estrutura*. Bhaskar (1978) compreende estrutura como redes de relações organizadas por elementos de diferentes sistemas. Essas estruturas operam distintos mecanismos, também chamados de poderes causais, que atuam nos eventos de distintas formas, articulando diferentes relações que geram, nos eventos – a forma mais concreta de realização dessas estruturas –, distintas formas de atuação. A concepção de Bhaskar (1978) nos permite reconhecer que a cultura do estupro acontece, portanto, de forma heterogênea, dependendo dos agentes que nela se situam, articulando poderes causais e, por extensão, legitimando e naturalizando tal cultura.

Assim, a cultura do estupro pode ser analisada a partir de iterações de comportamentos e padrões performatizados (BUTLER, 2016) que reforçam e produzem sentidos ao termo. Apesar do caráter parcialmente estático presumido à *estrutura* e aos comportamentos exemplificados pela autora através da iteração do léxico *normal*, acreditamos que existam possibilidades de agência capazes de desestabilizarem e rearticularem essas estruturas (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 1992; 2003). A própria discussão na prática midiática *blog* sobre o termo, vale mencionar, é uma possibilidade de agência sobre essa estrutura.

Em um primeiro momento, ao responder ao questionamento sobre o que é cultura do estupro, o texto afirma, através do processo relacional identificativo *é*, em elipse, como o sentido de *estrutura* está relacionada ao *constrangimento sexual* ao qual mulheres são submetidas. Dessa forma, um dos mecanismos dessa estrutura, o *constrangimento*, se relaciona às violências simbólicas.

Nesse excerto, é importante mencionar o fato de que uma categoria utilizada recorrentemente é a da passivação. A passivação, segundo Fairclough (2003), provoca

as ocultações de agentes, atenuando sua responsabilidade sobre a ação e, no excerto em questão, mais do que atenuar a responsabilidade do agente, a categoria da passivação direciona ao menos parte da responsabilidade à mulher. Assim, ao dizer sobre uma “estrutura onde a mulher é *culpada* por qualquer constrangimento”, o processo verbal pode ser compreendido como material, uma vez que a elas são atribuídas as responsabilidades da violência praticada pelo outro; ou seja, são criadas representações que posicionam mulheres como causadores da violência, o que, discursivamente, é representada pela transformação dessas mulheres em atores e não em metas.

Após definir o que é cultura do estupro, o texto é investido de efeitos dessa definição e utiliza, assim, exemplos que nos direcionam à normalização, já que exemplifica essa cultura a partir da iteração da escolha lexicogramatical *é normal*. Nesse sentido, através do processo mental *acha*, a cultura do estupro é colocada na posição de fenômeno do experienciador *uma sociedade*, no nível da abstração, a partir de representações que partem para o mental. Esse processo mental, todavia, provoca ações.

O que se segue a esse processo mental, os efeitos da normalização, é sequenciado em repetições de escolhas lexicogramaticais, em que a categoria da passivação (FAIRCLOUGH, 2003) segue recorrente, ora ocultando os agentes, ora os nomeando. Quando nomeados, por exemplo, *o companheiro*, é atribuída a ele relativa responsabilidade sobre a normalização da violência, o que pode ser evidenciado através do operador argumentativo *com*, o qual dá a possibilidade da divisão da culpa, entre o homem e a mulher, e não *pelo*, o qual lhe atribuiria diretamente a responsabilização da violência. Em seguida, outro agente é mencionado, *homens heterossexuais*. O que se percebe, aqui, é que, embora *homens heterossexuais* abranja, a princípio, um grupo amplo de agentes, o momento em que é mencionado faz referência apenas à parte desse grupo amplo, o que, textualmente, é marcado pela circunstância de tempo *quando*, que será analisada adiante. Ou seja, trata-se apenas de homens heterossexuais que pensam que mulheres lésbicas “mereçam” estupro corretivo.

O estupro corretivo é compreendido por Duarte (2013) como a violência sexual usada como forma de castigar a mulher por sua negação ao homem. Assim, violentar sexualmente lésbicas assume o caráter de cura, pressupondo uma conduta equivocada sobre sua sexualidade. No excerto, isso é instanciado pelo operador argumentativo de causa *porque* e reforçado pelo modalizador *na verdade*, o qual reitera a justificação do crime e tem, por efeito, fazer com que lésbicas *aprendam a gostar* de homens. Aqui, é importante mencionar que é utilizado um processo mental, intercrucando o processo mental cognitivo com o desiderativo, *aprender a gostar*. Isso nos indica também que a

escolha lexicogramatical aponta uma questão afetiva no que se refere à mulher e ao que Butler denomina heterossexualidade compulsória: uma prática cuja força se dá “mediante um aparelho de produção excludente [que faz] restringir os significados relativos de ‘heterossexualidade’, ‘homossexualidade’ e ‘bissexualidade’” (BUTLER, 2016, p. 67).

As nomeações, entretanto, não representam todos os agentes das outras violências mencionadas por meio, sobretudo, de processos materiais – *ser constrangida, ser intimidada, ser estuprada, ser forçada*. Podemos notar, ainda, que, no que se refere aos processos materiais, há, em dado momento, a circunstância de causa *por estar bêbada ou usando roupas curtas*, seguida do processo material na passiva *ser estuprada*, indicando que um dos desdobramentos da cultura do estupro é o pensamento de que o estupro é efeito das roupas ou do comportamento da mulher. Isso nos retoma à discussão sobre a culpabilização da vítima no que diz respeito à violência sexual, a qual, conforme anteriormente salientado, levou à pesquisa promovida em agosto de 2016 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), cujo resultado apontou que 01 em cada 03 pessoas acredita que mulheres mereçam ser estupradas a depender de suas roupas<sup>23</sup>.

O segundo processo material, *ser forçada (a fazer sexo)* segue acompanhado do que já discutido anteriormente em relação ao operador argumentativo *com (o companheiro)*. Ou seja, nesse momento em que um dos efeitos da cultura do estupro ocorre por meio de um processo material, responsável pelo fazer, o que se segue é um operador argumentativo que promove a responsabilização apenas parcial do companheiro, abrindo a possibilidade de que essa responsabilidade seja dividida com a mulher. Contudo, o circunstanciador *afinal* situa o tom irônico dado ao que é mencionado, com a sequente asserção de que o sexo forçado é possível – em uma sociedade que normaliza a cultura do estupro – uma vez que o ator que força possui vínculos conjugais com a meta, a mulher.

O que se percebe em relação aos processos mentais é que a cultura do estupro é colocada no nível do cognitivo, de representações que partem de representações mentais, mas que provoca ações, ou seja, que faz. O que vem em seguida aos processos mentais são efeitos dessa normalização e performatizações do que antes estava no plano mental. Nesse sentido, podemos compreender que os processos atuam socialmente, isto é, as performatizações desses processos mentais configuram as violências simbólicas e

---

<sup>23</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/09/1815301-um-terco-dos-brasileiros-culpa-mulheres-por-estupros-sofridos.shtml>> Acesso: 18 Agosto 2018.

as performatizações dos processos materiais configuram as violências materiais, explicitadas pelas temáticas da *normalização* e da *culpabilização*.

Os efeitos da produção da cultura do estupro mencionadas no trecho 01 encontram possibilidades de diálogo no que analisaremos a seguir. A sequenciação desses efeitos, produzida a partir de orações cujos processos são, majoritariamente, mental e material, nos indica a normalização das violências na esfera cognitiva – a partir dos processos mentais – e que se desdobram na esfera do agir e do fazer – por meio dos processos materiais. Os agentes são ora ocultados, ora revelados e, quando revelados, apontam um desvelamento apenas parcial, que os situa sempre em relação a elas, às mulheres. Em outras palavras, os agentes são mencionados quando estabelecem vínculo conjugal com a mulher violentada, *com o companheiro*, ou em relação à sexualidade da mulher: *por homens heterossexuais quando é lésbica*.

- (2) Quando nos são impostos padrões tais como “belas, recatadas e do lar” está se reforçando a cultura do estupro!. (CULTURA DO ESTUPRO, 2016)

O trecho acima, retirado do portal *Católicas pelo Direito de Decidir*, traz, através das circunstâncias de tempo, situações específicas da naturalização da cultura do estupro. A estrutura oracional se assemelha a das narrativas, aproximando o texto de situações reais. Ao trazer os momentos reais em que essa cultura do estupro acontece, ela, a cultura, assume uma forma concreta, muitas vezes reconhecível por essas mulheres. Em outras palavras, a iteração do operador argumentativo *quando* situa os momentos em que as violências simbólicas e materiais ocorrem em eventos concretos (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999), e não mais no plano abstrato.

No excerto,. A expressão cujos atributos são “bela, recatada e do lar”<sup>24</sup> diz respeito a comportamentos impostos às mulheres (SWAIN, 2014) e, aqui, são trazidas a partir do processo relacional atributivo “são”, em que as mulheres, em sentido generalizado, são (ou deveriam ser) portadoras desses atributos, cumprindo com os padrões socialmente estabelecidos. O primeiro atributo, *bela*, impõe um padrão de beleza que diz respeito à matriz dos elementos de classe, raça, tamanho/gordura e sexualidade. Marcela Temer é uma mulher que pertence à classe A, branca, magra e heterossexual. Tem, portanto, todos os atributos para que seja aceita e reconhecida pelo

---

<sup>24</sup> A expressão “bela, recada e do lar”, embora seja comumente utilizada pelo senso comum, ganhou maior visibilidade a partir de abril de 2016, quando a Revista Veja atribuiu esses atributos/identidades à Marcela Temer, esposa do então presidente e golpista Michel Temer. A este respeito: <<https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>>. Acesso: 18 Agosto 2018.

padrão de beleza. São esses atributos que são impostos às mulheres cotidianamente e configuram um dos eixos da violência simbólica que fazem parte da cultura do estupro.

O segundo atributo impõe um padrão de comportamento, o do recato, que nos remete à esfera da sexualidade. Swain (2014) argumenta que práticas que atuam na construção do feminino são responsáveis pela passividade das mulheres e pela “domesticação dos sentidos e desejos para seguir a imagem ideal DA mulher” (SWAIN, p. 42). É nesse sentido que o atributo *recatada* remete à noção de privação de desejos e reforça imperativos de comportamento que também têm como produto a privação, todas elas relacionadas ao fato de que Marcela é mulher. As coerções e os imperativos de comportamento ocorrem através de “um aprendizado, uma domesticação constante em relação às normas valorativas, de forma violenta ou pelo convencimento” (FOUCAULT, 1988, p. 246 *apud* SWAIN, 2014, p. 40). Essa efetividade através do convencimento pode ser percebida pela iteração da própria expressão que se refere à Marcela Temer, amplamente divulgada nas grandes mídias.

O terceiro atributo, *do lar*, parece remeter tanto à condição anterior ligada à sexualidade, *recatada*, quanto ao fato de ser uma mulher restrita ao espaço doméstico, persuadida “em relação às suas obrigações ‘por natureza’”, o que Swain (2014) denomina *dispositivo do amor*. É através desse dispositivo que mulheres são vistas em relação “ao olhar masculino, no desejo expresso pela beleza, pelas formas perfeitas, por todo um glamour que se concentra no ser ‘sexy’” (SWAIN, 2014, p. 41, grifos originais), o que nos remete aos atributos anteriores, *bela* e *recatada*. É também através desses dispositivos que mulheres são responsáveis pelo cuidado do ambiente doméstico e das relações familiares. Ou seja, o *dispositivo do amor* evoca uma matriz de comportamentos que se referem à passividade, ao afeto e ao cuidado, que privam as mulheres ao espaço doméstico (SWAIN, 2014).

- (3) Quando é negada a capacidade ética das mulheres tomarem decisões sobre seus corpos, tomando como justificativa questões de ordem religiosa está se reforçando a cultura do estupro. (CULTURA DO ESTUPRO, 2016)

O excerto traz, a partir da categoria da passivação, a negação de um processo material, *tomarem decisões*. O que é negada é a *capacidade ética*, que diz respeito ao questionamento sobre a competência de mulheres decidirem sobre seus corpos. A ética, enquanto área de conhecimento, busca compreender “as relações entre o indivíduo e o contexto em que está situado. Ou seja, entre o que é individualizado e o mundo a sua volta” (KORTE, 1999, p. 113). Nesse sentido, cabe resgatar a prática particular que

abriga esse texto: um portal que, de antemão, identifica sua posição na ordem da religiosidade, *Católicas pelo Direito de Decidir*. Esse site tem, como um de seus propósitos, “trabalhar pela aprovação e efetiva implementação de leis, políticas públicas e serviços necessários à plena cidadania das mulheres, jovens, LGBTs, negras e negros” (CATÓLICAS, 1993)<sup>25</sup>. Os textos são escritos por mulheres católicas para serem consumidos, dentre outras pessoas, também por mulheres católicas.

Nos últimos anos, com a ascensão do debate sobre a legalização do aborto no Brasil e em alguns países latino-americanos, essa temática tem sido recorrentemente abordada no portal. Dessa forma, ao relacionar a temática da autonomia sobre seus próprios corpos à escolha lexicogramatical *capacidade ética*, o excerto situa essa capacidade ética no campo religioso. Ainda segundo Korte (1999, p. 115), a ética busca “enunciar e explicar as regras, normas, leis e princípios que regem os fenômenos éticos. São fenômenos éticos todos os acontecimentos que ocorrem nas relações entre o indivíduo e o seu contexto”. Assim, negar a capacidade ética de decisão indica a negação da própria condição da mulher de reconhecer essas relações entre ela, enquanto indivíduo, e o contexto em que está inserida. A essa mulher é negado, sob justificativas morais e religiosas, o direito de decidir sobre si mesma, o que implica afirmar que a ela é negado seu próprio corpo. Esse corpo, despossuído pela própria mulher, é de pertencimento do Estado, de uma ordem moral e religiosa. Isso também pode ser reconhecido, portanto, como mais um mecanismo do dispositivo amoroso, o qual transforma esses corpos em “corpos disponíveis para [...] a reprodução” (SWAIN, 2014, p. 40).

- (4) Quando se impede que os planos de educação tragam como uma de suas metas a eliminação das desigualdades e violências de gênero está se reforçando a cultura do estupro. (CULTURA DO ESTUPRO, 2016)

O excerto acima, também referente ao portal *Católicas pelo Direito de Decidir*, traz à discussão a noção do que se convencionou chamar de *Ideologia de gênero* e que vem sendo alvo de disputa entre uma parcela conservadora da sociedade brasileira e ativistas e militantes, sobretudo feministas e LGBTs. O texto faz referência ao Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), que tinha, como uma de suas propostas, discussões sobre medidas socioeducativas as quais direcionariam debates relacionados a identidades étnico-raciais e gênero.

---

<sup>25</sup> Disponível em <<http://catolicas.org.br/institucional-2/nosso-trabalho/>>. Acesso: 20 Agosto 2018.

A meta 21, que continha essa proposta, foi vetada sob a justificativa de que essas discussões tinham por princípio educar crianças e adolescentes pelos vieses da promiscuidade e imoralidade e que estaria atuando a serviço da desconstrução das famílias<sup>26</sup>. Ao contrário, argumenta Gomes (2016), a implementação da meta 21 e das discussões relativas a gênero e sexualidade teriam por objetivo “rejeitar as teses não só do determinismo biológico, mas também as relações de poder de caráter relacional, atributivo e hierárquico entre homens e mulheres”. A meta vetada seria, assim, uma das maneiras de se provocar a reflexão ética sobre as diversas identidades a fim de “contribuir para a formação de um cidadão mais respeitoso em relação à diferença e à diversidade” (GOMES, 2016, p. 106).

Nesse sentido, o excerto analisado traz, a partir da relação que estabelece entre o referido veto à meta 21 do PNE e a cultura do estupro, a responsabilidade das instituições na produção e manutenção da cultura do estupro. Louro (1999) denominou de *pedagogias da sexualidade* as redes de construções de sentidos que são investidas sobre a sexualidade e os corpos de homens e mulheres. Dessa forma, investir significações sobre esses corpos e essas sexualidades implica atribuir valor, evidenciar ou silenciar essas identidades, cujos corpos e sexualidades dissidem de um padrão cis-heteronormativo. O veto se configura como o silenciamento de corpos, sujeitos, performatividades de gênero e sexualidades. Silenciar esses debates no contexto educacional implica a privação da possibilidade de respeito e compreensão às múltiplas identidades. O silenciamento, nesse sentido, surge como manutenção e garantia de uma “norma” (LOURO, 1999) que continua assegurando a hierarquização de homens sobre mulheres e que, dessa forma, contribui para a manutenção da cultura do estupro. Em perspectiva semelhante, Diniz (2014), ao discutir as pedagogias do gênero, afirma que são elas quem garantem a manutenção e iteração do poder patriarcal e que “as instituições oficializam como regra de governo” (DINIZ, 2014, p.12).

A instanciação das estruturas oracionais aponta os atos iterativos “são impostos” “é negada” “se impede”, indicando que a cultura do estupro constrói, a partir de imposições, negações e impedimentos, um corpo tolhido, territorializado, invisibilizado, negado e despossuído de si mesmo (DINIZ, 2014). A esses corpos são conferidos um baixo índice de agenciamento, uma vez que estão sempre sujeitas às vontades do Outro. O operador argumentativo *quando* marca o aspecto temporal e o que vem em seguida,

---

<sup>26</sup> Como exemplo, destacamos a veiculação do texto do grupo de ordem religiosa e de segmento católico Canção Nova, cujo título relaciona a Ideologia de gênero à desconstrução das famílias. O texto está disponível em: <<https://formacao.cancaonova.com/atualidade/ideologiadegenero/ideologia-de-genero-e-a-desconstrucao-da-familia/>> Acesso: 20 Agosto 2018.

ou seja, esses atos executivos investem ideologicamente o operador, que indica a iteração de violências cotidianas, extrapolando um tempo demarcado. Em outras palavras, ainda que este operador nos indique uma demarcação temporal, a iteração dos eventos que o seguem evidencia que a cultura do estupro é cotidiana, transformando esses corpos em territórios passíveis de serem interpelados e violentados.

As definições da cultura do estupro a partir dos textos *O silêncio que ecoa: a cultura do estupro no Brasil* e *Cultura do estupro: múltiplas faces de uma mesma perversidade!* nos revelam, sobretudo através dos processos mentais e materiais, algumas formas de construção das violências que incidem sobre as mulheres. Essas violências, como discutidas, ocorrem pelos vieses simbólicos e materiais; entretanto, são linguisticamente manifestadas por categorias responsáveis por uma inclinação interpretativa que eventualmente demandam que as leitoras presumam essas construções. Em outras palavras, as categorias, sobretudo da passivação e da nominalização, têm por efeito a abstração dos agentes e das próprias violências. Por essa razão, o segundo e o terceiro eixo temáticos têm por foco os atos concretos e presumidos de construção da cultura do estupro.

#### 7.2.2. Eixo temático II: Os atos concretos que constituem a Cultura do estupro

O excerto abaixo é retirado do relato cujo título é *Descobri que ia morrer sozinha*, em que a autora converge questões relativas à raça e ao corpo gordo.

- (5) Há uma subcategoria hedionda nesta tipologia: a gorda. O seu corpo simplesmente não é visto como “transável”. Pelo menos não quando se está sóbrio, em público, com a luz ligada. São para essas mulheres, como eu, que sobram frases como “você tem que agradecer que eu te estuprei, todo mundo tem nojo de você”. (DESCOBRI QUE IA MORRER SOZINHA, 2017)

O relato é introduzido por uma apresentação em que a autora se identifica a partir da condição de mulher negra em uma sociedade racista, o que, de acordo com ela, a fez crescer com “menos perspectivas do que a média da população branca do Brasil”. Posteriormente, a autora pontua como uma questão central e estrutural do racismo a solidão afetiva de mulheres negras, ainda mais acentuada quando interseccionada a outro marcador social, pontuado textualmente através dos léxicos *subcategoria* – a partir do qual presume-se haver uma categoria anterior, a de raça – e *hedionda*, em que

ambos precedem a identidade *gorda* desse corpo. O circunstanciador *para*, no excerto, assume a função de autoendereço, através do qual a autora se coloca como exemplo de mulheres que, por ser atravessada pelo marcador da raça e do corpo gordo, está historicamente suscetível a ser violentada justamente pelo fato de ser atravessada por esses marcadores.

Nesse sentido, a análise de violências ocorre a partir de uma perspectiva racial, uma vez que, de acordo com Carneiro (2003, p. 2-3), uma sociedade multirracial e racista como a nossa “tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades”. Reconhecer o racismo como eixo articulador contesta dimensões de análise que presumem uma lógica de coletividade a respeito das violências e faz emergir experiências antes subtraídas pela hierarquia da categoria gênero. Em outras palavras, as especificidades das violências de mulheres negras são visibilizadas a partir do momento em que essas vozes emergem de um lugar antes silenciado por uma pretensa lógica branca, a qual estabelecia uma nebulosa sensação de democracia das pautas de gênero.

A sexualização de mulheres negras as reduz à condição de um corpo, desprovido de determinações, desejos, autonomia e direitos. Esse corpo, se não disposto a um modelo ideal de tamanho-gordura, assume outra lógica de invisibilidade, pautada pela gordofobia e pelo racismo, evidenciando a interseccionalidade como *locus* de violências potencializadas pelo encontro desses eixos. Para Saguy e Ward (2011, p. 3), a gordofobia “é uma realidade na qual corpos magros são definidos como moralmente, esteticamente e sexualmente desejáveis enquanto corpos pesados são desvalorizados”.

O marcador tamanho-gordura é posto textualmente através do léxico *gorda*, evidenciado após um processo existencial, *há*, que, por sua vez, precede um existente, *uma subcategoria* valorado como *hedionda*. Os processos existenciais indicam que algo existe/acontece (HALLIDAY, 2004) e se encontram na fronteira entre os processos relacionais e materiais. Assim, a partir desse processo existencial, a autora valora o existente, *subcategoria* através de uma escolha lexicogramatical que presume uma avaliação negativa e que está relacionada a uma ordem discursiva do campo jurídico. Nessa perspectiva, *hediondo*, mais do que produzir efeitos de sentido que remetem ao que é socialmente desprezado, produz, pelo viés de uma ordem discursiva jurídica, o que merece maior reprovação do Estado. É a partir dessa construção discursiva que a autora identifica, através de um processo relacional em elipse, *ser*, o que se situa, de acordo com Carvalho (2018), em uma zona de fronteira entre um atributo e uma identidade. Em relação a essa fronteira, a autora propõe:

o “ser gorda” se faz por meio do atributo corporal, ou seja, que é ter o corpo gordo. O corpo é, ao mesmo tempo, atribuição e identidade, é através dele que as representações sobre gordas são interpretadas no mundo. Por essa razão, *estamos propondo uma categoria* que hibridiza os processos atributivos e identificacionais: **o processo relacional atributivo-identificacional** cujos participantes **portador-identificado** enfraquecem a linha que separa o atributo da identidade. Dessa forma, corpo gordo se identifica e é identificado a partir do que porta e é atribuído, o que faz com que admitamos um processo relacional atributivo-identificativo. (CARVALHO, 2018, p.85-86)

Através desse processo relacional atributivo-identificacional e a partir da categoria da interseccionalidade, podemos perceber a convergência de marcadores sociais e a forma com que eles perpassam e modificam as relações sociais a partir dessa convergência (CRENSHAW, 2002). Assim, as reações de violência ao *ser negra* são modificadas quando relacionadas ao *ser gorda*. O *ser negra* e *gorda* relega essa existência a um processo duplo de exclusão e marginalização, o que está diretamente relacionado ao fato de que essas mulheres são social e afetivamente preteridas. Para Pacheco (2008, p. 231), “a preferência afetiva está regulada pelos distintivos raciais; a cor da pele, as características fenotípicas e estéticas (corporais) perfazem um conjunto de fatores que regulam as escolhas”. De maneira semelhante, podemos inferir que há, também, a regulação da preferência afetiva a partir de distintivos relacionados ao marcador tamanho-gordura que, atrelados às representações sociais de corpos de mulheres gordas, produzem uma rejeição a esses corpos.

Essa correlação de distintivos raciais e distintivos de tamanho-gordura é evidenciada no texto de forma que provoca alguns deslocamentos no que se refere aos efeitos sociais. Em outras palavras, podemos perceber que mulheres negras se afastam menos de uma matriz de inteligibilidade/reguladora se seguem um padrão de magreza; à medida que se afastam dessa matriz pelo viés do tamanho-gordura, essas mulheres são alocadas em um pólo mais distante, da exclusão e da invisibilidade.

A cultura do estupro é representada, aqui, evidenciando que esses corpos, ainda que deslocados à condição de abjeto, não deixam de ser desejados; o que ocorre é que eles são desejados no âmbito do privado/silenciado<sup>27</sup>, marcado textualmente através do modalizador *pelo menos*, que produz o efeito de ressalva ao que o precede, *o seu corpo simplesmente não é visto como “transável”*. A polaridade negativa, *não*, pressupõe a existência de um discurso anterior que, por sua vez, marca a “transabilidade” de um

<sup>27</sup> Vale mencionar que à medida que esses corpos são potencialmente excluídos e invisibilizados, essas mulheres são relegadas ao espaço privado e se tornam ainda mais suscetíveis a outras formas de violência, o que converge com discussões já estabelecidas anteriormente, as quais indicam que os crimes de violência sexual ocorrem majoritariamente no espaço doméstico

corpo negro, desde que magro. Essa polaridade negativa, que marca o interdiscurso com o corpo transável da mulher negra, provoca o deslocamento de reações a esse corpo e, por conseguinte, da própria definição da cultura do estupro, que encontra, nos distintivos da racialidade e do tamanho-gordura, suas formas de operar.

Os corpos negros e gordos, dessa forma, são para a cultura do estupro alvo potencial de invisibilidade e abjeção. A interseccionalidade nos permite inferir que as convergências de marcadores sociais operam na própria construção da cultura do estupro; isto é, a violência opera de maneiras distintas à medida que os corpos se aproximam ou se distanciam da matriz de inteligibilidade. Textualmente, isso é marcado pelo intercruzamento de um processo relacional intensivo, *é*, e um processo mental, *visto*, que precedem a polaridade negativa e a condição “transável” desse corpo, além do modalizador *pelo menos*, que marca as condições de mais ou menos visibilidade e, conseqüentemente, de violência.

A cultura do estupro é também representada textualmente por meio da intertextualidade manifesta (FAIRCLOUGH 1992[2001]), marcada pelas aspas. Ao introduzir o discurso direto “*você tem que agradecer que eu te estuprei, todo mundo tem nojo de você*”, além da voz do homem se fazer contundentemente presente, temos a manifestação direta de sua construção e de seus efeitos, os quais são marcados por um processo mental emotivo, *agradecer*, que funciona mais no sentido de *gostar* do que de *dizer obrigada* (o que configuraria um processo verbal), em que o experienciador *você* é submetido ao fenômeno *que eu te estuprei*, que, por sua vez, também comporta um processo material transformativo de contato, *estuprei*. Há, na seqüência, um processo relacional possessivo atributivo, *tem*, precedido por um portador, *todo mundo* e indicando o atributo *nojo*. Essa seqüência é posta entre aspas indicando o que é dito pelo próprio agressor.

Assim, é possível evidenciar a construção da cultura do estupro também pelo viés da consubstanciação de uma *violência física*, uma vez que o estupro já ocorreu, e uma *violência simbólica*, que resulta na culpabilização da vítima. Existe, portanto, uma construção da violência que se deve, de acordo com o agressor, ao fato de a mulher estuprada ter um corpo desprezível que, além de ser justificativa para o estupro, é ainda a razão pela qual a mulher deve agradecer – gostar – da violência praticada a ela, em uma espécie de favor, o que garante a superioridade e a impunibilidade do agressor diante da violência. Podemos depreender que a cultura do estupro é também constituída através de um encadeamento cíclico de violências. Esse encadeamento cíclico se instaura em um movimento que tem por origem a culpabilização da mulher sobre seu corpo – tido como abjeto –, seguido da violência sexual, o estupro, permitido e

justificado pela violência anterior. Esses dois movimentos sequenciam e permitem a construção do afeto e do agradecimento ao agressor pela violência por ele praticada e têm como ponto final do ciclo o mesmo de origem: a culpabilização.

A culpabilização da mulher é, portanto, uma das formas de definição da cultura do estupro. Embora ocorra, a princípio, na esfera cognitiva, pode ser percebida igualmente como um ato concreto que, além de se estabelecer em relação às intersecções raça e gênero, isto é, em relação às identidades desses corpos, ocorre também através das roupas e do comportamento das mulheres, como no excerto a seguir:

- (6) Se a mulher está vestida de forma tida como provocante, isso é considerado um atenuante para o agressor. Se ela tiver vários parceiros, beber demais ou voltar muito tarde para casa, também. (O SILÊNCIO QUE ECOA, 2015)

O excerto, retirado do *blog Lugar de Mulher*, compõe o texto *O silêncio que ecoa: a cultura do estupro no Brasil*, cuja discussão não é direcionada a um grupo específico de mulheres. Por isso, faz referência a um contexto mais amplo e generalizado. O excerto evidencia outras formas de culpabilização de mulheres em relação às violências contra elas cometidas, diferentes das discutidas no excerto anterior; seguem, contudo, uma mesma lógica da inversão da responsabilização, isto é, do homem para a mulher.

A relação estabelecida entre a cultura do estupro e a culpabilização da mulher ocorre, em um primeiro momento, através da circunstância de modo *tida como provocante* relacionada à forma com que a mulher está vestida. A escolha lexicogramatical *tida* evidencia a abstração do que pode corresponder ao que se entende por provocante. Assim, não há uma definição do que é provocante; ao contrário, há a presunção de que cabe ao Outro a compreensão do que é provocante ou não. Essa abstração encontra respaldo com o que segue: *isso é considerado um atenuante para o agressor*. É fundamental mencionar que, em movimento contrário à maioria dos excertos, aqui há a marcação linguística explícita do agressor, sucedido do circunstanciador *para*, que endereça a ele a relação com o crime. Contudo, essa relação é estabelecida através de escolhas lexicogramaticais que instituem um caráter de flexibilidade, *tida como*, além de uma estrutura narrativa instanciada pela modalidade epistêmica *se*, a qual confere um grau de condicionalidade e de relação causal ao que é dito.

Por essas razões, o agressor é identificado, mas essa identificação evidencia possibilidades de que a responsabilidade seja atribuída, ao menos parcialmente, à mulher, uma vez que foi ela a responsável por provocar, fazendo uso da sua roupa. Somado ao caráter abstrato do que pode ser interpretado como provocante, o excerto traz outra instanciação lexicogramatical, *atenuante*, que se articula a uma ordem discursiva jurídica. Na perspectiva criminal, *atenuante* diz respeito a um dos componentes que atua como elemento capaz de diminuir a pena, o que novamente contribui para que o foco recaia sobre a mulher, potencializando sua agência e transformando-a em ator(a), e não meta – através da forma com que se veste, cria a condição para que o crime aconteça e, por via de consequência, enseja a diminuição de pena do agressor.

Posteriormente, outros comportamentos relacionados às mulheres são evidenciados, *se ela tiver vários parceiros, beber demais ou voltar muito tarde para casa*, e, através do *também*, remetem, novamente, ao que pode ser configurado como atenuante. O que se percebe, nesse sentido, é que há um imperativo comportamental imposto às mulheres – capaz de cerceá-las nas esferas afetivas, regulando quantitativamente suas relações, e públicas, estabelecendo a forma com que devem se comportar ou os horários em que podem estar em determinados espaços. Por intermédio desse imperativo, que opera conjuntamente ao dispositivo da sexualidade (SWAIN, 2014), elas se tornam passivas ou, contestando essa posição, passíveis de serem sexualmente violentadas – através do dispositivo da violência. Para Swain (2014, p. 43), “a sexualidade masculina não tem e não se impõe limites. Entretanto, a ‘sedução’ é crime das mulheres, que devem ter seus corpos cobertos, suas idas e vindas controladas, pois qualquer deslize as torna presas da sexualidade masculina”. A sedução, no excerto, diz respeito não ao ato de voluntariamente seduzir, mas ao que é presumido como um movimento de sedução, quer seja através de suas roupas, quer seja por estar em espaço público.

O dispositivo da sexualidade, como proposto por Swain (2010), opera, dentre outras formas, culpabilizando mulheres por violências sexuais cometidas contra elas. Contudo, a culpabilização também se manifesta em articulação com o dispositivo amoroso, outro subdispositivo relacionado ao dispositivo do Patriarcado. As violências relacionadas a elas são evidenciadas por meio de exemplos, como o que será analisado a seguir:

- (7) Esse conhecimento veio aos poucos, morava nas entrelinhas das conversas das mulheres da minha família. Como a vez perturbadora que minha mãe contou que

achava que a minha avó estava brincando de pega-pega com meu avô quando na verdade ela estava fugindo de mais uma surra. (DESCOBRI QUE IA MORRER SOZINHA, 2017)

O texto *Descobri que ia morrer sozinha*, como já dito, explora as violências direcionadas às mulheres negras. O título faz referência à solidão afetiva e essa discussão se articula à forma com que a cultura do estupro é constituída sob a perspectiva de mulheres interseccionadas pela racialidade. No excerto acima há, por meio do exemplo marcado linguisticamente pelo circunstanciador *como*, a construção da cultura do estupro através de um episódio, valorado como perturbador, que evidencia uma das formas com que ele opera sobre mulheres negras. O exemplo como recurso discursivo assume um potencial de aproximar mulheres leitoras do que é relatado e, além disso, de atribuir legitimidade ao episódio. A partir desse recurso, o que segue é um episódio de violência vivenciado por sua avó e presenciado por sua mãe, o que nos permite inferir que há a intersecção com o marcador racial sobre a mulher violentada. Além disso, o texto evidencia o agressor, marcado textualmente por *meu avô*, o que, dessa forma, estabelece a relação conjugal entre agredida e agressor.

O dispositivo amoroso, para Swain, diz respeito à “rede social de convencimento das mulheres em relação aos papéis que lhes são atribuídos tradicionalmente” (SWAIN, 2014, p.40). A rede de ordens dos discursos, sobretudo os religiosos e familiares, impõem historicamente a manutenção e a insistência de mulheres em seus casamentos, ainda que essas relações sejam pautadas por abusos e violências. Cabe à mulher, através da articulação das ordens moral e religiosa, a responsabilidade pelo casamento. Ao homem, cabe o papel de provedor. Embora essas atribuições sejam contestadas, ainda há reminiscências dessas redes de convencimento nas relações matrimoniais. Ademais, há uma dimensão da temporalidade marcada textualmente através de um aspecto geracional, qual seja, a relação neta-avó, o que indica que o ato violento ocorreu em outro recorte temporal.

Uma questão necessária à discussão diz respeito ao eixo central que tematiza o texto, isto é, a solidão da mulher negra. Ao analisar as reconfigurações dos processos de constituição de identidade de mulheres negras desde o contexto da colonização, Moreira (2007) aborda alguns elementos que atravessam essas constituições e colaboram com um arranjo social que hierarquiza sujeitos a partir de critérios raciais. Gonzalez (1982), por sua vez, argumenta existir uma divisão racial do espaço, atribuindo um marco temporal ao processo de colonização que se desdobra ainda hoje em uma divisão que relega corpos negros a espaços marginalizados. Essa divisão racial histórica foi

responsável por atribuir a mulheres negras a função de escravas sexuais de senhores brancos e reminiscências dessa constituição são percebidas na sexualização dos corpos de mulheres negras. A divisão racial também tem por responsabilidade relegar mulheres negras à condição meramente sexual, preterindo-as nas relações afetivas. Assim, a questão do casamento figura como outro aspecto violento que incide sobre elas, já que as relações afetivas ocorrem preferencialmente com mulheres brancas.

Isso coloca em evidência a manutenção e a intensificação do dispositivo amoroso que, além de agir sobre mulheres de forma a situá-las em posições de submissão, incide de forma potencial sobre mulheres negras. Uma vez que as relações afetivas são negadas e constituem, portanto, um ponto de violência sobre elas, posto que geralmente são preteridas às relações meramente sexuais, a sua responsabilidade na manutenção do casamento torna-se ainda mais intensificada. É a articulação dos dispositivos que produz, aqui, a cultura do estupro e, somado a eles, a interseccionalidade emerge como categoria que nos permite evidenciar que os dispositivos operam de forma ainda mais violenta sobre determinadas mulheres.

A relação violenta entre avó e avô é marcada como recorrente através do modalizador *mais uma* que precede a violência física, marcada pelo léxico *surra*. Além disso, o excerto também evidencia a forma com que a filha era poupada da compreensão da violência, posta como brincadeira de pega-pega. A partir daí, a circunstância de tempo *quando* somada ao modalizador *na verdade* assumem a função de desvelar a violência, antes silenciada e furtiva. O dispositivo amoroso, portanto, atua de forma a manter mulheres em relações de abusos e violências. O dispositivo da violência, por efeito, encontra seu *locus* para atuar materialmente.

O dispositivo amoroso, como discutido, incide sobre as mulheres como tentativa de torná-las passivas e docilizadas. A confluência com o dispositivo da sexualidade faz com que essa passividade e docilização tenham como um de seus desdobramentos a disponibilidade dessas mulheres ao sexo. A agência dessas mulheres em relação aos efeitos dos dispositivos sobre elas também torna-se um elemento constituinte da cultura do estupro. Em outras palavras, ao refutarem e negarem essa posição, outras violências são produzidas de forma concreta:

- (8) Por um lado, se homens estupram em nome da sua masculinidade, mulheres são estupradas em nome da sua feminilidade. A mulher, quando nega uma relação sexual, é vista como uma cockteaser (quem provoca o pênis, mas, na hora H, não quer aceitá-lo). E é aí que aparece a culpabilização. As vítimas de estupro

aprendem a se sentirem culpadas. “Alguma coisa elas fizeram pra merecer isso” (O SILÊNCIO QUE ECOA, 2017)

O excerto, retirado do *blog Lugar de Mulher*, compõe um relato que aborda a cultura do estupro a partir de sua constituição teórica. A autora resgata o marco temporal em que as feministas norte-americanas Noreen Connel e Cassandra Wilson, na década de 1970, atribuem a comportamentos específicos de indivíduos e/em sociedade o que conceituam *cultura do estupro*. O recurso da intertextualidade (FAIRCLOUGH, 2003) possibilita que a autora resgate o que Connel e Wilson evidenciam ser uma das faces dessa cultura, cindindo feminilidade e masculinidade para, posteriormente, estabelecer a relação causal entre eles e a violência sexual. Ao recorrer a esse recurso, a autora confere ao texto o tom de legitimidade, através das vozes de autoridade trazidas à discussão.

Ao contrário das recorrências dos demais excertos, que tendem a não evidenciar o agressor, aqui esse agressor é evidenciado enquanto participante – *homens* - de um processo material de contato, *estupram*, cuja meta é a sua *masculinidade*. Contudo, o processo material, bem como o participante, são postos em uma perspectiva de possibilidade, marcada textualmente pela modalidade epistêmica *se*, a qual confere um grau de probabilidade e ocasionalidade ao que é dito. A relação causal entre *se homens estupram e mulheres são estupradas* ocorre por meio da categoria da passivação. Assim, há uma linearidade na cadeia de eventos, em que um participante age e outro sofre a ação. A ação sequencial, marcada pela passivação, evidencia os efeitos resultantes da negação, por parte das mulheres, às inclinações do homem. Há, além disso, uma diferenciação na marcação de um mesmo elemento textual: *em nome de*, o qual tem por efeito suavizar a ação do homem, que estupra, e de justificar a violência sobre a mulher, a de ser estuprada. A masculinidade, nesse sentido, dá ao homem a permissão do estupro e a feminilidade aloca a mulher em posição de violentada, justificada pelos atributos que constituem a feminilidade, dentre eles o da passividade e o da permissibilidade.

Ao negar essa relação de poder sobre seus corpos e sua autonomia, é estabelecida uma identidade às mulheres, através de um processo relacional, *são*, com o auxílio do circunstanciador *como*, seguidos pela identidade: *cockteaser*. A sequência oracional explica esse modo de identificação que, novamente, culpabiliza a mulher, uma vez que ela é a responsável por provocar e, posteriormente, por negar o que se provocou. Esse ponto se relaciona diretamente à possibilidade de (re)ação social sobre uma rede de práticas sociais (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Nessa

perspectiva, é possível evidenciar um posicionamento reativo de agentes sociais, os quais contestam práticas que, por sua vez, conferem às estruturas um caráter de pseudo-estabilidade. Em outras palavras, o movimento de reação dessas mulheres, ao negarem a permissibilidade do uso de seus corpos, faz emergir conflitos inseridos em uma rede de práticas sociais, desvelando sua relativa estabilidade e possibilitando uma rearticulação dessas práticas (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

Nesse sentido, Homem (2018) argumenta que o corpo da mulher está inserido em uma rede política, portanto, de poder, que impede a total autonomia dessas mulheres sobre seus corpos. Esse corpo é um corpo inserido em uma rede disputada por campos difusos; em relação à mulher, um corpo disputado pelas atividades laborais, pela maternidade, pelo sexo, dentre outros. Ainda de acordo com Homem, uma cultura pautada em arranjos patriarcais disputa a prevalência sobre os corpos uns dos outros. Essa disputa, contudo, corresponde a um jogo em que as regras são desiguais e privilegiam homens em relação às mulheres. Nessa disputa, quanto mais poder se tem, mais se pode determinar a quem pertence seu corpo e, proporcionalmente, quanto menos poder, mais submetido a usufruto de outros corpos.

A relação desigual de poder não impede, todavia, a disputa sobre ele (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Entretanto, é o ponto em que a construção da cultura do estupro ocorre concreta e efetivamente, através da recusa da mulher, marcada textualmente pelo processo material transformativo *negar*. A ação de negar, se vinda da mulher, provoca a construção de identidades sobre ela, aqui, a de *cockteaser*, a qual a responsabiliza pela sedução e, conseqüentemente, pelo ato violento que a sucede. Os efeitos dessa construção são manifestados através da interdiscursividade (FAIRCLOUGH, 2003), marcada pelo discurso direto que reforça sua responsabilização pelo estupro: “*Alguma coisa elas fizeram pra merecer isso*”.

É possível perceber textualmente que as vozes que emergem através das aspas indicam vozes sociais. Isso é instanciado pela generalização do ator, *elas*, indicando, pela pluralidade, que não se trata de uma mulher específica, mas de quaisquer que tenham negado a relação sexual. O processo material criativo *fizeram* atua de maneira semelhante, responsabilizando a mulher pela meta *alguma coisa*. As escolhas lexicogramaticais evidenciam, portanto, a generalização empregada para atribuir a responsabilidade à mulher, uma vez que *alguma coisa* indica um ato anterior ao estupro, mas permite a abstração interpretativa do que pode ser esse ato. O efeito, contudo, é o mesmo e recai sobre o fato de que mulheres *merecem* ser estupradas, a partir de uma pressuposição que leva em conta a conduta delas, e não dos agressores.

A construção da cultura do estupro, dessa forma, ocorre a partir da disputa desigual e, portanto, constrange as possibilidades de reação e contestação de redes de práticas sociais. Embora haja a possibilidade de agência, ela será avaliada sob critérios pautados em uma perspectiva masculina, em que é permitido atribuir identidades às mulheres que negam e contestam esses arranjos. As construções da cultura do estupro através do constrangimento das possibilidades de reação e contestação de redes de práticas sociais também podem ser evidenciadas no excerto seguinte:

- (9) A coação é feita criticando as mulheres que não aceitam se submeterem a essas regras e culpando as vítimas de crimes sexuais. Com medo de serem hostilizadas e violentadas, acabam se submetendo à autoridade masculina para evitar mais violência (O SILÊNCIO QUE ECOA, 2017)

O excerto anterior evidenciou a construção da cultura do estupro a partir da negação da mulher, a qual teve por desdobramento a construção de uma identidade, *cockteaser* que, por sua vez, estabeleceu uma justificativa para o crime, sob a perspectiva do merecimento. Aqui, em movimento inverso, o excerto, apesar de mencionar mulheres que agem negando a submissão às regras, evidencia os efeitos da construção da cultura do estupro através das ações de mulheres direcionadas não à negação, mas ao silenciamento e à submissão pautados pelo medo da violência.

Em um primeiro momento, é possível evidenciar a construção do que constitui um dos mecanismos da cultura do estupro, a coação, instanciada pelo intercruzamento de um processo material criativo apassivado, *é feito*, e um processo verbal de atividade de alvo, *criticando*. Esse intercruzamento de processos interessa à análise na medida em que contribui para a ocultação do participante que coage. Dessa forma, a passivação do processo material soma-se à nominalização do real dizente – quem coage, e evidencia apenas o alvo, *as mulheres que não aceitam se submeterem a essas regras*. O agente, então, é transformado em evento. Fairclough (2003) argumenta que as formas com que os eventos são representados produzem diferentes formas de apreender os processos, de evidenciar – com maior ou menor proeminência – os sujeitos, de omitir sua agência e de ocultar formas de atividade ou relações sociais.

O excerto utiliza duas categorias apontadas por Fairclough como mantenedoras do baixo agenciamento dos participantes, a passivação e a nominalização. Contudo, é relevante apontar para o fato de que a nominalização é responsável pela baixa proeminência dada a quem coage, isto é, ao responsável por violentar. Uma vez nominalizado, reconhecer o agressor só é possível a partir da presunção, o que,

novamente, demanda um potencial interpretativo das leitoras/dos leitores. Em contrapartida, o alvo do processo verbal é evidenciado, *mulheres*.

Em seguida, o texto resgata o foco às mulheres violentadas, mas, para isso, recorre à categoria da passivação (FAIRCLOUGH, 2003) para evidenciar os processos materiais *hostilizadas* e *violentadas*. Novamente, é conferido um baixo grau de proeminência aos participantes responsáveis por hostilizá-las e violentá-las na mesma proporção em que elas são evidenciadas de forma apassivada. Há, no entanto, um momento em que é conferido a essas mulheres certo grau de agenciamento. Porém, esse grau de agenciamento é dado a elas no momento em que as violências são produzidas, as quais são instanciadas pelos processos *acabam se submetendo* e, através do circunstanciador *para*, indicam esse agenciamento com a finalidade de *evitar mais violência*.

A forma com que os eventos são representados indica, portanto, o grau de proeminência que é dado a eles; além disso, torna-se possível evidenciar a maneira com que processos são manejados para que os processos que, a princípio, pressupõem sujeitos, tornem-se processos sem sujeitos, cujas pessoas e instituições com interesses particulares são ocultados (FAIRCLOUGH, 2003). Evidencia-se, aqui, que a categoria da passivação é utilizada nos momentos em que mulheres são violentadas e, em contrapartida, quando submetidas, aparecem, paradoxalmente, como participantes ativas. Da mesma forma, a nominalização contribui para ocultar o agente da coação, o que acarreta no impedimento de sua responsabilização. Uma vez que não há agente – e sim evento – não há a quem responsabilizar. A responsabilidade, contudo, não deixa de ser instanciada. Sob a condição de *hostilizadas* e *violentadas*, presumida pelo intensificador *mais*, o texto atribui, ao menos parcialmente, a responsabilidade sobre as mulheres, através do circunstanciador de finalidade *para* somado ao processo material *evitar*.

É possível inferir, dessa forma, que, além da coação como constituinte da cultura do estupro, categorias discursivas também são responsáveis por sua construção, na medida em que assumem a função de ocultar os agentes das violências. A nominalização como categoria constituinte da cultura do estupro também pode ser evidenciada no excerto abaixo:

- (10) Entre os exemplos de comportamentos associados à cultura do estupro estão a culpabilização da vítima, a sexualização da mulher como objeto e a banalização da violência contra a mulher. (O SILÊNCIO QUE ECOA, 2017)

A contribuição da categoria discursiva da nominalização na constituição da cultura do estupro consiste, aqui, em agrupar, a partir do léxico *exemplos*, uma série de violências sobre as quais não são atribuídos responsáveis por praticá-las. A partir do excerto e através das violências nominalizadas, pode-se evidenciar a articulação dos três subdispositivos do Patriarcado (SWAIN, 2014), os quais se manifestam a partir do léxico *comportamentos*. que, por sua vez, remete à ação, isto é, a processos materiais. Esses comportamentos, contudo, são transformados em categorias nominalizadas, ocultando os agentes.

Em um primeiro momento, o dispositivo amoroso incide sobre as mulheres de forma a docilizá-las e assujeitá-las<sup>28</sup>. Para Swain (2014, p.42), o dispositivo amoroso é constituído por uma face externa e uma interna, em que, “na primeira, a produção do sujeito feminino em quadros de valores [...] é e cria referência. A segunda é ação do feminino sobre si que utiliza técnicas de acomodação, de adaptação, de assujeitamentos aos códigos, aos limites, às normas de gênero e de sexualidade”. A manifestação do dispositivo amoroso encontra-se alocada na categoria nominalizada *culpabilização*, responsável por integrar um conjunto de violências simbólicas que prescrevem a autorresponsabilidade por quaisquer violências a elas cometidas.

De forma articulada, o dispositivo da sexualidade opera objetificando mulheres e tornando-as disponíveis para o sexo e para a sexualidade masculina. Para Swain (2014, p.43), o dispositivo da sexualidade assume um caráter orgânico e constitutivo da masculinidade e corresponde a “uma sexualidade desabrida, incontrolada, pronta a tomar e possuir o que quer que esteja à disposição”. Uma vez que já foram assujeitadas através do dispositivo amoroso, objetificá-las torna-se o próximo movimento, o qual tem por efeito torná-las deliberadamente alvo de violências. Esse conjunto de violências agrega-se à categoria nominalizada *sexualização*.

Os efeitos do assujeitamento e da objetificação são manifestados no dispositivo da violência, marcado textualmente por seu caráter banalizado. Assim, opera eficientemente de forma a assujeitar e objetificar mulheres, o que possibilita que sejam sexualizadas e, por conseguinte, violentadas material e afetivamente, sem que essas violências sejam devidamente reconhecidas e punidas, uma vez que os sujeitos violentados sequer são considerados sujeitos.

---

<sup>28</sup> Reconhecemos, aqui, as inclinações discursivas que operam sobre o processo “assujeitar”, o qual, se dialogado com a perspectiva da Análise do Discurso Crítica, torna-se conflituoso, uma vez que retira, em seu potencial semântico (sobretudo a partir do prefixo de negação), a possibilidade de reação desses agentes. Contudo, Swain (2014) utiliza-se dessa escolha léxicogramatical e, nos momentos em que fazemos referência às suas contribuições, optamos por manter tal qual a forma com que a autora descreve os efeitos do subdispositivo amoroso sobre as mulheres.

A partir da articulação dos três dispositivos e da possível limitação interpretativa das violências, sobretudo pela restrição acarretada pela categoria discursiva da nominalização, reconhecemos a importância de manifestar explicitamente na materialidade textual os agressores. Uma vez que os subdispositivos atuam reduzindo mulheres à condição da não-existência, cabe às resistências nomear os agressores. A importância de atribuir identidade aos agressores ao invés de transformá-los em eventos implica na abertura possibilitada ao caráter reflexivo sobre as práticas que coadunam com as violências, para que, assim, possam ser contestadas e rearticuladas. Para Fairclough (2003, p.121) “os sujeitos são posicionados ideologicamente, mas também são capazes de agir criativamente no sentido de realizar suas próprias conexões entre as diversas práticas e ideologias a que são expostos e de reestruturar as práticas e as estruturas posicionadoras”. Esse potencial de ação criativa só é possível, contudo, se houver a compreensão das práticas violentas pelos sujeitos por elas afetados. Nesse sentido, o terceiro eixo temático busca desvelar, em movimento posterior à análise dos atos concretos que produzem a cultura do estupro, as violências presumidas que também se articulam à rede de práticas sociais que violentam e respaldam violências às mulheres.

### *7.2.3. Eixo temático III: Os atos pressupostos que constituem a Cultura do estupro*

A análise dos excertos que integram esse eixo temático parte da premissa que, por não serem atos dados ou explícitos, requerem um movimento cujo objetivo é desvelar as origens, situadas em um espaço-tempo determinados, capazes de evidenciar de que forma o que se coloca como presumido se assenta na posição de violência.

11. Enquanto continuarmos imersos em uma cultura machista, patriarcal, mulheres continuarão sendo mercadoria fácil porque são gordas demais para dizerem não, magras demais para dizerem não, altas demais, baixas demais, feias demais para dizer não, gostosas demais para dizer não. Afinal, o fato de ser mulher já lhe incube a necessidade nata de precisar de um homem. (GORDINHAS DIZEM NÃO!, 2012)

Aqui, o circunstanciador de finalidade estabelece uma relação direta entre um modelo de sociedade e o silenciamento, que tem por efeito a submissão dessas mulheres. O excerto demanda uma discussão tentacular, uma vez que relaciona muitas e

distintas identidades ao processo de silenciamento, embora o faça a partir de uma mesma estrutura oracional. O processo verbal *dizerem* é acionado com uma frequência responsável por marcar um padrão narrativo. Mulheres que são “alguma coisa” devem acatar o que lhes é imposto, sem autonomia para a recusa. O padrão narrativo evidencia um grupo de mulheres, sejam elas portadoras de quaisquer atributos relacionados a um padrão estético, que serão, ao final, identificadas como *mercadoria fácil*. São atributos físicos que condicionam a não existência, a desposseção da mulher de si mesma (BUTLER, 2015).

Ao questionar a forma com que identidades de mulheres são produzidas, sobretudo na cultura ocidental, Wolf (1992) evidencia como, historicamente, mulheres são projetadas a partir do olhar do Outro, um Outro masculino, responsável por afetar, inclusive, sua percepção a respeito de si mesma. De acordo com a autora, o processo de silenciamento de mulheres ocorre ao menos desde o século XIV, à medida que são decompostas e reduzidas a uma imagem ideal, pautada no “silêncio da beleza”. Assim, argumenta que “a cultura estereotipa as mulheres para que se adequem ao mito nivelando o que é feminino em beleza-sem inteligência ou inteligência-sem-beleza. É permitido às mulheres uma mente ou um corpo, mas não os dois ao mesmo tempo” (WOLF, 1992, p.77-78).

Há, ainda, a recorrência de processos relacionais intensivos, marcados textualmente através do *são*, e, na recorrência do padrão narrativo, esses processos ocorrem por meio da elipse. Além disso, há, em todas as recorrências, o intensificador *demais*, marcando uma perspectiva de intensidade e excesso. Quando intensidade e excesso são atribuídos às mulheres, os desdobramentos têm por efeito o silenciamento. Na perspectiva da Linguística Sistêmico-Funcional, “as orações relacionais são comumente usadas para representar seres no mundo em termos de suas características e identidades. Ajudam na criação e descrição de personagens e cenários em textos narrativos; contribuem na definição de coisas, estruturando conceitos” (CABRAL; FUZER, 2012, p. 65). Assim, ao questionar as identidades atribuídas às mulheres através de processos relacionais, a autora do excerto confere responsabilidade a uma *cultura machista e patriarcal*, a qual estabelece, a partir de um olhar masculino, não apenas os atributos, mas seus efeitos, quer sejam de submissão, quer sejam de silenciamento.

Wolf (1992) argumenta que as formas com que o silenciamento de mulheres ocorrem são ressignificadas a partir de mudanças nas demandas sociais. Ao trazer dados que indicam o alto índice de mulheres anoréxicas no contexto estadunidense, a autora argumenta que houve uma mudança no paradigma que pautava o padrão ideal de beleza

entre os anos de 1918 e 1925, período que perpassa a reivindicação do direito ao voto, adquirido em 1920. Nesse sentido, a regulação já não ocorreria por meio do controle dos corpos em espaços privado-público, mas através do que Carvalho (2018) denominou marcador tamanho-gordura. Para Wolf (1992), as dietas e a busca por um ideal de magreza tornaram-se nova forma de regulação e controle. A partir do momento em que mulheres passaram a ocupar espaços ditos masculinos, houve a necessidade de uma substituição por um “dispositivo social que transformaria os corpos femininos nas prisões que seus lares já não eram mais” (WOLF, 1992, p.244).

É nesse sentido que os processos relacionais intensivos apontam, através do circunstanciador *para*, as formas com que essas mulheres são silenciadas a partir do que Wolf (1992) denomina o mito da beleza. O texto, embora trate de violências direcionadas especificamente a mulheres gordas, aborda outros corpos de outras mulheres também violentadas, a fim de evidenciar de que forma a cultura machista e patriarcal é responsável por violentar e de que forma o faz. Um denominador comum a todas as mulheres mencionadas refere-se ao corpo como elemento receptor dos mecanismos de coerção. Wolf (1992, p.15) argumenta que, “ao atribuir valor às mulheres numa hierarquia vertical, de acordo com um padrão físico imposto culturalmente, ele [o sistema patriarcal] expressa relações de poder segundo as quais as mulheres precisam competir de forma antinatural por recursos dos quais os homens se apropriam”. Essa competição, argumenta a autora, se dá entre mulheres e homens e entre as próprias mulheres, a partir do momento em que disputam um padrão de beleza imposto socialmente. Nesse sentido, a disputa se desdobra, inclusive, na fragilidade da organização dessas mulheres, a qual se configura como uma das formas de questionar e romper com essas imposições.

As representações da cultura do estupro são marcadas, até o momento, sobretudo por processos relacionais intensivos, *são*, que se desdobram em processos verbais, *dizerem*. Assim, são atribuídas identidades às mulheres, marcadas por elementos estéticos e referentes a seus corpos na perspectiva do excesso, marcada pelo intensificador *demais* (*gordas demais, magras demais, altas demais, baixas demais, feias demais, gostosas demais*) e que se direcionam a um mesmo fim: nenhuma delas pode dizer *não*. Os atributos e as identidades dessas mulheres, limitados a seus corpos, têm por efeito o silenciamento como um mecanismo de controle da cultura do estupro.

Parece possível, ainda, estabelecer um encadeamento epistemológico com o conceito de dispositivo proposto por Swain (2014). O patriarcado, atuando como um dispositivo, mobiliza, por sua vez, outros três dispositivos, a saber, o amoroso, o da sexualidade e o da violência. Esses dispositivos se articulam de forma a convencer as

mulheres sobre os papéis atribuídos a elas histórica e tradicionalmente; a transformá-las em um corpo sexuado; e, por fim, permitindo a sequente violência que ocorre através da ameaça, da coerção, do estupro e outras formas de intimidação (SWAIN, 2014). Esses três dispositivos, acionados por um dispositivo maior, o do patriarcado, agem também através da perspectiva proposta por Wolf (1992, p.16-17) de um mito da beleza, o qual “não tem absolutamente nada a ver com as mulheres. Ele diz respeito às instituições masculinas e ao poder institucional dos homens”. Da mesma forma que os dispositivos amoroso, da sexualidade e o da violência, o mito da beleza é mobilizado por instituições cujos domínios são ainda masculinos.

Há, portanto, uma construção linear da violência: mulheres disputam um padrão ideal de beleza – mulheres são agredidas verbalmente por não se aproximarem desses corpos – mulheres são silenciadas por seus agressores à medida que não podem dizer não – mulheres são violentadas sexualmente, ao passo que se não podem dizer “não”, estarão submetidas ao “sim”. A partir dessa construção linear é possível perceber como os dispositivos se articulam entre si e entre o conceito de um mito da beleza, os quais atuam produzindo, justificando e respaldando as violências simbólicas, físicas e sexuais.

Os dispositivos propostos por Swain (2014) permitem compreender de que forma esse dispositivo maior, o do Patriarcado, age em função de um controle social. A docilização e a sexualização dos corpos, contudo, se delineiam de maneiras específicas quando endereçados aos corpos negros e de maneiras também específicas quando interseccionados ao marcador do tamanho-gordura (CARVALHO, 2018), como no excerto a seguir:

- (11) As mulheres negras continuam a ser vistas como não-pessoas, desumanizadas em função de sua identidade negra, mulheres cujas existências têm a única função de servir sexualmente os homens cis brancos, já que “mulher para casar” só pode ser branca (e cisgênera). Sabemos como a mulher negra é hipersexualizada, vista como mais sexualmente “permissiva”. (ASSÉDIO DE MULHERES NEGRAS E TRANS, 2014)

O excerto extraído do relato *Assédio e estupro de mulheres negras e trans: Continuamos a ser consideradas menos humanas* propõe reflexões que se interconectam à categoria da interseccionalidade, sobretudo se relacionado ao excerto anterior. Um recurso recorrente nos textos que trazem marcadores sociais como potencializadores de opressões é engajamento através da identificação. Assim, é

possível evidenciar sobre “quais mulheres” as reflexões dizem. Quando não mencionados marcadores, as violências são generalizadas e assumem uma posição que entona uma pseudo-democracia de pautas, ao passo que ofuscam violências específicas direcionadas a mulheres a partir de marcadores – quer sejam de gênero, raça, tamanho-gordura, sexualidade, classe e assim por diante.

Ao evidenciar o marcador social *negras* através de um processo relacional intensivo identificativo, cujo participante *mulheres* têm por identidade o *não-pessoas*, a autora elenca efeitos dessas violências especificando as mulheres sobre as quais essas violências recaem. Marcar textualmente através do *negras* implica marcar que, de maneira divergente à identidade atribuída às mulheres genericamente (a de *cockteaser*, por exemplo), mulheres negras são identificadas por sua não-existência. A desumanização, contudo, é resgatada em seguida, a partir do momento em que a autora pontua uma existência, mas com uma finalidade específica, a do corpo disponível para o sexo. Assim, é possível inferir que a desumanização e a não-existência de mulheres negras referem-se à uma negação de uma identidade construída por elas; pelo olhar do Outro, a existência presume a disponibilidade em servir sexualmente. Em relação à sexualização de mulheres negras, Moreira (2007) argumenta que:

o que nós, brasileiros, simbolicamente representamos e comunicamos acerca das mulheres negras obedece a um padrão de sexualização de um corpo que, em nossas múltiplas formas de comunicar, refere-se a um tipo de mulher desenhada como uma pessoa que, além de inspirar sexualidade, é “condicionada” às práticas servis e manuais, herança de sua conformação identitária no cenário brasileiro (MOREIRA, 2007, p.15)

Mulheres negras são, diante de um processo histórico colonizador, postas à margem socialmente e reduzidas a identidades que as situam em um paradigma domesticado e sexualizado. Silva (2009), nessa perspectiva, indica que “os nexos explicativos da condição da mulher negra remetem, primeiramente à sua condição de escrava. Sobre elas recam tanto as representações em relação ao uso de seu corpo enquanto objeto sexual como aquelas que o vêm adequado ao trabalho doméstico” (SILVA, 2009, p. 71). Assim, percebemos que, embora corpos de mulheres sejam incontestavelmente sexualizados, as mulheres negras, através de uma divisão racial dos espaços já discutida anteriormente, são submetidas a um controle social que têm por efeito a sexualização e subserviência de seus corpos, o que pode ser evidenciado através de pesquisas como mencionadas na sessão inicial deste trabalho, as quais apontam que mulheres negras estão mais expostas e compõem majoritariamente os índices de assassinato e estupro.

Da mesma forma que mulheres negras, mulheres trans também se distanciam de uma matriz heteronormativa, que prevê a cisgêneridade como norma. De acordo com Jesus (2014), há um arranjo sistêmico de violências contra a comunidade trans<sup>29</sup>, as quais hierarquizam identidades cisgêneras através da marginalização, perseguição e associação desses sujeitos com a “anormalidade”. Existe, dessa forma, um imperativo da ordem do discurso da patologização, responsável por atribuir a essas identidades um diagnóstico da anormalidade. Há, ainda na perspectiva de Jesus (2014), um histórico estrutural e institucional de violências às pessoas trans; embora esse panorama esteja sendo modificado, sobretudo devido às mobilizações de ativistas, esse histórico de violência estrutural ainda tem por efeito a marginalização desses sujeitos, inclusive na esfera das atividades laborais, o que direciona cerca de 90% das pessoas trans ao mercado sexual<sup>30</sup> e as expõe à maior vulnerabilidade.

- (12) Para ele e pros amigos que alimentam, mesmo que inconscientemente, esse tipo de postura dele, eu termino como, diz bem a música, como: a triste, louca e má. (NUNCA NEGUE ÁGUA A NINGUÉM, 2018)

Aqui, três considerações são incorporadas à análise: a primeira diz respeito ao fato de que o relato refere-se às experiências de uma mulher não estigmatizada pelos pólos marginalizados da matriz de inteligibilidade. É um texto que assume, portanto, uma posição coadunada a marcadores que o situam em um paradigma que mais se aproxima do que se distancia dos privilégios elencados pela matriz: branco, urbano, magro, escolarizado e de classe média. A segunda consideração busca indicar que, fugindo de um padrão de recorrência dos relatos, em que o agressor não é evidenciado, esse excerto traz um agente, através do circunstanciador *para*, responsável por referenciar o participante marcado lexicalmente por *ele*. Contudo, o que se desenvolve após a marca lexical que evidencia o agressor é um processo de culpa imputada à mulher agredida, qualificada, com o auxílio do circunstanciador *como*, o qual assume a função de atribuir identidade, por um processo relacional elipsado, *sou*, através do qual são conferidas a ela as identidades de *triste, louca e má*. Assim, novamente o foco recai sobre a mulher e a contestação dessas identidades só é possível a partir do conhecimento

---

<sup>29</sup> Ao usarmos o termo trans nessa pesquisa, estamos nos referindo às identidades transexuais e transgêneras.

<sup>30</sup> Os dados foram disponibilizados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Disponível em: < <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf> > Acesso: 21 Fevereiro 2019.

prévio sobre a música a que a autora faz referência. Há dessa forma, uma proeminência maior atribuída à vítima e pouco agenciamento do agressor (FAIRCLOUGH, 2003), o que contribui para sua invisibilização e conseqüentemente, para a pouca possibilidade de responsabilização a ele pelas violências cometidas, uma vez que o foco volta-se a ela, a agredida.

A terceira consideração diz respeito às identidades relacionadas à mulher, que a qualificam no plano cognitivo, ou seja, na esfera mental. A música referenciada, cuja autoria é de Francisco, el hombre, contesta padrões socialmente impostos a mulheres através de referências que nos permitem inferir uma crítica ao patriarcado, como nos versos “a receita cultura/do marido, da família/cuida, cuida da rotina” e a contestação se dá em tom de aconselhamento, ao dizer que um homem, uma casa e um corpo não definem uma mulher. Contudo, o título, única referência explícita no excerto, não indica essa crítica de forma direta, ou seja, é uma crítica através do não-dito, o que requer a inferência por parte da leitora/do leitor.

O texto aborda o universo de violências difusas a que a autora foi submetida ao longo de um relacionamento abusivo. A construção do companheiro é feita de forma a alertar outras mulheres sobre agressores que, a princípio, cumprem com critérios de homens que se dispõem a refletir as relações de poder que perpassam um relacionamento heteronormativo. As violências relatadas são majoritariamente psicológicas, embora haja menção à violência física.

A violência psicológica é compreendida pelo Ministério da Saúde como

toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano à auto-estima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. Inclui: ameaças, humilhações, chantagem, cobranças de comportamento, discriminação, exploração, crítica pelo desempenho sexual, não deixar a pessoa sair de casa, provocando o isolamento de amigos e familiares, ou impedir que ela utilize o seu próprio dinheiro. Dentre as modalidades de violência, é a mais difícil de ser identificada. Apesar de ser bastante frequente, ela pode levar a pessoa a se sentir desvalorizada, sofrer de ansiedade e adoecer com facilidade, situações que se arrastam durante muito tempo e, se agravadas, podem levar a pessoa a provocar suicídio. (Brasil, 2001)

A violência psicológica, nesse sentido, atua como potencial antecipadora da violência física, contribuindo para a naturalização dessas práticas, uma vez que é comum a incidência de agressões verbais por parte dos agressores, as quais fazem com que mulheres agredidas questionem sua posição de vítima e, muitas vezes, se responsabilizem por essas agressões<sup>31</sup>. Para Miller, “antes de poder ferir fisicamente sua

<sup>31</sup> Os feminismos têm se referido a essas agressões como *gaslighting*, a qual refere-se a uma forma de violência por meio da manipulação psicológica, que tem por efeito o questionamento da sanidade mental

companheira, [o agressor] precisa baixar a auto-estima de tal forma que ela tolere as agressões” (MILLER, 2002, p.16).

Nesse sentido, a culpabilização da vítima, que muitas vezes tem por efeito a impunibilidade do agressor, se projeta em uma violência que antecede a física e/ou sexual. Assim, a culpabilização atua como alibi quando acompanhada de uma violência física ou sexual, mas pode assumir, também, sua face interdependente, isto é, pode se restringir ao seu âmbito de origem, da violência psicológica. Via de regra, a violência psicológica antecede outras violências, mas não necessariamente se desdobra nelas. Cumpre, dessa forma, com um projeto de violência que surte efeitos na autoestima e no autorreconhecimento das mulheres e, conseqüentemente, atua contribuindo para que essas violências não sejam reconhecidas.

A culpabilização enquanto um projeto que nega às mulheres o reconhecimento de sua própria identidade é parte estruturante e fundamental das práticas sociais que contribuem para constituição e manutenção da cultura do estupro. Textualmente, uma das formas de identificação das mulheres, como no excerto acima, ocorre por meio do circunstanciador *como*, responsável por dimensionar a identidade que tem sido posta às mulheres. Contudo, este circunstanciador também assume a função de manifestar meios que indiquem os efeitos das violências, estabelecendo identidade às mulheres violentadas que nos permite presumir a constituição de uma cultura do estupro que adoece:

- (13) Se cuidem! Se cuidem todo dia. Se cuidem muito. Parem tudo! Larguem as relações abusivas agora e como der (NUNCA NEGUE ÁGUA A NINGUÉM, 2018)

Esse excerto está situado no entremeio das violências por meio de atos pressupostos e do próximo eixo temático, de formas de combate, pela seguinte razão: embora trate de meios de combate à cultura do estupro, o modo imperativo pelo qual a autora dialoga com as leitoras, somado ao circunstanciador *como*, nos permite presumir os movimentos anteriores que tiveram por efeito o adoecimento da mulher. Assim, o modo imperativo, marcado textualmente pelo processo material *cuidem*, infere uma reação ao fato de que algo provocou o adoecimento. Isso é reforçado pela repetição do comando engajado de cuidado, instanciado pelo intensificador *muito*. O engajamento

---

dessas mulheres, por outros e por elas próprias. O nome deve-se a um filme homônimo, em que um homem, ao descobrir que tem acesso aos bens financeiros de sua companheira se atestada sua fragilidade mental, usa de diversos artifícios para que ela pense ter enlouquecido. Cf. Stocker e Dalmaso, 2016.

segue marcado, novamente pelo modo imperativo, através do processo verbal *parem*, cuja meta é instanciada no nível da abstração, embora indique intensidade, *tudo*. A repetição do modo imperativo, o qual confere alto grau de engajamento sobre o que se diz, é, dessa forma, posta no nível da abstração. É, contudo, no último movimento de engajamento, marcado por um processo também verbal, *largar*, que a autora indica a meta, *relações abusivas*, a partir de uma circunstância temporal, *agora*, e uma circunstância de modo, *como der*.

Ainda que haja a menção, no texto cujo excerto foi extraído, de um episódio marcado pela violência física, a perspectiva que envolve toda a discussão tem por enfoque as violências psicológicas e as formas com que provocaram o adoecimento mental. A importância da discussão da saúde mental diz respeito ao fato de que, socialmente, parece haver um acordo implícito sobre violências que são toleradas e violências que são condenadas (CASIQUE; FUREGATO, 2006). As violências sexuais, como exemplo, se assentam sobre as violências condenadas socialmente – embora nem todas as formas de violência sexual sejam consensualmente compreendidas como tal. As violências que afetam a saúde mental compõem, por sua vez, o eixo das violências toleradas. Reconhecer os aspectos que se referem às violências psicológicas, isto é, relacionadas à saúde mental, torna-se movimento analítico que possibilita desvelar de que forma ela investe potencialmente os corpos e as identidades das mulheres de forma que outras violências incidam sobre elas, já psicologicamente violentadas.

Há, ainda, estreita relação entre o abuso, constituinte das violências psicológicas, e o estupro. Para Casique e Furegato (2006), “o abuso caracteriza-se pelo conjunto de condutas que se efetivam causando dano físico, dor ou ferindo a outra pessoa de maneira intencional” (s/p). Além disso, as autoras estabelecem a relação entre o abuso e as relações interpessoais entre os envolvidos, indicando que “o abuso pelo companheiro íntimo, também conhecido como violência doméstica, maltrato da esposa ou agressão, quase sempre é acompanhado por abuso psicológico e, em grande parte dos casos, por relações sexuais forçadas” (s/p).

Para Wynter (2001), a violência psicológica pode ser desmembrada em outros subtipos de violência, as quais incluem abuso verbal, intimidação, ameaças, isolamento, desprezo e abuso econômico. Esses subtipos, se conjugados, operam de forma a minar a autoestima e a autonomia das mulheres, o que constitui o *locus* para que outras violências operem. Além disso, atuam de modo a fazer com que a mulher possivelmente se questione sobre a intensidade e sobre a própria legitimidade da violência a que foi submetida. Somado aos aparatos estatais que atuam incidindo sobre elas outras violências, como a institucional, muitas vezes esses atos sequer são direcionados às

esferas legais, por meio de denúncias. A ausência de denúncias, já discutida nesta pesquisa, é produto de um arranjo de uma série de violências que antecipam o próprio estupro. O Sistema de Justiça Criminal, amparado por ordens do discurso de uma moral patriarcal atua, muitas vezes, criminalizando a própria mulher, ou mesmo funcionando como mais um mecanismo de coerção. Isso está diretamente relacionado ao fato de que, embora sejam alarmantes os números de mulheres violentadas sexualmente, que corresponderam, em 2017 a 01 estupro a cada 6,8 minutos, esses dados referem-se a uma estimativa que corresponde a 10% dos reais casos de violência.

É nesse sentido que os aparatos estatais se articulam na construção da cultura do estupro e atuam, também, como dispositivo mantenedor de violências. O processo de cura, embora mencionado no excerto de forma abstrata e generalizada, uma vez que presume relativa facilidade nos movimentos de “parar tudo” ou “largar relações abusivas agora” indica o processo de reconhecimento das violências e possíveis maneiras de distanciamento dos abusos que, atuando de forma gradual e interconectada a outras violências, pressupõe a violência emocional também como eixo articulador e constituinte da cultura do estupro.

O alto índice de subnotificações configura-se como uma das evidências do caráter tácito das construções ideológicas que incidem sobre a cultura do estupro, as quais operam subtraindo o potencial de reconhecimento das violências e, quando reconhecidas, minando as possibilidades de recorrer ao apoio estatal. Esse caráter tácito é, contudo, reconhecido e contestado pelos textos, ora de forma explícita, ora de forma presumida. Nesse sentido, as autoras, reconhecendo as violências, propõem formas de combatê-la, o que configura o quarto e último eixo de análise.

#### *7.2.4. Eixo temático IV: As formas de combate à Cultura do estupro*

Os textos analisados expõem, a partir dos lugares sociais e das perspectivas das mulheres responsáveis por sua produção, de forma mais ou menos explícita, as maneiras com que a cultura do estupro é definida, bem como as formas concretas e presumidas de sua produção. Embora todos os textos indiquem a urgência de discutir a pauta e compreender do que se trata a cultura do estupro, nem todos os textos exploram as possibilidades de reação e de combate. Contudo, alguns o fazem e, a partir dos marcadores sociais, podemos analisar que a compreensão das formas de combate varia a partir do lugar dessas mulheres. Em outras palavras, é possível perceber que são

diferentes as formas de reconhecer e contestar essas práticas, uma vez que as próprias práticas são produzidas e as afetam de maneiras específicas.

- (14) Esse diálogo grotesco acabou me lembrando que há um bom tempo atrás existiam (devem existir ainda) comunidades pelo Orkut voltadas especificamente para mulheres gordinhas: Sou gordinha linda, sou gordinha e feliz, gordinhas sexys. Nesses espaços mulheres com os corpos fora do padrão de beleza se encontravam para conversar sobre suas frustrações, qualidades, expectativas, baixa estima, autoestima. (GORDINHAS DIZEM NÃO!, 2012)

O *blog* intitulado *Blogueiras Feministas*, como dito na etapa de coleta e sistematização do *corpus*, aborda o feminismo sob distintas óticas e traz textos de diferentes mulheres, que não necessariamente compõem o corpo editorial. Ao trazer o texto *Gordinhas dizem não!*, o *blog* incorpora não apenas a temática da violência contra mulheres gordas, mas a própria voz de uma mulher gorda, a qual insere a pauta da violência na perspectiva da gordofobia.

Embora o excerto seja iniciado pautando questões relativas ao autorreconhecimento dessas mulheres pelo viés do marcador tamanho-gordura, e não especificamente à cultura do estupro, ele nos fornece elementos que indicam o início de uma mobilização. A escolha por esse excerto se justifica, portanto, pelo fato de que ele principia o processo mobilizatório, o qual só pode ocorrer a partir do momento em que elas reconhecem que sobre elas incidem violências específicas atravessadas pelo marcador tamanho-gordura. A partir daí, constituem uma rede de agentes articulados a partir de questões de semelhança e, por conseguinte, conseguem perceber opressões específicas e estabelecer conjuntamente pontos reivindicatórios e combativos.

Há, no parágrafo acima, 02 recorrências do circunstanciador *para*, dentre os quais 01 assume a função de endereçamento – *para mulheres gordinhas* e 01 tem o caráter de combate, [...] *se encontravam para conversar [...]*. Esses circunstanciadores nos direcionam a algumas percepções, dentre elas a de que, há, no excerto, evidências de que estratégias de combate têm sido pautadas. Mulheres com corpos fora do padrão que se organizam *para* conversar sobre questões referentes às suas condições de mulheres gordas inseridas em uma sociedade violenta e gordofóbica denotam a inclinação por autorreconhecimento, pertencimento e combate às práticas violentas sobre elas. São práticas que recaem sobre elas a partir de, sobretudo, um marcador

social, que especifica violências praticadas contra elas por condições do que Carvalho (2018) demarca ser um marcador de tamanho-gordura.

A autora propõe, em trabalho intitulado *Representações e identidades de mulheres gordas em práticas midiáticas digitais: tensões entre vozes de resistência e vozes hegemônicas*, o reconhecimento do marcador *tamanho-gordura* como um marcador social, uma vez que ele “evidencia como a forma do corpo [...] atua para reforçar feminilidades construídas em nossa sociedade” (CARVALHO, 2018, p.38). Nesse sentido, a análise, através desse marcador, reconhece de que forma violências são produzidas e direcionadas a esses corpos e de que forma se aliam ao marcador do gênero, afetando de formas distintas – e específicas - mulheres gordas. Ainda de acordo com Carvalho (2018), corpos gordos rejeitados socialmente configuram, na perspectiva foucaultiana, uma espécie de tecnologia do poder, cuja função é regular e controlar esses corpos. A regulação e o controle, contudo, não se limitam apenas aos corpos, mas estendem-se à agência social dessas mulheres, o que contribui para a manutenção de um status quo patriarcal de submissão e privação de corpos e identidades dessas mulheres.

O trecho acima nos mostra, portanto, como mulheres atravessadas pelo marcador tamanho-gordura buscam formas de compartilhar suas experiências, o que já evidencia uma manifestação contestatória. Uma dessas formas, de acordo com a autora do texto, refere-se à criação de espaços organizados a partir da temática do corpo – aqui, fora de um padrão socialmente estabelecido. São espaços virtuais, à época, o Orkut, criados com a finalidade compartilhar relatos, acolhimentos e, possivelmente, maneiras de discutir e combater opressões gordofóbicas. A própria criação dessas comunidades corresponde à finalidade de organização e combate, marcada pelo circunstanciador *para*. Contudo, o que procede esse circunstanciador é um processo verbal, conversar, o qual evidencia um processo ainda inicial de mobilização dessas pautas. Para Halliday, processos verbais referem-se às “relações simbólicas construídas na consciência humana e encenadas na forma da linguagem” (HALLIDAY, 2004, p. 171) e são realizados por meio de verbos ou grupos verbais, os quais, por sua vez, se dividem em verbos de atividade e verbos de semiose. O processo mobilizado no texto, *conversar*, corresponde ao primeiro grupo (BARBARA; CABRAL, 2012), indicando, portanto, um movimento de atividade. Para Halliday (2004), essas sentenças “contribuem para a criação da narrativa, possibilitando a construção de um diálogo” (HALLIDAY, 2004, p.252).

Nesse sentido, o trecho “*nesses espaços mulheres com os corpos fora do padrão de beleza se encontravam para conversar [...]*” indica dois movimentos: um atribuído ao processo mental *conversar* e um segundo que, por sua vez, é precedido por um

processo material, *encontravam*. Os processos materiais, para o autor, se relacionam aos movimentos do “fazer” e o “acontecer”, provocando mudanças no curso dos eventos (HALLIDAY, 2004). No excerto, parece haver, portanto, uma mudança no fluxo dos próprios processos, uma vez que, geralmente, processos mentais e verbais antecedem processos materiais. Assim, podemos depreender que a finalidade de combate estabelecida pelo circunstanciador *para* encontra-se no entrefluxo de um processo material, responsável por mobilizar essas mulheres em grupos e comunidades específicas à pauta da violência contra mulheres gordas e um processo verbal que procede o movimento de ação. O combate, dessa forma, ainda está relacionado à necessidade de que essas mulheres compartilhem experiências entre elas para que se compreendam e assim, posteriormente, possam agir em relação ao outro – o agressor e as instituições que produzem e respaldam agressões.

O texto, contudo, não cessa nesse excerto as possibilidades de combate, como evidenciado a seguir.

(15) Educar, militar para romper com essas concepções é tarefa árdua! Há de se lutar contra essas estruturas dominadoras e violentas que agridem as mulheres. Há de se gritar aos quatro cantos que a mulher é fim em si mesmo, que mulher é gente, que seu corpo é sua propriedade. (GORDINHAS DIZEM NÃO!, 2012)

As possibilidades de combate, nesse excerto, evidenciam os efeitos do processo mobilizatório do que foi analisado anteriormente, os quais demandavam, antes de ações manifestadas por processos materiais, o processo do autorreconhecimento e da pauta comum, instanciadas pelo processo verbal *conversar*. Em outras palavras, a sequência dos excertos nos possibilita analisar o percurso combativo, cujo princípio é o autorreconhecimento e cujo efeito é uma agenda comum de contestação às opressões que operam através da cultura do estupro e que atuam de forma específica em relação a mulheres gordas.

Por efeito, o combate, aqui, é proposto por meio de processos materiais, os quais “constroem uma sequência de mudanças concretas” (HALLIDAY, 2004, p. 179). Esses processos materiais são instanciados pelos léxicos *educar, militar* que, atravessador por um circunstanciador de finalidade *para*, indicam que a sequência de processos materiais tem por efeito outro processo material, *romper*, cuja meta é *essas concepções*. É importante pontuar que o elemento linguístico, *essas*, responsável por retomar algo dito anteriormente, não faz referência a um elemento específico, mas refere-se a um

conjunto de concepções postas ao longo do texto as quais indicam violências, o que demanda das leitoras um agrupamento desses elementos discutidos na sequência textual. Da mesma forma, ao utilizar o mesmo elemento lexicogramatical *essas* ao falar das *estruturas dominadoras e violentas*, o texto não estabelece anteriormente a quais estruturas se refere. Há, marcado textualmente – e já analisado no eixo dos atos pressupostas – a menção à uma *cultura machista e patriarcal*, o que nos permite presumir que tanto *essas estruturas* quanto *essas concepções* referem-se a essa cultura.

As formas de combate propostas pelo texto, *educar* e *militar* acionam duas ordens discursivas distintas, mas interligadas, as quais acionam a categoria da interdiscursividade (FAIRCLOUGH, 2003) para refutar representações socialmente estabelecidas. Da mesma forma, o processo material instanciado a partir da metáfora *lutar* indica a disputa pela rearticulação de redes de práticas sociais (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Assim, ao materializar textualmente as pautas de reivindicação, o texto aciona discursos anteriores e age os refutando. Para Gomes,

a ênfase na agência merece destaque porque frequentemente as identidades são constituídas por discursos institucionais que podem ser alvos de discursos globalizantes, pois se relacionam com outros discursos na ordem do discurso; no entanto temos de pensar que embora sejamos constrangidos pelas estruturas, temos de fortalecer nossa capacidade de não só nos auto avaliarmos continuamente, mas também às nossas práticas sociais decorrentes das estruturas (GOMES, 2016, p.94).

A agência, aqui, é estabelecida pela contestação, através de uma sequência instanciada pelo processo relacional *é*, cuja identificada é sempre a mesma, *mulher* e os identificadores são as articulações que pressupõem o interdiscurso. Dessa forma, novas identidades são conferidas às mulheres, negando identidades social e previamente estabelecidas, as quais configuravam a ideia anterior de que mulher *não* é fim em si mesma, o que nega uma relação de dependência à figura masculina; a de que mulher *não* é gente, presumindo um discurso anterior e histórico da desumanização; e a de que seu corpo *não* é sua propriedade, pressupondo a relação de pertencimento e posse de uma figura também masculina. Ou seja, a partir da contestação marcada pela interdiscursividade, o excerto contesta representações que estabelecem o caráter relacional entre homem e mulher, sobre a qual figuram relações assimétricas de poder e cujo efeito é a submissão de mulheres a homens e a seus desejos.

O que depreendemos, contudo, é que as principais ordens mantenedoras de violências que constituem a cultura do estupro não são sequer identificadas. Em outras palavras, as identidades das mulheres são contestadas e resignificadas, mas as *concepções* e as *estruturas*, responsáveis por agredir e por permitir que mulheres sejam

sexualmente agredidas são reduzidas a instâncias lexicogramaticais a partir das quais não se pode deduzir precisamente sobre quais sujeitos e instituições se diz. Torna-se, portanto, um jogo sem jogadores (FAIRCLOUGH, 2003).

- (16) Eu faço parte de uma rede e moro numa casa com outras 30 pessoas. Lá posso debater e descobrir os relacionamentos sendo uma mina gorda, de pele escura e de nariz grosso. Nessa rede, me livro um pouco a cada dia da expectativa de um futuro inevitavelmente solteiro. Mas outras minas como eu, as negras de traços finos, magras e altas, feministas ou não, também podem encontrar suas maneiras de se curar. Inclusive, para estarmos hoje, de pé, já o fazemos diariamente. (DESCOBRI QUE IA MORRER SOZINHA, 2017)

A perspectiva do combate, nesse texto, ocorre de forma a evidenciar os marcadores que interseccionam o corpo de quem o propõe. Em um primeiro momento, a constituição de uma rede de apoio é evidenciada indicando, através de um processo verbal, uma de suas finalidades, a de *debater*. Da mesma forma que no excerto anterior, manifesta-se, linguisticamente, o movimento de articulação coletiva através do processo de autorreconhecimento, evidenciando que grupos distintos de mulheres acumulam distintas experiências, o que, por efeito, provoca diferentes modos de contestar e rearticular as redes de violências que operam sobre elas.

Em seguida, o texto é investido, através do processo relacional *sendo*, de atributos-identidades que constituem essa mulher: *mina, gorda, de pele escura e de nariz grosso*. Há, dessa forma, alto grau de engajamento na constituição dessa identidade, em que prevalece a identidade *negra* como a que converge com a de outras pessoas que constituem essa rede de apoio. Isso é marcado textualmente a partir do contraste que a autora estabelece com outras mulheres, em que todos os atributos-identidades são dissemelhantes, exceto a que se refere à identidade racial: *as negras de traços finos, magras e altas, feministas ou não*.

A busca por legitimidade social e reconhecimento político de mulheres negras é histórica e constitui um dos pontos de mudança, ainda na década de 1970, na perspectiva universalizante do feminismo branco, quando mulheres negras visibilizaram, através de denúncias, os processos de negligência às pautas e às realidades de mulheres negras<sup>32</sup>. A partir desse processo de denúncias e reivindicações por reconhecimento, inserção e legitimidade social, questões relativas à racialidade,

---

<sup>32</sup> Cf. RIBEIRO, Djamila, 2018.

através de muitas disputas, inclusive internas, passaram a ser eixos de discussão e a constituir a agenda política de movimentos de mulheres, sobretudo organizações de mulheres negras. Dessa forma, de acordo com Sueli Carneiro (2003),

as mulheres negras brasileiras encontraram seu caminho de autodeterminação política, soltaram as suas vozes, brigaram por espaço e representação e se fizeram presentes em todos os espaços de importância para o avanço da questão da mulher brasileira hoje. Foi sua temática a que mais cresceu politicamente no movimento de mulheres do Brasil, integrando, espera-se que definitivamente, a questão racial no movimento de mulheres. (CARNEIRO, 2003, s/p.)

A ascensão dos debates pautados por mulheres negras e a partir do viés da racialidade fez emergir questões específicas de violências, sobretudo no que se refere à sexualização de seus corpos e ao fato de serem preteridas afetivamente, relegando a elas o lugar marcado pela solidão. Ainda de acordo com Carneiro (2003),

as mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras. (CARNEIRO, 2003, s/p)

No excerto, a solidão da mulher negra é um ponto através do qual é possível reconhecer os efeitos específicos de opressões sobre mulheres negras. Além disso, nos possibilita presumir a estreita relação que essa pauta estabelece com o combate à cultura do estupro, uma vez que, como já discutido neste capítulo de análise, o isolamento ocorre pelo fato de serem preteridas, mas também por se negarem a estabelecer relações violentas com potenciais agressores. A busca por autonomia e por autorreconhecimento, através das redes de apoio, configura uma das formas de combate à cultura do estupro, uma vez que essas mulheres negam relações abusivas e, ainda, as denunciam. O processo violento cujo efeito é a solidão é marcado textualmente pelo processo material transformativo *curar*, o que nos permite inferir um processo anterior, de adoecimento. Novamente, as questões relacionadas à saúde mental configuram um dos efeitos da cultura do estupro, o qual, de certa forma, prolonga sua permanência e atuação, uma vez que, antes de combatê-la efetivamente, essas mulheres precisam *encontrar suas maneiras de se curar*. Isso evidencia, ainda, que, embora as formas de cura possam ser debatidas e compartilhadas em redes de apoio, são processos internos, individuais e subjetivos, o que, ainda que parcialmente, implica um movimento de cura individual, a priori, para que se torne, posteriormente, uma atuação coletiva e uma agenda política.

Da mesma forma que no excerto anterior, não há, aqui, referência aos participantes – individuais e institucionais que promovem a cultura do estupro. Novamente, o processo de combate volta-se mais a ações relacionadas às mulheres do que aos agressores. O mesmo ocorre no excerto a seguir:

- (17) E que nos libertar ou nos proteger para que isso não aconteça depende diretamente e exclusivamente do nosso auto amor, do nosso auto cuidado, da construção autônoma e livre dos caminhos da nossa própria vida independente dos namoros, casamentos, sexos bons, promessas lindas e coloridas. (NUNCA NEGUE ÁGUA A NINGUÉM, 2018)

O último excerto que constitui o eixo de combate à cultura do estupro refere-se à resistência de forma semelhante aos anteriores, evidenciando, como no anterior, os processos de cura como pontos centrais. Assim, a partir dos processos materiais *libertar* e *proteger*, a sequência oracional recorre a um alto engajamento que aproxima-se de uma autorresponsabilização. Em outras palavras, ao instanciar a relação direta e exclusiva entre libertação e *auto amor* e *auto cuidado*, o combate às violências que constituem a cultura do estupro passa a ser responsabilidade das mulheres. Essa autorresponsabilização, instanciada pelos léxicos *depende diretamente e exclusivamente*, pressupõe, discursivamente, uma conseqüente culpabilização.

O combate, novamente instanciado de maneira subjetiva, continua a constituir uma disputa sobre a qual não se sabe quem são os agentes e as instituições com quem se disputa. Não há evidências sobre os agressores; ao contrário, há escolhas lexicogramaticais que indicam potencialmente as mulheres. Além disso, as referências que instanciam o processo de combate são postas em níveis de abstração, como o processo material *libertar*, o que pressupõe um anterior aprisionamento. Isso evidencia que, quanto menos atravessada por marcadores, sobretudo de classe, raça e tamanho-gordura, menos específica é a forma de combate. Mulheres interseccionadas por marcadores se distanciam de uma matriz de privilégios; portanto, a luta por reconhecimento de sua existência perfaz um arranjo de disputas sociais, quer seja através das dimensões de raça, quer seja pelas dimensões de tamanho-gordura, como evidenciados nos excertos desse eixo temático.

Além disso, de maneira divergente ao excerto anterior, a partir do qual a autora manifesta os traumas que se referem à solidão da mulher negra, dos quais busca se livrar, a construção da autonomia, aqui, isto é, no que diz respeito a mulheres brancas,

indica movimento contrário, o de independência afetiva/amorosa. Esse ponto nos permite evidenciar como o dispositivo do Patriarcado (SWAIN, 2014) opera de formas dissemelhantes a partir dos marcadores que interseccionam esses corpos. O dispositivo amoroso atua de forma que mulheres negras são preteridas, à medida que mulheres brancas buscam preterir. A disputa que se trava em campos políticos e sociais a partir de *auto amor* e *auto cuidado* permite inferir que outras disputas anteriores, como a de sobrevivência, não são demandas de grupos que se aproximam da matriz de privilégios. Assim, o combate à cultura do estupro segue no plano abstrato e aqui, atenuado e romantizado.

## 8. FUNÇÃO DO PROBLEMA NA PRÁTICA

A etapa da análise dos excertos nos leva ao próximo movimento metodológico da proposta de Chouliaraki e Fairclough (1999), cujo intuito é identificar a função do problema na prática. Para isso, a recorrência dos processos, articulada às categorias linguísticas e sociais estabelecidas para a análise nortearam as reflexões propostas nessa etapa.

Reconhecendo um arranjo estrutural cujas raízes se assentam em um modelo patriarcal e que, por essa razão, tem o dispositivo do patriarcado como eixo de regulação de corpos, com intuito de estabelecer relações assimétricas de poder, a cultura do estupro opera na constituição de violências, da mesma forma que por elas é constituída. Seus mecanismos de coerção, culpabilização, banalização dialogam com os subdispositivos amoroso, da sexualidade e da violência (SWAIN, 2014), assegurando a domesticação, a sexualização e a violência de mulheres. A cultura do estupro opera, dessa forma, investindo distintos arranjos, dispositivos e violências; assim, na medida em que silencia mulheres, assegura uma pretensa ordem social. A construção de significados a partir dos “sistemas de representação – conceitos e signos” (HALL, 1997, p.25) constroem, por sua vez, um arranjo cultural, isto é estabelecem “significados partilhados” que se manifestam em distintas e difusas formas de violência. A linguagem, nesse sentido, opera constituindo a cultura, uma vez que abarca valores culturais e figura como uma das formas através das quais os significados são produzidos e circulados.

Nessa pesquisa, observamos que a correlação de violências que constituem a cultura do estupro é manifestada discursivamente, sobretudo através das categorias linguísticas da nominalização e da passivação (FAIRCLOUGH, 2003). Embora essas categorias sejam mobilizadas com intuito de identificar, desvelar e romper com essas

violências, parecem ainda servir a um arranjo social que, constituído por instituições (tais quais jurídicas, religiosas, midiáticas, familiares, da moda, da pornografia), relativizam a legitimidade dos crimes e, quando os legitimam, ocultam sujeitos e, conseqüentemente, responsabilidades que deveriam ser atribuídas a eles.

O discurso, além disso, figura criando identidades, representações e agindo sobre mulheres (FAIRCLOUGH, 2003). São essas substâncias discursivas que incidem sobre as práticas violentas as quais constituem a cultura do estupro (e as quais mulheres refutam, reconstruindo outras identidades, representações e ações, quer sejam individuais, quer sejam coletivas). As identidades constituem-se a partir de um processo de criações de significados que se articulam a partir de um arranjo de elementos culturais que se inter-relacionam. O discurso, como instrumento que atua na construção e na sustentação de representações sociais estabelecidas por grupos dominantes, figura constituindo a cultura do estupro, a qual assume um status quo de mantenedor de relações hegemônicas.

A cultura do estupro, nesse sentido, opera segundo uma lógica heteronormativa, branca, magra, masculina, que, por sua vez, produz violências distintas às mulheres que se distanciam desse padrão. Há formas difusas de produção dessas violências, as quais indicam que, incontestavelmente, todas as mulheres são afetadas pela cultura do estupro e suas violências. Contudo, a correlação dos eixos dos marcadores sociais implica diferentes formas de operá-las. Isso contribui para a manutenção de uma pretensa ordem social, a qual também segue a lógica mencionada acima.

Investir violências de diferentes formas a diferentes mulheres mantém uma ordem no campo laboral, ao passo que mulheres negras são potencialmente postas à margem socialmente, o que as torna mais suscetíveis a violências sexuais; nas instituições religiosas e familiares, uma vez que ainda há uma construção de mulheres ditas para casar e às outras cabe as funções de cuidado e ordenamento de suas casas - e de outras mulheres; no campo da pornografia, uma vez que essas violências sexuais tornam-se mercantilizadas na indústria pornográfica; na instituição da moda, uma vez que mulheres magras assumem posição de privilégio o que, por consequência, violenta mulheres que se distanciam a partir do critério tamanho-gordura. As representações das mulheres investidas de atributos e identidades que busca aproximá-las do padrão *bela, recatada e do lar* configuram a representação da inaptidão para a vida pública, o que, por consequência, retira possibilidades da inserção dessas mulheres em espaços públicos e de tomada de decisões.

A cultura do estupro, dessa forma, constitui e é constituída por um conjunto de discursos historicamente legitimados por grupos dominantes e opera materialmente de

forma violenta, respaldada por um arranjo de significados anteriormente construídos e compartilhados. Isso foi percebido na etapa da análise, uma vez que coagir, criticar, negar, impedir, culpabilizar, violentar, hostilizar, silenciar foram processos recorrentes, materializados ora de formas explícitas, ora de formas presumidas. As violências materializadas em processos e nas categorias de nominalização e passivação nos evidenciou que as agressões que operam nos momentos que antecedem o estupro propriamente, incidem psicologicamente sobre as mulheres, criando condições para que as violências físicas sejam materializadas.

Além disso, os textos investem alto engajamento na construção de identidades e representações sobre as mulheres. A recorrência dos processos relacionais a partir do olhar masculino indica a forma com que essas mulheres são identificadas não por elas mesmas, mas por eles. Para Fairclough (2003, p.46), “uma medida do sucesso da universalização de uma representação do mundo é o quanto figura como assunção (como dado) em uma variedade de textos”. Em outras palavras, mulheres são identificadas, nomeadas e representadas de diferentes formas, mas majoritariamente sob a ótica masculina. Ao contrário, os responsáveis por essas violências não são evidenciados em alto índice de engajamento. Identificá-los, nomeá-los e representá-los demanda um movimento de presunção por parte das leitoras/dos leitores. Isso contribui enormemente para que as violências não sejam evidenciadas e, por conseguinte, para que os agressores não sejam devidamente responsabilizados. Essa talvez seja a forma mais eficiente de manutenção da cultura do estupro, uma vez que não se pode punir quem não é identificado.

Por fim, o plano da abstração opera de maneira eficiente para a própria manutenção da cultura do estupro que, reforçada pelo amparo, sobretudo jurídico, segue agredindo mulheres diariamente. A omissão se configura, dessa forma, como mais uma forma de violência, instanciada textualmente através das categorias recorrentes mencionadas acima, da passivação e da nominalização. Sua constituição abstrata prolonga e garante sua manutenção, uma vez que, antes de combater, é preciso compreender o que se combate. Os processos recorrentes evidenciam isso, uma vez que demarcam majoritariamente os processos mentais, verbais e materiais. Contudo, os processos materiais ou dizem mais sobre como agir em relação aos processos mentais ou são postos em níveis de abstração. Isso nos permite presumir que há, ainda, a necessidade de compreensão das próprias identidades das mulheres, historicamente constituídas sob a perspectiva masculina para, em seguida compreender as violências a que são submetidas e as quais foram naturalizadas para, assim, estabelecer uma agenda comum de combate à cultura do estupro.

## 9. POSSÍVEIS MANEIRAS DE SUPERAR O OBSTÁCULO

A etapa da análise nos permitiu evidenciar alguns pontos de tensionamento. A partir dos textos que definem a cultura do estupro, percebemos o que movimentos feministas têm evidenciado há muitos anos: o fato de que mulheres são sempre vistas de maneira objetificada, a serviço do controle e dos ditos instintos masculinos. São recorrentes elementos que dizem respeito à culpabilização das próprias vítimas. A intimidação e a negação de suas vontades também surgem como elementos de caráter violento sobre essas mulheres. A categoria da passivação, recorrente, indica que esses agentes que produzem violências seguem sem rosto, sem forma, sem substância. Mulheres são violentadas, mas, em geral, não se diz por quem. A privação de decisões sobre seus corpos também se configura como violência recorrente, evidenciando as diversas violências institucionais e a manutenção de pedagogias silenciosas, cuja atuação se dá por meio da iteração e da adequação aos diferentes contextos em que estão situadas. Assim, mulheres são privadas pela família, pela Igreja, pelo Estado e por diversas instituições que, de forma mais ou menos sutil, constituem uma rede de ordens de discursos e de práticas sociais que iteram a domesticação desses corpos.

A partir da análise, foi possível reconhecer de que forma as identidades e representações de mulheres, violências e relações sociais têm sido discursivamente construídas, além identificar as formas como as relações assimétricas de poder contribuem para a manutenção de uma realidade em que mulheres são maior alvo de violência sexual. Fairclough assume que as práticas discursivas são responsáveis não apenas por criar identidades e representações sobre o mundo e sobre as relações sociais – bem como sobre os sistemas de conhecimento e crença, mas operam significativamente possibilitando transformações. O discurso, nesse sentido, “é uma forma de poder, um modo de formação de crenças/valores/desejos, uma instituição, um modo de relato social, uma prática material” (CHOULIARAKI E FAIRCLOUGH, 1999, p.6).

Para Foucault (2006), “o que há de essencial em todo poder é que seu ponto de aplicação é sempre, em última instância, o corpo. O poder é físico e, por isso mesmo, violento, no sentido de que é perfeitamente irregular, não no sentido de que é desenfreado” (FOUCAULT, 2006, p.18 e 19). O poder, dessa forma, perpassa o corpo da mulher, reconfigurado a partir da ótica masculina. São os julgamentos, as depreciações e as privações que tornam esse corpo tolhido. São as agressões e o sentimento de posse que tornam esse corpo invadido. São as leis, produzidas e interpretadas, na maior parte das vezes, por homens, que tornam esse corpo

territorializado e, ao mesmo tempo, despossuído. São os poderes legais, educacionais, religiosos e familiares, mascarados de cuidado, que tornam essas vidas desimportantes. A cultura do estupro parece estar localizada no entremeio de violências simbólicas e materiais (embora também as produza). Ela existe porque há uma instanciação normalizada que a respalda, ao mesmo tempo em que a cultura existe porque essas violências são iteradas. É, portanto, causa e efeito dessas violências, que se remodelam conforme as demandas sociais, por isso agem de maneira eficiente. A cultura do estupro existe e fere mulheres moral e fisicamente porque se encontra respaldada e legitimada nas diversas esferas sociais.

Contudo, o discurso também figura nas estratégias de resistência, uma vez que são “inerentemente abertos, e nenhuma tentativa hegemônica para tentar fechá-los pode prevalecer em última instância – há sempre significados que a subvertem” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 121). A disputa de discursos configura uma disputa também pelo poder, evidenciando o equilíbrio instável de construções hegemônicas de identidades das mulheres e constituindo novas práticas sociais. Essa nova constituição de práticas sociais, construídas também discursivamente e as quais medeiam a relação entre estrutura e evento (FAIRCLOUGH, 2003), possibilita uma rearticulação e uma reconstituição da própria compreensão das violências que constituem a cultura do estupro.

Nos textos que constituíram o *corpus* dessa dissertação, o discurso, enquanto estratégia de resistência, pôde ser analisado através da recorrência de processos materiais cuja ação perpassa o âmbito de mudanças através do discurso. As estratégias, de acordo com os textos analisados, passam pelos processos do autorreconhecimento em redes de apoio, os quais se dão discursivamente através de escolhas lexicogramaticais como *conversas* e *debates*. Esse processo figura como ponto de origem para que outras estratégias sejam construídas coletivamente, quer seja pela representatividade de mulheres através da inserção em espaços de tomada de decisão, quer seja em atos e manifestações organizadas coletivamente por mulheres com vias a contestar as violências. Assim, o discurso como ferramenta de contestação e de mudança social atua potencialmente tanto nas estratégias de autorreconhecimento quanto de construção efetiva de combate em espaços públicos e políticos, o que constitui um processo de desencaixe e rearticulação de identidades.

A cultura é produzida por sujeitos ativos socialmente (HALL, 1997) e, da mesma forma, a cultura do estupro. A mudança das dinâmicas sociais nos últimos anos permitiu a inserção de mulheres em espaços de tomada de decisão, de produção de conhecimento, de construção de políticas públicas. A inserção das mulheres nos diversos campos torna-

se, então, possibilidade de contestação e rearticulação de redes de práticas (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999), tendo por efeito mudanças culturais e sociais.

Esse é um ponto fundamental ao se pensar estratégias de combate e formas de superação do problema apresentado nessa pesquisa. É necessário, para isso, reconhecer mulheres não em polo opositivo aos homens, no sentido de que um polo detém poder e outro não. Isso seria minar as possibilidades de rearticulação das práticas sociais. Compreendemos, contudo, que a disputa pelo poder em instâncias decisórias perpassa pelas negociações no interior das relações de poder, as quais incidem, inclusive, sobre pactos não-ditos, mas fundamentados por arranjos culturais que produzem relações assimétricas.

Assim, entendemos que combater a cultura do estupro passa por negociações entre esses grupos ao passo que às mulheres seja conferido um total estatuto de sujeito – inscrito em instâncias de negociação e disputa de poder, bem como de tomada de decisão. A construção de uma agenda pública pautada por mulheres é ponto fundamental de superação de violências.

Embora esses espaços estejam sendo, sobretudo nos últimos anos, ocupados por mulheres, ainda há um outro recorte necessário, que diz respeito às disputas intra-grupos. A inserção de mulheres nas instâncias públicas e políticas estabeleceu importantes conquistas, sobretudo no que se refere à pauta de violência contra as mulheres. Dois importantes marcos legais, referidos nessa pesquisa, dizem respeito à Lei nº 11.340/2006, Maria da Penha, que prediz sobre violência psicológica e sexual e a qual assume o caráter preventivo e não meramente punitivista; e a mudança penal na tipificação do crime de estupro, o qual reconfigura a constituição das condições que o prescrevem e sobre o qual não há mais a necessidade de penetração. Isso demarca a importância e a necessidade da inserção de mulheres nesses espaços na mesma proporção que suas falhas legais evidenciam a fragilidade de um sistema ainda pautado pela ótica masculina e branca, a qual, muitas vezes, não reconhece as violências relatadas e denunciadas pelas vítimas.

A ótica branca é outro ponto importante ao considerar as formas de superação do obstáculo. A partir da análise, podemos reconhecer que a intensificação dos marcadores sociais potencializam as violências e a despossessão das mulheres sobre seus corpos. Assim, a relação entre os marcadores e sua condição de não-existência é diretamente proporcional. Em outras palavras, a análise nos evidenciou que, quanto maior o atravessamento de marcadores, menores são as possibilidades de que essas mulheres

existam social e legalmente, isto é, mais é negada a elas a autonomia sobre seus corpos e suas vontades.

É nesse sentido que se insere outra proposta de superação do obstáculo. A disputa intra-grupos, isto é, entre as próprias mulheres, tem configurado novas possibilidades de contestação. Assim, ainda que novas propostas nos âmbitos políticos e sociais tenham sido pautadas sob a ótica de mulheres, sobre essas mulheres incide o marcador da racialidade, o que tem, por efeito, políticas públicas que, na maior parte das vezes, não atentam às condições desiguais das próprias vítimas. Assim, recorremos à Sueli Carneiro:

Nesse contexto, quais seriam os novos conteúdos que as mulheres negras poderiam aportar à cena política para além do “toque de cor” nas propostas de gênero? A feminista negra norte-americana Patricia Collins argumenta que o pensamento feminista negro seria “(...) um conjunto de experiências e idéias compartilhadas por mulheres afro-americanas, que oferece um ângulo particular de visão de si, da comunidade e da sociedade... que envolve interpretações teóricas da realidade das mulheres negras por aquelas que a vivem...” A partir dessa visão, Collins elege alguns “temas fundamentais que caracterizariam o ponto de vista feminista negro”. Entre eles, se destacam: o legado de uma história de luta, a natureza interconectada de raça, gênero e classe e o combate aos estereótipos ou “imagens de autoridade” (CARNEIRO 2003, p.70)

Em diálogo com as propostas de Carneiro (2003), compreendemos a necessidade da inserção de mulheres em espaços de poder, mas antes disso, a necessidade de superação dos privilégios brancos que se assentam sobre as esferas públicas. Reconhecer isso é fundamental, uma vez que a cultura do estupro não incide de maneira homogênea e tampouco pode ser combatida pensada sob essa perspectiva. De acordo com Crenshaw (2002, p.9), “quando as leis não preveem que as vítimas de discriminação de gênero podem ser mulheres negras, elas acabam não surtindo o efeito desejado e as mulheres ficam desprotegidas”. É necessário, então, identificar os polos de embate entre os diferentes feminismos a fim de reconhecer os pontos que devem ser acordados e de que forma. Se, historicamente, mulheres brancas assumem a condição de privilégio – quando em relação a mulheres negras, indígenas e quilombolas, assumimos a necessidade de reafirmar as pautas de mulheres negras, de forma que elas conduzam as propostas e a agenda política de combate à cultura do estupro. Outra forma, que não essa, invoca a disputa entre mulheres por pautas políticas e, em alguma medida, serve ao arranjo patriarcal que tem, como um de seus pontos de manutenção, a criação da disputa e da rivalidade entre mulheres.

Por fim, propomos algumas mudanças discursivas, a partir do que nos foi possível evidenciar na etapa da análise. Os processos relacionais incidem demarcando

identidades de mulheres a partir da ótica masculina, mas também operam contestando-as, a partir do momento em que mulheres refutam essas identidades estabelecendo outras, sob suas próprias perspectivas. Esse é um ponto também importante na disputa discursiva que pauta novas identidades e representações. Nesse sentido, o mesmo deve ocorrer com outras recorrências linguísticas evidenciadas na análise. É necessário, portanto, estabelecer o reconhecimento discursivo dos autores das violências. Transformar nominalizações em processos cujos atores são identificados e transformar orações passivas em orações cuja ação é reconhecida, para que a responsabilidade sobre ela seja instanciada.

Acreditamos que essas propostas sirvam à superação e ao combate da cultura do estupro. Observamos que as formas com que ela se constitui são difusas e seus poderes, muitas vezes, operam tacitamente. Contudo, percebemos que uma das suas formas de ação ocorre discursivamente, o que nos permite propor intervenções também discursivas, correlacionadas às intervenções nos espaços públicos – que, por sua vez, também operam através de discursos.

Reconhecemos as limitações dessa pesquisa, sobretudo no que se refere à relação entre a ampla dimensão de mulheres afetadas pela cultura do estupro e a delimitação do *corpus*, o qual nos permitiu evidenciar *algumas* formas de violências e, por consequência, propor formas de superação do problema apresentado apenas em relação ao que os textos nos evidenciaram. Obviamente, e por essa razão, essa pesquisa não esgota a discussão sobre as representações da cultura do estupro; ao contrário, abre possibilidades para novas inserções teóricas, para outros eixos de violência, para novas perspectivas e para a necessidade de reconhecer que, de distintas maneiras, todas as mulheres são submetidas a uma esfera cíclica de violências, que por vezes antecipam, por vezes perpassam a violência sexual.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, V. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. *In: Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos*, v. 26, n. 50, p. 71-102, 2005.
- BAKHTIN, M. Gêneros do Discurso. *In: Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Trad. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- BARROS, D. E. Análise do Discurso Crítica: pesquisa social e linguística. *In: Jornada Internacional de Estudos Discursivos*, 2008.
- BERGALLI, R.; BODELÓN, E. La cuestión de las mujeres y el derecho penal simbólico. *In: Anuário de Filosofia del Derecho IX*, Madrid: Ministério da Justiça, 1992.
- BESSA, D.; SATO, D. Categorias de Análise. *In: BATISTA JR, J.; SATO, D.; MELO, I. (Org.) Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*. São Paulo: Parábola, 2018.
- BHASKAR, R. **A realist theory of science**. Brighton: Harvester, 1978.
- BHASKAR, R. Critical realism. Essential readings. *In: ARCHER, M.; BHASKAR, R.; COLLIER, A.; LAWSON, T.; NORRIE, A. Centre for critical realism*. London: Routledge, 1998.
- BIROLI, F. **Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática**. Niterói: Eduff Vinhedo, Editora Horizonte, 2013.
- BIROLI, F. **Autonomia e desigualdades de gênero-contribuições do feminismo para a crítica democrática**. Vinhedo: Horizonte, 2016.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 9. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BRAGA, J. Circuitos versus Campos Sociais. *In: MATTOS, M. A.; JANOTTI JÚNIOR, J.; JACKS, N. (Org.). Mediação e Mdiatização*. Salvador: EDUFBA, 2012.
- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. *In: Cadernos Pagu*. Campinas, n. 26, p. 329-376, 2006.
- BRASIL. Código de Processo Penal. Código de Processo Penal. *In: ANGHER, A. J. Vade mecum universitário de direito RIDEEL*. 8. Ed. São Paulo: RIDEEL, 2010.
- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35. Ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BUTLER, J. **Gender Trouble**. New York, Routledge, 1990.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Editora Record, 2016.

BUTLER, J. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Editora Autentica, 2015.

CABRAL, S. R. S.; BARBARA, L. Processos verbais no discurso jornalístico: frequência e organização da mensagem. *In: DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 28, n. 3, 2012.

CARDOSO, I. C. B.; RAMALHO, V. V. O Discurso de títulos de notícias sobre violência sexual: a mídia on-line e a culpabilização da vítima de estupro. *In: Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*. Ilhéus, n.7, p. 69-85, 2014.

CARNEIRO, S. Ennegrecer el Feminismo: La situación de la mujer negra en América Latina desde una perspectiva de género. *In: NQF*, v.24, n. 2, 2003.

CARVALHO, A. B. **Representações e identidades de mulheres gordas em práticas midiáticas digitais: tensões entre vozes de resistência e vozes hegemônicas**. 2018. 149f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa: UFV, 2018.

CASIQUE, L.; FUREGATO, A. R. Violência contra mulheres: reflexões teóricas. *In: Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 14, n. 6, 2006.

CASTELLS, M. A era da informação: economia, sociedade e cultura. *In: O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, v. 2, p. 24, 1999.

CHAUÍ, M. Participando do Debate sobre Mulher e Violência. *In: FRANCHETTO, B.; CAVALCANTI; M. L. V. C.; HEILBORN (Org.). Perspectivas Antropológicas da Mulher 4*. São Paulo, Zahar Editores, 1985.

CORRÊA, M. **Morte em Família: Representação Jurídica de Papéis Sociais**. São Paulo: Graal, 1983.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *In: Revista estudos feministas*, v. 10, n. 1, 2002.

CRENSHAW, K. W. Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color. *In: FINEMAN, M. A. & MYKITIUK, R. (Org.). The public nature of private violence*. Nova York, Routledge, 1994.

DELPHY, C. L'invention du "French Feminism": un démarche essentielle. *In: Nouvelles Questions Féministes*. Paris, v. 17, n. 1, 1996.

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. *In: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. S. (Org.). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed; Bookman, 2006.

DINIZ, D. **Perspectivas e articulações de uma pesquisa feminista**. Estudos Feministas e de Gênero: Articulações e Perspectivas, 2014.

DRISKILL, Q. Stolen from our bodies: first nations two-spirits/queers and the journey to a sovereign erotic. *In: Studies in American Indian Literatures*. University of Nebraska, v. 16, n. 2, p. 50-64, 2004.

DUARTE, R. Estupro corretivo vitimiza lésbicas e desafia poder público no Brasil. *In: Sul 21 (online)*, 04 de junho de 2013. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/noticias/2013/06/-estupro-corretivo-vitimiza-lesbicas-e-desafia-autoridades-no-brasil/>. Acesso em: 13 de maio de 2018.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London, New York: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. Critical Discourse analysis in transdisciplinary reserach. *In: WODAK, Ruth; CHILTON, Paul (Ed.). A new agenda in (critical) discourse analysis: theory, methodology and interdisciplinarity*. John Benjamins Publishing, 2005.

FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity: Rethink critical discourse analyses: textual analysis for social research**. London, New York: Routledge, 1999.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: UnB, 2001[1992].

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade III: o cuidado de si**. Graal, 1985.

FURLANI, J. **Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

FUZER, C; CABRAL, S. R. S. **Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa**. Santa Maria/RS, 2010.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *In: RAE - Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOMES, M. C. A. Agência e poderes causais: analisando o debate sobre a inclusão de ideologia de gênero e orientação sexual no plano decenal de educação–Brasil. *In: Polifonia*, v. 23, n. 33, p. 89-109, 2016.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. Discurso e Prática Social. *In*: BATISTA JR, J.; SATO, D.; MELO, I. (Org.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018.

GONZALEZ, L. A Mulher Negra na Sociedade Brasileira (Uma abordagem político-econômica). *In*: MADEL, L. (Org.). **O lugar da Mulher (Estudos sobre a condição feminina na sociedade atual)**. Rio de Janeiro: Graal, V.1, 1982.

GOUVEIA, C. Texto e gramática: uma introdução à linguística sistêmico-funcional. *In*: **Matraga - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ**, v. 16, n. 24, 2009.

GROSSI, M. P. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. *In*: **Revista Estudos Feministas**, p. 473-483, 1994.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio: Apicuri, 2016.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. 2. Ed. London: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, M. A. K. **Introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold, 1985.

HARAWAY, D. **Simians, cyborgs, and women. The reinvention of nature**. New York: Routledge, 1991.

HARDING, S. **The science question in feminism**. Ithaca: Cornell University Press, 1986.

HARVEY, D. **The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change**. Oxford, Blackwell, 1989.

HARVEY, D. **The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change**. Oxford, Blackwell, 1989.

HEMMINGS, C. Contando histórias feministas. *In*: **Revista Estudos Feministas**, v. 17, n. 1, p. 215, 2009.

HOMEM, M. L. A quem pertence esse corpo? *In*: **Casa do Saber (online/Youtube)**, 02 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t7tFXceqqhs&fbclid=-IwAR2rH-Sl83E9wJqAR2A1xLjczdR7G0N0LkEudaIG5c7ZSsHLChu461aA1Rg>. Acesso em: 01 de abril de 2019.

HOOKS, B. Mujeres negras: dar forma a la teoria feminista. *In*: HOOKS, B.; BRAH, A.; SANDOVAL, C.; ANZALDÚA, G. (Orgs.). **Otras inapropiables: feminismos desde las fronteras**, Madrid, Traficantes de Sueños, pp. 33-50, 2004 [1984].

HOOKS, B. **Não sou eu uma mulher. Mulheres negras e feminismo**. 1981. Disponível em: [https://plataformagueto.files.wordpress.com/2014/12/nc3a3o-sou-eu-uma-mulher\\_traduzido.pdf](https://plataformagueto.files.wordpress.com/2014/12/nc3a3o-sou-eu-uma-mulher_traduzido.pdf). Acesso em: 17 de abril de 2019.

JESUS, J. Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. *In: História Agora*, v. 16, p. 101-123, 2014.

KOLODNY, Robert; C., MASTERS, William H; JOHNSON, Virginia E. **Manual de medicina sexual**. Tradução por Nelson Gomes de Oliveira. São Paulo: Manole, 1982.

KOMESU, F. C. *et al.* Blogs e as práticas de escrita sobre si na internet. *In: Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido*. Rio de Janeiro: Lucerna, p. 110-119, 2004.

KORTE, G. **Iniciação à ética**. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira; 1999.

KRUG, E.G.; DAHLBERG, L. I.; MERCY, J. A.; ZWI, A. B.; LOZANO, R. (Ed.). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Organização Mundial da Saúde: Genebra, 2012.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics**. Londres: Verso, 1985.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MACHADO, L. Z. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? *In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA (Ed.) Simpósio Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo, 52ª Reunião Brasileira para o Progresso da Ciência*. Brasília: SBP, 2000.

MAGALHÃES, C. M. A Análise Crítica do Discurso enquanto Teoria e Método de Estudo. *In: MAGALHÃES, C. M. (Org.) Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001.

MAGALHÃES, I. Teoria Crítica do Discurso e Texto. *In: Linguagem em (Dis)curso*. Tubarão, 2004.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. *In: MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. (Org.) Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

MASSEY, D. Making spaces, or, geography is political too. *In: Soundings*, Issue 1, pp 193-208, 1995.

MAZETTI, H. M. Mídia alternativa para além da contra-informação. Intercom– Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. *In: V Congresso Nacional de História da Mídia, São Paulo*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

MENDES, W. **As circunstâncias e a construção de sentido no blog**. 2010. 198f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Pau dos Ferros: UERN, 2010.

MILLER, L. Protegendo as mulheres da violência doméstica. **Seminário de treinamento para juízes, procuradores, promotores e advogados no Brasil**. Trad. Osmar Mendes. 2. ed. Brasília: Tahirid Justice Center, 2002.

MINTZ, S. W. Cultura: uma visão antropológica. *In: Tempo: revista digital de História do departamento e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense*, n. 28, 2010.

MOREIRA, N. R. **O feminismo negro brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo**. Campinas, 2007.

MORGANTE, M; NADER, M. B. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. *In: Encontro Regional de História da ANPUH*. Rio de Janeiro: ANPUH-RIO, 2014.

PACHECO, A.P.L. **Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia**. 2008. 324f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas: Unicamp, 2008.

PAOLI, M. C. Ciências sociais, os movimentos sociais e a questão do gênero. *In: Novos Estudos CEBRAP*, n. 31, p. 107-20, 1991.

PAPA, S. M. B. B. Realismo crítico e análise de discurso crítica: reflexões interdisciplinares para a formação do educador de línguas em processo de emancipação e transformação social. *In: Polifonia*, v. 15, n. 17, 2009.

PATEMAN, C. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEIXOTO, A. F.; NOBRE, B. P. R. A responsabilização da mulher vítima de estupro. *In: Revista Transgressões*, v.3, n.1, p. 227-239, 2015.

PISCITELLI, A. Recriando a (categoria) mulher? *In: ALGRANTI, L. (Org.). A prática feminista e o conceito de gênero*. Textos Didáticos, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002.

RAMALHO, V.C.V.S. **Discurso e ideologia na propaganda de medicamentos: Um estudo crítico sobre mudanças sociais e discursivas**. 2008. 193f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 2008.

RESENDE, V.; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

RESENDE, V.; VIEIRA, V. **Análise de Discurso (para a) Crítica: o texto como material de pesquisa**. Campinas: Pontes Editores, 2016.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?**. Letramento Editora e Livraria LTDA, 2018.

RODRIGUES, I. C. F.; FLORES, V. T. M.; ALMEIDA, D. B. R. Cultura do estupro: Um alerta a essa problemática. *In: ANAIS-UNIC-Congresso de Iniciação Científica-UNIFEV*. 2016.

RODRIGUES, I.; FLORES, V.; ALMEIDA, D. Cultura do estupro: um alerta a essa problemática histórica. *In: Congresso de Iniciação Científica – UNIFEV*, 2016.

RUBIN, G. The traffic in Women: Notes on the 'Political Economy of Sex. *In: REITER, R. Toward an Anthropology of Women*. New York: Monthly Review Press, 1975.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SAFFIOTI, H. I. B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *In: São Paulo em perspectiva*, v. 13, n. 4, p. 82-91, 1999.

SAGUY, A. C.; WARD, A. Coming out as fat: Rethinking stigma. *In: Social Psychology Quarterly*, v. 74, n. 1, p. 53-75, 2011.

SANTOS, C.; IZUMINO, W. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. *In: Estudios interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, v. 16, n. 1, 2014.

SAYER, A. Características chave do Realismo Crítico na prática: um breve resumo. *In: Estudos de Sociologia*, v. 2, n. 6, p. 7-32, 2014.

SCHITTINE, D. **Blog**: comunicação e escrita íntima na internet. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *In: Educação e Realidade*. Porto Alegre: UFRGS, 1990.

SCOTT, J. W. Introdução. *In: Gender and the Politics of History*. Nova York, Columbia University Press, 1988.

SILVA, L.; COELHO, E.; CAPONI, S. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. *In: Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 11, p. 93-103, 2007.

SILVA, M. A. O cotidiano das mulheres negras a partir de suas narrativas: as experiências e formação de araraquarenses. *In: Revista Fórum Identidades*, p. 69-79, 2009

SILVERSTONE, R. **Por que estudar a mídia**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

SPELMAN, E. **Inessential woman: problems of exclusion in feminist thought**. Boston: Beacon Press, 1988.

STOCKER, P.; DALMASO, S. Uma questão de gênero: ofensas de leitores à Dilma Rousseff no Facebook da Folha. *In: Revista Estudos Feministas*, v. 24, n. 3, p. 679-690, 2016.

SWAIN, T. Entre a vida e a morte, o sexo. *In: Revista Labrys Estudos Feministas*, 2006.

SWAIN, T. N. Por falar em liberdade. *In: Estudos feministas e de gênero: Articulações e Perspectivas*, p. 36, 2014.

SWALES, J.M. **Genre analysis: english in academic and research settings**. Cambridge: Cambridge University, 1990

THINK OLGA. **O machismo também mora nos detalhes**. Disponível em: <http://thinkolga.com/2015/04/09/o-machismo-tambem-moranos-detalhes/>. Acesso em: 20 de julho de 2015.

THOMPSON, J. B. Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. *In: Grupo de Estudos sobre Ideologia, Comunicação e Representações Sociais da PUC-RS*. Petrópolis: Vozes, 1995.

TORRES, J. H. R. Dignidade sexual e proteção no sistema penal. *In: Journal of Human Growth and Development*, v. 21, n. 2, p. 185-188, 2011.

VERGUEIRO, V. Trans\*Sexualidade: Reflexões sobre a mercantilização do sexo desde uma perspectiva transgênera. *In: Revista Periódicus*, v. 1, n. 1, p. 174-190, 2017.

WHITE, P. Valoração – A linguagem de avaliação e da perspectiva. *In: Linguagem em (Dis)curso*. Tubarão, 2004.

WOLF, N. **O mito da beleza - como as imagens da beleza são usadas contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

WYNTER, A. E. La violencia desde una perspectiva de Género. *In: Rev Enfermeras*, v. 37, n. 1-2, p. 23-6, 2001.

## ANEXOS

### **Texto 01: O silêncio que ecoa: a cultura do estupro no Brasil**

Quando a violência sexual torna-se algo usual dentro de uma sociedade, podemos usar o termo cultura do estupro para nomear tal abuso. É um conceito usado para indicar o quanto a violência contra a mulher é normalizada dentro da sociedade. A tolerância e a normalização acabam incentivando ainda mais as atitudes violentas. Entre os exemplos de comportamentos associados à cultura do estupro estão a culpabilização da vítima, a sexualização da mulher como objeto e a banalização da violência contra a mulher.

E aqui estamos falando do que é aceito como normal pela sociedade. Se você for mulher, tenho toda a certeza de que já passou por ao menos um episódio de abuso, seja na rua recebendo uma cantada, no transporte público com homens encostando em você ou mesmo dentro de um relacionamento quando a outra parte envolvida não soube aceitar um “não”.

Mas vamos à origem do termo cultura do estupro. Ele começou a ser utilizado na década de 70, quando feministas americanas estavam promovendo esforços para a conscientização da sociedade sobre a realidade do estupro.

Em “Sexual Violence Against Women: Putting Rape Research in Context” (Violência Sexual Contra a Mulher: Colocando a Pesquisa Sobre Estupro em Contexto), a norte-americana Alexandra Rutherford, doutora em ciência e psicologia e especialista em feminismo e gênero, explica que antes do movimento feminista norte-americano levantar o assunto para a discussão, pouco se falava sobre o assunto e, mais ainda, acreditava-se que estupro, violência sexual doméstica e incesto raramente aconteciam.

Em 1974, o conceito cultura do estupro foi usado pelas feministas norte-americanas Noreen Connel e Cassandra Wilson em “Rape: The First Sourcebook for Women” (Estupro: O Primeiro Livro de Consulta para Mulheres). Foi uma das primeiras vezes em que o termo foi incluído em um livro. Para as autoras, despertar o olhar para a cultura do estupro seria um modo de eliminar tal mal da sociedade.

Para mim, despertar este olhar continua sendo mais do que importante, afinal, tal mal ainda não foi eliminado da sociedade. Mas voltemos ao ponto histórico: o tema começou a ganhar mais visibilidade no ano seguinte, em 1975, com o grupo New York Radical Feminists (Feministas Radicais de Nova Iorque), que produziu palestras e conteúdo que inspiraram cineastas e escritoras.

Dentre os trabalhos produzidos merecem destaque o documentário “Rape Culture” (Cultura do Estupro), de Margaret Lazarus e Renner Wunderlich, e o livro de Susan Brownmiller, “Against Our Will: Men, Women and Rape” (Contra a Nossa Vontade: Homens, Mulheres e Estupro). Segundo Susan, existe o “uso de estupro como uma expressão da masculinidade, indicação de mulheres como conceito de propriedade, e como um mecanismo de controle social para manter as mulheres na linha”.

Por um lado, se homens estupram em nome da sua masculinidade, mulheres são estupradas em nome da sua feminilidade. A mulher, quando nega uma relação sexual, é vista como uma cockteaser (quem provoca o pênis, mas, na hora H, não quer aceitá-lo). E é aí que aparece a culpabilização. As vítimas de estupro aprendem a se sentirem culpadas. “Alguma coisa elas fizeram pra merecer isso”, é o pensamento dominante.

Para Susan, força, ou a ameaça da força, é o método mais usado contra a mulher. O uso da força é o requisito básico do comportamento masculino que as mulheres foram treinadas desde a infância a temer. Desde pequenas, não estamos em pé de igualdade nesta competição. Quem nunca ouviu que “brincar que lutinha é coisa de menino”, por exemplo? Enquanto eles são incentivados a buscar a força física, somos incentivadas a brincar de casinha.

O pensamento que reinava até então – e continua reinando em diversos lugares, convenhamos – era de que a mulher poderia ter contribuído com o estupro, caso não tivesse tentado resistir. Então, a obra de Susan foi precursora em abordar o estupro como sendo uma forma de violência, poder e opressão masculina e não de desejo sexual. Ali, pela primeira vez em um livro, foi escrito o que o estupro realmente é: uma forma consciente de manter as mulheres em estado de medo e intimidação.

Que fique bem claro então: estupro não é um crime relacionado a sexo ou desejo sexual. O estupro se refere a uma relação de poder: trata-se de um processo de intimidação pelo qual os homens mantêm as mulheres em um estado de medo permanente. A coação é feita criticando as mulheres que não aceitam se submeterem a essas regras e culpando as vítimas de crimes sexuais. Com medo de serem hostilizadas e violentadas, acabam se submetendo à autoridade masculina para evitar mais violência.

Assim, ao observar a nossa sociedade nos dias de hoje, podemos claramente enxergar como a cultura do estupro continua viva. Da mesma maneira que antes, hoje a sociedade ainda leva em consideração a maneira como a vítima está vestida e até mesmo sua vida e hábitos. Se a mulher está vestida de forma tida como provocante, isso é considerado um atenuante para o agressor. Se ela tiver vários parceiros, beber demais ou voltar muito tarde para casa, também.

No Brasil, Maria Cecília de Mello e Souza, psicóloga e pós-doutoranda em antropologia social; e Leila Adesse, pediatra e doutoranda na área de Saúde da Mulher, são as organizadoras da obra mais abrangente sobre o tema publicada no país, “Violência Sexual no Brasil: perspectivas e desafios”. O livro reúne pesquisas sobre a incidência e a natureza da violência sexual, os serviços um levantamento sobre a legislação e as políticas públicas.

As autoras relatam que no Brasil, a violência doméstica se destacou como foco no início do movimento feminista e das intervenções propostas. Tal mobilização se deu em função da brutalidade dos numerosos casos de violência conjugal, de um lado, e da impunidade dos agressores, de outro. Para elas, apenas recentemente (o livro foi publicado em 2005) a atenção se volta para outras formas de violência, como a sexual.

E é bem por aí mesmo. Um exemplo é que somente em 2002, a Organização Mundial de Saúde (OMS) definiu a violência sexual como todo ato sexual não desejado, ou ações de comercialização e/ou utilização da sexualidade de uma pessoa mediante qualquer tipo de coerção. Ainda que a demora seja evidente, ações como esta, mostram como o debate sobre as relações de gênero têm aumentado e vêm trazendo debates significativos envolvendo as áreas psicossociais, de saúde, econômica, política, jurídica e cultural.

As mulheres vêm obtendo êxito na conquista de certos direitos sociais e progredindo em direção à igualdade de gênero. Mas a desigualdade, no entanto, ainda não foi totalmente ultrapassada, sendo um reflexo da tradição patriarcal da sociedade.

Nos últimos dois anos, casos a sobre a violência contra a mulher vem enchendo cada vez mais os noticiários – como a pesquisa do Ipea (2014), que após correção indicou que 26% dos entrevistados consideram que “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”; as cada vez mais frequentes denúncias de abusos sexuais cometidos em transportes públicos; e as campanhas contra as cantadas de rua –, tendo o termo cultura do estupro ganhado mais repercussão na mídia.

Em todos esses exemplos, uma coisa fica nítida: as mulheres não são vistas como seres com vontade própria, são consideradas propriedade dos homens. Cabe às mulheres obedecerem às regras masculinas – ser feminina, falar baixo, aceitar ser vista como objeto sexual pois “homem é assim mesmo”. E quem não aceita as tais “regras masculinas” é culpada por tudo o que lhe vier a acontecer.

Um resumo bem didático sobre o que é a cultura do estupro? Uma estrutura onde a mulher é culpada por qualquer constrangimento sexual que venha a passar. Uma sociedade que acha normal uma mulher ser constrangida na rua por uma cantada; normal uma mulher ser estuprada por estar bêbada ou usando roupas curtas; normal uma

mulher ser forçada a fazer sexo com o companheiro, afinal, ele é seu marido ou namorado; normal uma mulher ser vista apenas como objeto para satisfazer as vontades alheias; normal uma mulher ser intimidada por homens heterossexuais quando é lésbica, porque na verdade ela tem que aprender a gostar de homem.

E é exatamente essa normatização que precisa ser combatida.

## **Texto 02: Gordinhas dizem não**

*“Na luta das mulheres contra a balança, a gente que sai ganhando”*

Essa frase eu ouvi a uns dias atrás quando estava próxima a um grupo de caras que conversavam sobre os planos para o final de semana. Um dos rapazes comentou que estava com tanta vontade de transar, que naquele dia “comeria” até uma mulher gorda. Nisso um outro rapaz complementa dizendo que então o dia estava ganho, porque mulher gorda não diz não, ela transa com qualquer homem, as gordinhas aceitam qualquer coisa.

Esse diálogo grotesco acabou me lembrando que há um bom tempo atrás existiam (devem existir ainda) comunidades pelo Orkut voltadas especificamente para mulheres gordinhas: Sou gordinha linda, sou gordinha e feliz, gordinhas sexys. Nesses espaços mulheres com os corpos fora do padrão de beleza se encontravam para conversar sobre suas frustrações, qualidades, expectativas, baixa estima, autoestima. Outra questão marcante desses espaços: o número imenso de homens que surgiam para cantar as garotas. Cantar, elogiar, falar pornografia, convidar para um sexo escondido e rápido, pois a mulher gordinha não diz não. Alias, ela não pode dizer não. Para esses homens, esses locais eram verdadeiras lojas de produtos de segunda mão. Era um serviço rápido, um produto com defeitos, mas que fazia o serviço básico, que é abrir as pernas.

Lembro-me aqui da “piada” de que para algumas mulheres o estupro é na verdade um favor, elas deveriam agradecer seu violentador. É a idéia de que a mulher acima do peso não diz não, que faz com que ao andarmos na rua ouçamos: *Ei vem aqui que te como e resolvo teu problema, ei eu como gordinha vem aqui*. Além das falas vem também o toque sem convite, a mão na bunda, no seio, porque afinal você quer isso e logicamente aceita, pois ninguém quer comer você, você esta naturalmente disponível. Aliás na nossa cultura, existe mulher não disponível?

É o machismo do dia a dia! É o machismo avassalador de nossa sociedade, de nossa cultura, que coloca as mulheres em categorias como fácil, comestível, não

comestível e por ai vai. E a vítima de tudo isso? Bom essa mulher muitas vezes sofre calada e acredita que este é seu fim, que este é seu destino, que sim ela deve erguer as mãos para o céu se algum homem quiser manter relações sexuais com ela, pois afinal ela não vale nada, e sim ela precisa de um homem para legitima-la. Sim, meninas são educadas de forma machista e crescem envolvidas nessa mentalidade absurda e cruel.

Enquanto continuarmos imersos em uma cultura machista, patriarcal, mulheres continuarão sendo mercadoria fácil porque são gordas demais para dizerem não, magras demais para dizerem não, altas demais, baixas demais, feias demais para dizer não, gostosas demais para dizer não. Afinal, o fato de ser mulher já lhe incube a necessidade nata de precisar de um homem.

Educar, lutar para romper com essas concepções é tarefa árdua! Há de se lutar contra essas estruturas dominadoras e violentas que agredem as mulheres. Há de se gritar aos quatro cantos que a mulher é fim em si mesmo, que mulher é gente, que seu corpo é sua propriedade.

Mulheres! Espero que essa violência não nos atinja mais. Espero que essa violência finde um dia.

### **Texto 03: Descobri que ia morrer sozinha**

Eu, mulher negra, cresci com menos perspectivas do que a média da população branca do Brasil. Parte da minha vida, me preparei para ser empregada doméstica, já que todas as mulheres da minha família eram. Depois passei a desejar uma série de trampos. Mas sabia que provavelmente não passaria da entrevista de emprego. Infelizmente, o anulamento dos nossos sonhos é parte do racismo que sofremos desde o zero minuto de vida.

Um desses sonhos anulados foi o de ter uma vida afetiva. Sonho imposto e tomado ao mesmo tempo, e essa sequência de vivências me fez entender que eu iria morrer sozinha.

Esse conhecimento veio aos poucos, morava nas entrelinhas das conversas das mulheres da minha família. Como a vez perturbadora que minha mãe contou que achava que a minha avó estava brincando de pega-pega com meu avô quando na verdade ela estava fugindo de mais uma surra. Demorou, mas compreendi que minha vó estava só em seu casamento, que minhas tias foram abandonadas com filhos pra criar. Eram muitos exemplos da companhia destrutiva que é, na verdade, solidão. Ou da solidão de fato.

Na parte heteronormativa da minha experiência da afetividade sendo preta, percebi que a cuca te pega de dois jeitos: Ou você é hipersexualizada. Ou você tem o apelo sexual de uma porta.

No primeiro caso, a coisa é sutil no começo. Vem quando você é um bebê de seis meses de pernas gordinhas e ouve um “vai ser globeleza ela hein!”. Daí pra frente são enxurradas de “que mulherão” aos doze anos. Ou de conselhos nojentos sobre como não ser estuprada aos quatorze. Na vida adulta, você vira a mulata tipo exportação, e aí acabou.

Você tem um corpão, não tem dificuldade de pegar ninguém, “testa” sua sexualidade, tem atenção garantida. Por isso acha que essa parada de solidão é balela. Mas, em algum momento, você percebe que simplesmente nunca é a namorada. É a mina do canto da festa, é a ligação no meio da madrugada, é o crush que “tem aquela coisa de pele”, a “química”. É divertido no começo, é eletrizante, mas... É só isso.

No máximo, você pode ser a exótica. Especialmente agora, em tempos de desconstruições. Vai andar de mão dada, um beijo ou dois em público, tudo para mostrar que o cara tem ao lado a “mina black da hora”. Mas nas internas, segue perpetuada a dinâmica de que ela, a mulher negra, vale menos. Você está lá para dizer algo sobre o cara, não sobre você mesma.

Depois de um tempo essa mina entende que os caras ou querem sexo ou biscoito.

No segundo caso, você entende que a premissa que ser negra é ser sobre-humana. Você é forte, guerreira, batalhadora. O foco é conseguir o próximo salário ou alimentar as crianças. Por isso, não pode se dar o luxo de se ligar nas coisas mundanas, como sexo ou relacionamentos. Às mulheres brancas cabe o amor romântico. À você, ser uma fortaleza.

Esse papel foi historicamente atribuído às “mães solteiras”, viúvas, tias, cozinheiras. Hoje é o da menina inteligente, dedicada à família, a que vai fazer diferença na comunidade. E então ela cresce sem perceber como está, frequentemente, apegada a um homem medíocre que por vezes que a violenta. Ela alimenta a esperança de que estão em um relacionamento que evolui a cada pedido de desculpa. Na verdade, ela se tornou expert criar inventar uma pra cada vacilo dele.

Há uma subcategoria hedionda nesta tipologia: a gorda. O seu corpo simplesmente não é visto como “transável”. Pelo menos não quando se está sóbrio, em público, com a luz ligada. São para essas mulheres, como eu, que sobram frases como “você tem que agradecer que eu te estuprei, todo mundo tem nojo de você”. Depois de um tempo essa mina entende que quando um cara cola, ele só pode ter perdido uma aposta. Ou estar de olho na sua casa.

Além disso, não podemos falar sobre isso com quase ninguém. A solidão da mulher negra não existe enquanto tema em grande parte dos debates. Inclusive nos espaços feministas. Todas as mulheres são abusadas em suas relações igualmente, dizem. Não somos, não.

Classe, raça e gênero. Dessa trinca a mulher negra entende bem. E o recado é claro: você está sozinha.

Não conseguimos debater como os brancos e as brancas o amor livre, por exemplo. Pois muitas das nossas nunca tiveram um relacionamento na vida, vivem um celibato forçado. Também queremos quebrar paradigmas do relacionamento pautado na ideia do amor romântico, se livrar da dominação masculina nas nossas uniões. Mas antes queremos ter o direito a um relacionamento.

À sociedade que nos coloca nesse lugar, pergunto:

Com quantas mulheres negras você transou? Quantas mulheres negras você namorou? Quantas mulheres negras você vê casada e com filhos? E quantas brancas? Quantas vezes você foi a pessoa que fica com uma mina negra, na vibe de ser livre, sem querer nada sério, mas depois encontra uma branca e a magia do amor acontece?

Mas, esse texto não é sobre a culpa caucasiana, esse texto é sobre nós, mulheres negras. Sobre como escapar dessa armadilha.

Eu faço parte de uma rede e moro numa casa com outras 30 pessoas. Lá posso debater e descobrir os relacionamentos sendo uma mina gorda, de pele escura e de nariz grosso. Nessa rede, me livro um pouco a cada dia da expectativa de um futuro inevitavelmente solteiro. Mas outras minas como eu, as negras de traços finos, magras e altas, feministas ou não, também podem encontrar suas maneiras de se curar. Inclusive, para estarmos hoje, de pé, já o fazemos diariamente.

Somos diferentes, mas compartilhamos uma silenciosa marcha rumo à solidão afetiva. Por isso, o apoio tem que ser igualmente compartilhado. Não há dúvidas que somos merecedoras de amor e o antídoto é amar cada vez mais nossas irmãs.

Nosso triunfo é não ceder e continuar amando – principalmente a nós mesmas.

E pra começar a onda, moção, pergunto: e aí preta, tá livre hoje a noite?

#### **Texto 04: Cultura do estupro: múltiplas faces de uma mesma perversidade**

Ainda estamos estarecidas frente ao ato abominável cometido contra a garota de 16 anos no Rio de Janeiro. Choramos o seu choro, sofremos com sua dor. Mesmo distante lhe enviamos nosso abraço e acolhimento e nos colocamos a seu lado. Porque ELA somos TODAS nós! Esta ferida também é nossa, e não nos é permitido curá-la.

Infelizmente este não é um caso isolado, a cada hora 11 mulheres sofrem estupro no Brasil, e a cada caso a chaga aberta é ainda mais lesionada com a negação do estupro como estupro, da violência como violência, nos lembrando dolorosamente nossa vulnerabilidade diante de uma cultura que legitima, minimiza e favorece toda sorte de violência e abusos cometidos contra nossos corpos, mentes, consciências e destinos!

Não existe ambiente, roupa, comportamento, crença, absolutamente nada, que nos mantenha seguras diante desta cultura que culpabiliza a própria vítima pela violência sofrida. Ela está impregnada nas mentalidades e se manifesta em cada frase de: “Não é estupro”, “Ela gosta de sexo grupal” “Porque você estava sozinha a noite?” “Mas com essa roupa também queria o quê?!?”.

Quando o prazer sexual é negado às mulheres, está se reforçando a cultura do estupro! A mensagem passada é de que ela deveria ser santa e que se gosta de sexo pode ser estuprada, porque na mentalidade machista e misógina estupro tem a ver com sexo e não com violência que é o que realmente é!

Quando nos são impostos padrões tais como “belas, recatadas e do lar” está se reforçando a cultura do estupro!

Quando a homossexualidade é negada às mulheres está se reforçando a cultura do estupro, pois legitima uma mentalidade doentia de “estupro corretivo”.

Quando é negada a capacidade ética das mulheres tomarem decisões sobre seus corpos, tomando como justificativa questões de ordem religiosa está se reforçando a cultura do estupro.

Quando se impede que os planos de educação tragam como uma de suas metas a eliminação das desigualdades e violências de gênero está se reforçando a cultura do estupro.

Também se reforça a cultura do estupro quando religiões constroem e normatizam o imaginário sobre a mulher como “Santa”, “mãe abdicada” um ser quase assexuado não fosse a sua missão e obrigação de procriar, naturalmente é claro, tendo cumprido com as normas do matrimônio reconhecido social e religiosamente.

A negação do direito das mulheres decidirem pela interrupção da gravidez, inclusive em caso de estupro é, assim também, um reforço à esta cultura perversa.

É por isso que a nomeação de Fátima Pelaes nos chega como mais um golpe nesta, já tão dolorida, chaga aberta. A futura secretária invocando crenças religiosas desrespeita a liberdade, autonomia e direitos das mulheres sobre seus corpos e suas vidas. Desrespeita também o Estado que deve ser laico e atuar em prol da garantia do direito de todas as pessoas!

Ao dar mais valor à um embrião que à vida humana constituída, à liberdade e autonomia de uma mulher, deposita nesta cultura favorável ao estupro mais um substrato que elimina a responsabilidade social, cultural, política e religiosa para jogá-la de um só golpe sobre os ombros feridos das mulheres.

Esta cultura perversa do estupro possui muitas faces, podemos reconhecê-las caminhando pelas ruas, andando em transportes públicos, trabalhando, em conversas de bar, ou mesmo no conforto de nossas casas assistindo a tramas globais e propagandas grotescas. E se você olhar no espelho de seus valores morais e religiosos talvez reconheça uma delas! Você até pode não ser quem golpeia, mas é possível que seja quem amole as facas!

### **Texto 05: Nunca negue água a ninguém**

Esta publicação, infelizmente, é sobre abuso moral, violência física e um imenso relacionamento abusivo.

Há um pouco mais de um mês estou, de fato, tentando sair da relação mais abusiva que já tive.

Escrever sempre foi pra mim um processo de cura. Uma forma de ressignificar minha dor, de semear no vento boas novas, de me libertar e partilhar o que de mais profundo transita aqui dentro. Mas, nunca me pareceu muito boa a ideia de publicizar as relações, muito menos as minhas quando elas não se tratavam de alegrias, mas ando lendo muitos depoimentos de mulheres que lutaram e venceram essas situações e todas as palavras ditas por esses seres tão maravilhosos sempre me dão tanta força que algo maior que minha vergonha cresceu em mim.

Por se tratar de um homem cujo comportamento abusivo é parte da conduta em quase todos os seus relacionamentos, que sempre acabam com mulheres despedaçadas, ACUSADAS e tristes, esse texto parte dessa inquietação: será que outras mulheres próximas a mim precisam mesmo passar por isso também?

Encho os dedos das DUAS mãos (sim, das duas) pra citar casos, conhecidos e próximos a mim, que—envolvendo esse mesmo homem—acabaram mal. Em comum, o interesse súbito, a gentileza desproporcional, a atenção desmedida, a ocupação das suas casas, das vidas e do trabalho, um desejo sexual doentio e promessas de amores infinitos em muito pouco tempo. Vestido de uma figura frágil, doce, gentil, simples, leve, artística e se escondendo atrás de uma depressão não curada, lá estava ele pedindo ajuda e atenção.

No meu caso, não sei muito bem por onde começar, mas é certo de que tudo isso aconteceu em um período da minha vida onde não houve auto cuidado, auto amor e todas as janelas e as portas da minha vida estavam escancaradas e caindo aos pedaços sem cuidado e manutenção. A promessa de me ajudar com algumas caixas e me levar pra casa se transformou em uma ocupação da minha vida e, conseqüentemente da minha casa, pelos próximos nove meses que se passaram.

Nesse curto período, cobranças para que pudéssemos ficar juntos o tempo que fosse possível, para que pudéssemos formalizar nosso relacionamento, para que não nos envolvessemos com outras pessoas. Achei estranho aquilo tudo de cobranças e logo nos três meses iniciais descobri que, enquanto todas essas cobranças eram feitas pra mim: obvio, outros relacionamentos dele se mantinham. Desde compartilhar a vista da lua em vários pontos do estado de Minas Gerais com muitas pessoas até transar periodicamente com amigas que, pra ele, sempre foram sexo fácil e garantido.

Cada atitude abusiva e cada tentativa de terminar aquela situação era embebida por discursos de dor, de perda, de tristeza e ao invés de reflexões sinceras sobre o que acontecia e como nós estávamos... a conversa era insistentemente conduzida por ele de forma que eu me sentisse horrível de não estar aceitando essas situações e compreendendo os limites e o enorme amor que ele dizia sentir... conversa vai e vinha e a culpa de tudo aquilo, inclusive as traições, eram minhas: era eu que não passava segurança suficiente à ele.

A porta do meu auto cuidado se manteve escancarada e descuidada e convivi com ele em processos pesadíssimos envolvendo seus problemas de saúde, limites financeiros e enormes traumas familiares. Vômitos, tosses e dores intermináveis, problemas de sociabilidade, coceiras, noites e noites em claro. Enquanto assistia a isso tudo assustada, tentando, visceralmente ajudar, incorporava cada vez mais ele ao meu trabalho e a minha vida. Fazia tudo, absolutamente tudo junto com ele. Dividimos, exaustivamente fazendo a minha parte e à dele, muitas vezes sem isso ao menos ser reconhecido.

Como é clássico nesses casos, nesse período houve também o meu afastamento de algumas mulheres. Como todo relacionamento abusivo, muitas e muitas amigas tentaram interferir e me ajudar, mas eu—com essa cara pseudo segura—fingia (e no fundo, até por imaturidade minha, acreditava) que esta estava tudo no controle, sabia o que estava fazendo. Não sabia. Me arrependo muito e parte da dor de hoje é também por conta de não ter ouvido minha intuição e todas essas pessoas que ainda vou pedir perdão.

Desde o começo ele me pressionava para que morássemos juntos. Não me ouvia. Não considerava de fato e muito menos respeitava os meus limites e traumas. Mais uma vez a janela da fragilidade se escancarou e, adivinhem? Fomos morar juntos. Pronto,

misturado a pior fase do trabalho, ao cansaço desmedido de ambos e a toda solidão que ter me afastado dos meus amigos e amigas, e da minha rede de proteção causou, começou a pior fase.

Pra encurtar a história esse período envolveu duas tentativas de suicídio por parte dele, sendo que nas duas, mesmo encoberto pela instabilidade, ele fez questão de deixar claro: “se eu morrer, a culpa será sua, preste bem atenção”. Além disso houve invasão de e-mail, celular, abuso em momentos muito delicados para mim, violência moral e física em momentos de sociabilidade e trabalho extremamente volumosos com muitas pessoas e variáveis que mereciam cuidado, paciência e carinho por parte dele. Envolveu marcas, empurrões, casos de denúncia, e de polícia como costumam chamar na roça.

Em TODAS ESSAS VEZES, em absolutamente TODAS essas vezes, ele mesmo sem algum fio de razão, foi acolhido por mim! Seja no momento, tentando acalmá-lo, seja depois ao telefone, me humilhando para explicá-lo sobre a vida e suas dinâmicas, pedindo desculpas mesmo sem poder fazer aquilo, pedindo ajuda aos amigos dele, ligando pra sua mãe, fazendo chás, banhos, propondo levezas e construindo outros caminhos para o destempero dele em relação a quase tudo que a vida apresentava, não o fizesse tão mal.

Essa relação também envolveu deixar de fazer absolutamente quase tudo pra mim. Até a minha prova de doutorado foi colocada de escanteio para que eu pudesse ajudá-lo com a prova dele. E muito disso foi feito ao longo desses meses todos. Quando optava em fazer algo sozinha, é claro, era desconfiança, era uma aparente compreensão que no fundo, afastava ele de mim por discordar que era possível meu amor conviver com isso tudo.

Pra encerrar essa história gigante e cheia de detalhes, extremamente reduzida aqui, é óbvio que eu também me fragilizei, me despedacei, assumi posturas muito agressivas e duras em resposta à tudo isso. Eu entrei em uma paranoia tão grande, que sempre achava que as coisas iriam melhorar, que ele estava mudando, que as coisas estavam se transformando. Mas, não. Quando estava tudo em paz, as depressões dele voltavam, eram dias deitados na cama, vômitos, paralisias da vida, do trabalho tudo de novo... e eu não conseguia sair desse ciclo vicioso que me consumia.

Tenho certeza que ele não fez isso tudo por mal. Ele também é uma vítima de um sistema machista, opressor, violento. Ele é filho de uma família humilde, com milhões de problemas, que criou seu filho único, homem, mimado, protegido das críticas construtivas, das oportunidades de crescimento real. Uma pessoa aplaudida pela família, pois as vaias não lhe cabem bem. Por se colocar como vítima da vida, ele não se permite perder, errar, pedir desculpas.

Escondido atrás de uma figura doce, talentosa e com o discurso que envolve paz, solidariedade, alimentação saudável, agroecologia e transformação das vidas, há um machismo descomunal. Uma dificuldade de reconhecer seus próprios limites, de pedir perdão, de chorar, de arrepender, de olhar as pessoas para além dos seus interesses próprios, da moda, do que lhe chama atenção. O amor tão prometido, não envolve o cuidado, o respeito, o tempo, o amor de alma, o amor de vida.

Nesse exato momento toda essa história essa sendo substituída por ele por outra. Essa sempre foi a fórmula mágica encontrada por ele pra sobreviver as suas próprias limitações. Usar e descartar. Você pode substituir coca cola por inhame ou batata doce por baroa. E assim ele segue substituindo as mulheres em sua vida. Agora é uma da comunicação, agora da música, agora da agroecologia, agora da educação do campo, agora da luta negra, agora da igreja. Nesse exato momento a próxima vítima, que espero que não seja tão frágil quanto o encantamento recente possa lhe fazer parecer, é das artes, do yoga, do reike, da massagem. Tudo isso serve à ele. Serve como servia aos homens da idade média. Serve como serve é usado, sugado, descartado há séculos pelos homens em todos os cantos do planeta. Serve enquanto, pra eles, é leve, é bom, é alegre, a casa é nova, os discos também.

Homens se cuidar não é pontual, se libertar disso tudo não é fácil, mas é urgente e necessário e envolver rever, sem ego e orgulho, muitas e muitas posturas. Evitem fazer promessas se estão com dúvidas, não façam cobranças se não querem ser cobrados, não finjam amor, não brinquem com sentimentos profundos que carregamos nas vísceras.

Termino essa história como se tivesse saído de uma guerra, despedaçada, triste, impotente. Como se eu tivesse passado todos esses meses ao lado de uma pessoa na UTI tentando salvá-la, reanimá-la pra vida e hoje recebesse a notícia de que tudo foi em vão. Que a pessoa fugiu sem deixar notícias. Tudo, cada segundo de amor, carinho, compreensão foi desconsiderado, descartado. Me vejo limitada, deixando de viver o carnaval rumo ao IV ENA, que tanto sonhei ao lado dele, deixando de contribuir como gostaria de alguns trabalhos que cultivei com tanto carinho. Pode até ser submissão e, é claro que a escolha é minha, mas é que tudo isso é pequeno, é passageiro e não é fácil pra mim. Eu encontro outros caminhos por aqui, ele? Que fique com o carnaval e com todas as outras coisas que faz, muitas vezes sem nem confiar ou gostar dos processos coletivos, só pra se auto promover.

Meu sol é em escorpião, minha lua em capricórnio e minha vênus em sagitário, vocês devem imaginar o quanto me doe, mesmo sem poder, à tudo isso? Quando me rasguei e me humilhei pra este homem? Pois é, foi pior que vocês imaginam!

O pior de tudo não são as traições, não é o fim desse relacionamento, é que durante esse último período pedi ajuda e carinho, e estava prestes a compartilhar com ele outro momento muito delicado e íntimo na minha vida, e ele foi enfático: não tenho como fazer isso. A frieza, a postura calculista e utilitária, depois de todos esses meses, seguiu sendo a mesma. Já havia substituição e onde depositar as carências, as músicas, as poesias, as parcerias de trabalho e o novo colorido que se abre.

Mesmo sem poder, sem saber como, mesmo sem forças, mesmo como todos os limites, eu tentei. Eu encerro essa história tendo a certeza de que eu te ajudei muito e que não me furtei nunca em fazer isso mesmo quando você não merecia nada além do meu afastamento. Durante esse último período, pedi desculpas, propus caminhos leves, enviei muitas mensagens de carinho e não me arrependo de ser assim, essa sou eu.

Para ele e pros amigos que alimentam, mesmo que inconscientemente, esse tipo de postura dele, eu termino como, diz bem a música, como: a triste, louca e má. É muita cobrança, muito peso da minha parte, ele chegou a dizer que eu sufoco ele. Tudo isso junto! Exagerada, mentirosa, a pessoa que lhe abandonou e por isso, ele não teve outra opção à não ser essa, de sempre, de mais uma lixeira da vida.

Mulheres esse é mais um texto pra dizer que nenhuma de nós está a salvo dessas histórias. E que nos libertar ou nos proteger para que isso não aconteça depende diretamente e exclusivamente no nosso auto amor, do nosso auto cuidado, da construção autônoma e livre dos caminhos da nossa própria vida independente dos namoros, casamentos, sexos bons, promessas lindas e coloridas.

Se cuidem! Se cuidem todo dia. Se cuidem muito. Parem tudo! Larguem as relações abusivas agora e como der. Façam viagens sozinhas. Desconfiem de promessas de amor descabidas, não cedam às pressões, não morrem juntas se vocês não quiserem, não leve os homens sem cuidado para a vida de vocês, para sua casa, pra perto dos seus amigos, do trabalho, da família. Mulheres da agroecologia, não se enganem, como bem sabem: não é só o Altieri que é machista, vários desses bonitinhos, talentosos e com bons discursos são pessoas vazias—por não tentarem se libertar.

Das marcas causadas, ainda me sinto triste e culpada e esse texto é pra ajudar a me curar, é pra denunciar, é pra gerar mudança, é pra abrir voo, pois o novo já começou! Não estamos nunca sozinhas, peça ajuda, peça ajuda agora! Seguimos juntas ♥

ps: Passarinho, ainda te amo muito, te amo para além dessas atitudes horríveis e cruéis que você coleciona, para além das suas auto sabotagens na vida. Espero que você tenha aprendido algumas coisas mesmo que pequenas que te façam sofrer menos e viver melhor ao lado de quem você quiser, espero que um dia você consiga ser humilde o

suficiente pra agradecer, pedir desculpas e ter, pelo menos, um pouco de carinho pela nossa história. Eu sinto muito. Por mais fortes que as pessoas possam parecer, a gente aprender o que é o amor cuidando dele e acreditando em coisas muito maiores que a gente nem se dá conta de ver e entender, mas sabe que tem que zelar e respeitar. Nunca negue água, carinho e ajuda à ninguém, muito menos à quem te ama!

### **Texto 06: Assédio e estupro de mulheres trans\*: Continuamos a ser consideradas menos humanas**

Precisarmos de uma campanha para dizer que mulheres não merecem ser estupradas é, como eu costumo dizer, de cair o cu da bunda.

Segundo uma pesquisa do IPEA que está rodando nas redes sociais, 65% das pessoas acha que mulheres merecem ser atacadas (eufemismo para estupradas) por usarem roupas curtas.

A premissa feminista a qual sempre reforçamos, é a ideia de que respeito deve ser autossuficiente, ou seja, não pode haver pré-requisitos para respeitarmos uma pessoa. Certamente, a “quantidade” de roupa que uma mulher usa jamais deveria ser usada como critério para respeitar a autonomia de seu corpo. Isso sempre esteve bem claro (para o feminismo) desde o início. Mas o que cria essa permissividade misógina é muito mais do que um simples machismo “homem pode e mulher não pode” – o machismo nunca é simples – especialmente quando estamos falando de mulheres que socialmente são vistas como menos dignas em função de suas particularidades identitárias.

Quando falamos em assédio e estupro a partir de uma perspectiva feminista, imaginamos geralmente uma população de mulheres uniformes, geralmente brancas, cisgêneras e de classe média. Porém, duas coisas devem ser analisadas: o fato de que as mulheres negras (ainda) são “a carne mais barata do mercado”, historicamente forçadas a servir sexualmente seus senhores, e as mulheres trans\*, cuja permissividade autorizada pela ciência materializa-se nas perguntas sobre nossos genitais/configuração corporal, perguntas essas vistas como naturais e esperadas.

As mulheres negras continuam a ser vistas como não-pessoas, desumanizadas em função de sua identidade negra, mulheres cujas existências tem a única função de servir sexualmente os homens cis brancos, já que “mulher para casar” só pode ser branca (e cisgênera). Sabemos como a mulher negra é hipersexualizada, vista como mais sexualmente “permissiva”. É isso que autoriza o assédio direcionado a essas mulheres, pois seus corpos não são apenas públicos, são também menos humanos. A

autoestima das mulheres negras é uma pauta recorrente na militância feminista negra, especialmente em relação a como muitas mulheres negras são levadas a um consentimento fabricado (não só sexualmente, mas de outras ordens também) para com seus companheiros, com medo de serem trocadas pelas brancas.

Posso dizer que há muitas similaridades em como os corpos trans\* são vistos, pela mesma lógica misógina – aqui não atrelada ao racismo, mas sim à transfobia. Nossos corpos, especialmente os das mulheres trans\*, são vistos como menos reais e conseqüentemente menos humanos. Se forem mulheres trans\* e negras é ainda pior. A situação é tão crítica que em alguns países estuprar uma mulher trans\* não é considerado crime, pois mulheres trans\* “não podem ser estupradas”. A invasão psicológica dos nossos corpos autorizada pela ciência, também é uma invasão física: são incontáveis as histórias de assédio, inclusive advindo de homens cis gays. Esses homens tocam (eufemismo para apertam com força) em nossos seios e em nossos genitais como se fosse algo natural. Afinal, nossos corpos estão abertos ao escrutínio público. Somos ainda as cobaias das clínicas – nosso “habitat natural”.

A pergunta que temos que fazer é: o que fazemos quando mulheres trans\* são estupradas? Para onde recorreremos?

Está na hora de demandarmos respeito e mecanismos de proteção contra o assédio que sofremos. Está na hora de desautorizarmos a ciência e passarmos a ser detentorxs de nossos corpos e identidades.

Está mais do que na hora de enegrecermos nosso feminismo e de levarmos em conta as questões das mulheres trans\*.